

CAMINHOS E LUGARES DA AMAZÔNIA

CIÊNCIA, NATUREZA E TERRITÓRIOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE
NA AMAZÔNIA

Reitor: Prof. Dr. Carlos Edilson de Almeida Maneschy
Vice-Reitor: Prof. Dr. Horacio Schneider
Coordenador do GAPTA: Prof. Dr. João Marcio Palheta
Editor de Publicações do GAPTA: Christian Nunes da Silva

Comissão Editorial
Giovane Mota
Benedito Ely Valente da Cruz
João Marcio Palheta da Silva
Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues

Conselho Editorial GAPTA/PPGEO

Drª Márcia Aparecida da Pimentel – IFCH/UFPA MSc. Marcos Mascarenhas – UFPA
Dr. Carlos Alexandre Bordalo – IFCH/UFPA MSc. Benedito Ely Valente – UEPA
Drª. Janete Coimbra Gentil – IFCH/UFPA MSc. João Revelino Almeida
– ESAMAZ
Dr. João Nahum – IFCH/UFPA MSc. Clay A. Nunes Chagas
– UFPA

Conselho Consultivo GAPTA/PPGEO

Dr. Gilberto Rocha – NUMA/UFPA Dr. Rogério Haesbaert – UFF
Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFSM Dr. José Borzacchiello da
Silva - UFC
Dr. João Márcio Palheta da Silva - IFCH/UFPA Dr. Eduardo Schiavone Cardoso – UFSM
Dr. Keid Nolan – IECOS/UFPA Drª. Rosa Éster Rossini – USP
Drª. Lilianne Pirker – SIPAM Drª. Catherine Prost – UFBA
Dr. Maurílio de Abreu Monteiro – NAEA/UFPA Drª. Maria Adélia A. de Souza – USP
Dr. Cláudio Fabian Szlafsztein – NUMA/UFPA Drª. Sandra Lencioni – USP
Dr. Sergio Cardoso de Moraes – NUMA/UFPA Drª. Lia Osório Machado – UFRJ
Dr. David Gibbs McGrath – NAEA/UFPA Dr. Marcio Moraes Valença
– UFRN
Dr. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD Dr. Márcio Rogério Silveira – UFBA
Dr. Helton Ricardo Ouriques – UFSC Dr. Francisco de A. Mendonça –
UFPR
Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP Dr. Carlos Augusto Monteiro – USP
Drª. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ Drª. Adaise Hubert - U. de France

CAMINHOS E LUGARES DA AMAZÔNIA

CIÊNCIA, NATUREZA E TERRITÓRIO

Autores

Giovane Mota
Christian Nunes
João Marcio Palheta
Clay Chagas
Marcos Mascarenhas
Cledson Nahum
Benedito Valente
João Nahum
Carlos Bordalo
Shirley Tozi
Otavio do Canto

GAPTA/UFPA
Belém - 2009

Gerência e Preparação da Revisão
Giovane Mota

Revisão
José dos Anjos

Gerência de Produção Gráfica
Joyce Caetano

Edição de Arte e Projeto Gráfico
Giovane Mota e Joyce Caetano

Capa e Diagramação
Elton Peixoto e Cleyson Chagas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH /UFPA,
Belém-PA-Brasil

Caminhos e Lugares da Amazônia: Ciência, Natureza e território / MOTA, G.
SILVA, C. N; PALHETA, J. M; et al. . Belém: GAPTA/UFPA, 2009.

240 p.: il, 22 cm

ISBN: 978-85-63117-00-7

1. Amazônia. 2. Geografia Regional. 3. Sociedade. 4. Meio Ambiente. 5.
Atualidades. 6. Título

CDD – 22.ed. 918.11

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro
de 1998

Todos os direitos reservados
GAPTA/UFPA

Vendas e atendimento: cnsgeo@yahoo.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	07
Prefácio	09
<i>Elisen Savério Sposito</i>	
Para uma teoria geográfica do lugar	15
<i>Giovane Mota</i>	
O conceito de território nos estudos sobre pesca	35
<i>Christian Nunes da Silva</i>	
Organização econômica do território na Amazônia Paraense	55
<i>João Marcio Palbeta</i>	
Da associação à regionalização: a criação do Estado de Carajás	89
<i>Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues</i>	
O nacional desenvolvimento e o Projeto Albras/Alunorte	109
<i>Clay Anderson Nunes Chagas</i>	
Usos do território, Modernização e Ações Políticas Conservadoras: notas sobre a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal em Barcarena-Pará	133
<i>João Santos Nabum</i>	
Práticas de gestão territorial do grupo Agropalma	153
<i>Benedito Ely Valente da Cruz</i>	

Políticas governamentais urbanas: breve comentário sobre o Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Agenda 21 e a Prática pelo Poder Público em Abaetetuba – PA	171
--	------------

Cledson Nabum Alves

Bacia hidrográfica: aspectos teóricos e conceituais	195
--	------------

Shirley Capela Tozzi

Gestão em bacia hidrográfica na Amazônia: uma reflexão das experiências de gestão dos mananciais da Região Metropolitana de Belém - Pará	207
---	------------

Carlos Alexandre Leão Bordalo

Ribeirinhos do Mapuá	225
-----------------------------	------------

Otávio do Canto

Armando Lírio

Eusalina Ferrão

Sobre os autores	237
-------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Nos últimos 10 anos, a ciência geográfica teve um avanço significativo no estado do Pará, tanto em termos do aumento na qualificação de mão de obra profissional dos discentes que se formaram na UFPA e em outras instituições públicas e privadas, quanto na qualidade dos trabalhos produzidos pelos geógrafos de nossa região, fortalecida ainda mais pela recente criação de programas *Lato* e *Stricto Sensu*, que já geraram bons frutos para a ciência geográfica amazônica.

Este livro é fruto de diversos projetos e eventos que se desenvolveram nesses últimos anos dos debates geográficos realizados na UFPA, na AGB-Seção Belém e também nas IES privadas localizadas no Pará. Os autores, na grande maioria, fazem parte dos diversos cursos de geografia públicos e privados que também surgiram em nossa região e que, como reflexo, desenvolveram suas pesquisas acerca da realidade e da evolução técnico-científica pela qual passa a Amazônia na atualidade, com enfoque para os estudos que consideram a ocupação territorial humana como fonte principal de estudos para a ciência geográfica.

Desse modo, o uso do território é objeto de investigação e debate constante nos artigos que aqui se apresentam. As idéias e debates que compõem os trabalhos desta obra enfatizam principalmente três temáticas, que são: 1) a gestão dos recursos naturais; 2) o papel de empresas e de municípios na configuração territorial, política e econômica no estado Pará e 3) a discussão do que se compreende dos conceitos geográficos presentes no que se convencionou chamar de Meio Técnico-Científico e Informacional.

Então, como as análises desenvolvidas nos trabalhos desta obra são reflexo deste “novo momento” da geografia paraense, a pretensão contínua de evoluir por meio da pesquisa e ensino nos impulsiona a

trabalhos futuros, que certamente continuarão com a qualidade do que aqui se apresenta. Agradecemos a todos que contribuíram para a conclusão desta obra e colaboraram para que não deixemos de ousar e buscar entender ainda mais o meio que nos cerca. Esperamos que a leitura seja proveitosa...

Os autores
Belém, outubro de 2009.

PREFÁCIO

Escrever um prefácio para um livro que trata de temas sobre a Amazônia foi, para mim, um trabalho novo, desafiador e, ao mesmo tempo, exigiu muito cuidado no texto. Este livro, que contém onze textos de autores como mestres, doutores e bacharéis formados no Pará, alguns com mestrado ou doutorado em outras instituições que possuem suas próprias visões a partir dos recortes que elegeram para ler a Amazônia, permitiu uma leitura que me proporcionou entrar, pelas exposições e análises dos autores, em um mundo que preciso, com certeza, conhecer melhor e mais pessoalmente. Mas o desafio estava lançado e a leitura do livro, com suas 238 páginas, de preocupação inicial tornou-se um bom veículo para conhecer as diferentes leituras da Amazônia pelos seus recortes no Estado do Pará.

Para expor a minha leitura das leituras apresentadas, resolvi destacar meu entendimento das diversas contribuições do livro, mostrando o que cada autor estudou.

No primeiro texto, Giovani da Silva Mota, baseando-se em importantes autores brasileiros (Santos, Carlos e Moreira) e estrangeiros (Lefèbvre e Heller) e suas obras bem atuais, privilegia o lugar e o cotidiano (que existe no e pelo indivíduo) na compreensão das dimensões da comunidade e como elas se apresentam sob as relações capitalistas de produção, tendo, como pressuposto, a mediação dos grupos na vivência dos indivíduos. A fundamentação do texto é expressa nas palavras do autor: “o lugar é capaz de articular o vivido e o concebido e redimensioná-los no acontecer histórico”, pois “modo de produção e gênero de vida manifestam-se dialeticamente como faces de um mesmo movimento, o da realização do ser social”.

Christian Nunes da Silva, no segundo capítulo do livro, trabalha o conceito de território nos estudos que privilegiam a pesca como tema. Ele analisa os territórios de pesca artesanal (na realidade “áreas

de pesca são os espaços aquáticos usados na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade”, ou seja, recursos móveis, fluidos, instáveis, sem fronteiras definidas e que são recursos públicos) das comunidades (que se apresentam como organizações sociais) que dependem dessa forma de sobrevivência. Os preceitos espaciais das comunidades de pescadores em sua inter-relação com aspectos muito atuais da questão ambiental são abordados considerando-se diferentes escalas de apropriação do território e o uso racionalizado dos recursos naturais. O autor se utiliza de clássicos como Ratzel e Raffestin e de autores mais recentes como Claval e Haesbaert para introduzir o debate sobre território.

João Márcio Palheta apresenta texto sobre a organização econômica do território na Amazônia paraense. Nele, o autor discute o papel de vários atores sociais e destaca a importância da Companhia Vale na gestão territorial e por sua capacidade de gerir os recursos minerais na Amazônia, enquanto possibilidade de organização socioeconômico-territorial e o grau de sujeição dos recursos minerais ao seu aproveitamento econômico. Ele parte do pressuposto de que o território político-econômico-social contém e materializa as práticas dos diferentes atores sociais, antecipando que é na escala do município que se pode analisar a gestão territorial e o campo de poder na definição do território usado pelos diferentes atores sociais. Baseando-se em Raffestin, Badie, Santos e Silveira, entre outros, ele expõe seu entendimento de uso do território que flutua entre os níveis global, nacional e local. O recorte territorial empírico é o município de Marabá e o seu desdobramento em outros municípios, motivado pela capacidade política das elites que comandaram o poder por muito tempo na área e seus arranjos políticos locais, gerando conflitos de interesses na escala local com a emergência de movimentos sociais ligados ao uso da terra. Finalmente, ele demonstra, com detalhes, os desdobramentos que propiciaram o surgimento de inúmeros municípios na área, com suas peculiaridades e suas próprias configurações territoriais.

O texto seguinte, de Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues,

intitula-se “Da associação à regionalização: a criação do estado de Carajás”. Tema bastante atual que mobiliza diferentes atores sociais, desde o papel de diferentes associações que têm, como objetivo, a criação do município de Carajás, passa pela discussão do processo de regionalização no sul do Pará para se chegar aos argumentos que sustentam o desdobramento do Pará para a constituição do referido estado, enfatizando o papel da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (expondo a opinião de seu presidente), que converge posições políticas de diferentes siglas partidárias, visando a uma reforma do Estado que ele chama de descentralização centralizadora, mesmo que a referência seja a escala regional. Não há unanimidade na segmentação do estado pois existem, também, opiniões que sugerem, antes de mais nada, uma política de integração e não de separação. Essa dinâmica se espelha na não definição de planos de desenvolvimento da área por causa da ênfase nos aspectos políticos.

O texto de Clay Anderson Nunes Chagas tem, como título, “O nacional desenvolvimento e o Projeto ALBRAS/ALUNORTE”. Ele deixa claro, na introdução, que sua intenção é explicar quais foram as estratégias de ocupação e exploração, via Complexo do Alumínio Albras/Alunorte, que o Estado, associado a parcelas de capital internacional, estabeleceu para se implantar na Amazônia baseando-se no discurso do nacional-desenvolvimentismo e da política de desenvolvimento regional. O autor visita o histórico dos planos de desenvolvimento no Brasil e as teorias de desenvolvimento desde a década de 1970. Considerando que os grandes projetos criam “novas regiões” geradas pela presença das *company towns* e as conseqüentes formas de urbanização na Amazônia, o autor conclui pelas desigualdades sociais e do planejamento como uma forma de se legitimar o poder do Estado e do capital monopolista.

João Santos Nahum trabalha com a implantação da lei de responsabilidade fiscal, encarada historicamente como verticalidade e como instrumento de ajuste fiscal dos gastos públicos em Barcarena, como possibilidade de garantia da “continuidade e ampliação do

financiamento público alocado para reprodução do capital”. A tônica de seu texto fica bem clara em um dos subitens, em que se tratam as “horizontalidades locais e o uso do planejamento, da participação e da transparência pela elite governante de Barcarena” que, baseada em sua natureza patrimonialista, “sustenta e estrutura a gestão territorial” nas formas de seus planos plurianuais, cuja transparência não chega ao cidadão comum porque “o poder executivo e o poder legislativo” no município “não usam os meios de comunicação para informar e incentivar a participação popular durante os processos de elaboração e de discussão dos planos”. Além do mais, nas palavras do autor, “alternam-se nomes, mas permanecem práticas políticas conservadoras da gestão territorial, que não reconhecem limites entre espaço público e espaço privado” em um território em que se realizam as ações de ordem global.

Benedito Ely Valente da Cruz estuda as práticas de gestão territorial do Grupo AGROPALMA que domina a cadeia produtiva do dendê, desde as atividades agrícolas até à sua industrialização, olhando para o mercado internacional. As estratégias de gestão do grupo são evidenciadas no texto como uma “relação ‘sustentável’ com o meio ambiente, e com as comunidades e produtores (pequenos produtores e agricultores familiares) que vivem no entorno dos seus complexos agroindustriais”, por meio do reflorestamento ao longo de igarapés. As comunidades locais fornecem a mão de obra ao grupo, formando seus empregados em escola específica. Enfim, a empresa tem “práticas socioespaciais de controle e gestão territorial” que orientam suas atividades e seus projetos de expansão para “ter acesso constante a matéria-prima e mão-de-obra das comunidades ribeirinhas, constituídas por pequenos e médios produtores rurais”.

O texto “Políticas Governamentais Urbanas: breve comentário sobre o Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Agenda 21 e a Prática pelo Poder Público em Abaetetuba – PA”, de Cledson Nahum Alves, tem como preocupação o cuidado de investigar e debater o planejamento urbano definido pelo poder público. Ele detalha o papel da Agenda 21 destacando o distanciamento entre as políticas públicas federais e a

escala local mas, mais ainda, os resultados da produção da cidade com as disparidades entre a verticalização em áreas centrais e a situação crítica dos bairros periféricos e seus constantes riscos ambientais e para a saúde da população, apesar das propostas contidas no plano diretor do município. Finalmente, ele examina as propostas contidas nas políticas públicas municipais, como ferramentas de gestão, em Abaetetuba.

Shirley Capela Tozi, por sua vez, expõe seus argumentos para demonstrar os aspectos teóricos e conceituais da bacia hidrográfica. Partindo das primeiras abordagens, volta ao século XVIII para demonstrar que é difícil estabelecer quando surgiu o conceito de bacia hidrográfica, mas identifica a contribuição de Davis, por exemplo. Daí, faz o percurso que vai da teoria de sistemas ao geossistema, destacando as idéias de Bertalanffy e o papel da “nova geografia”, e a afirmação do estudo da paisagem nas décadas de 1950 e 1960. Posteriormente, ela trata de outras abordagens, como a visão compartimentada e não geossistêmica, e a incorporação do pensamento ambientalista e ecologista.

Preocupando-se com a gestão em bacia hidrográfica, Carlos Alexandre Leão Bordalo enfoca a área metropolitana de Belém para sua abordagem da Amazônia, assumindo uma visão sistêmica para demonstrar que o gerenciamento de uma bacia hidrográfica pode ser instrumento de orientação para a comunidade e o poder público. O autor compara seus estudos a outros já realizados no Brasil, baseando-se em autores que se especializaram no assunto, debatendo o conceito de bacia hidrográfica. Por sua visão sistêmica, ele considera que as formas de gestão têm que estar “integradas a todos os elementos” do sistema que precisa contar com a “participação da sociedade no processo de gestão”, baseando-se em princípios voltados para a eficiência de “sistemas de abastecimento, distribuição e tratamento de água destinados à população, às indústrias nos centros urbanos e nas áreas rurais com os projetos de irrigação que utilizam tecnologias com baixas perdas hídricas”, dado o pressuposto de que as cidades da região metropolitana de Belém têm crescido rapidamente.

Otávio do Canto, Armando Lório e Eusalina Ferrão, no último

capítulo do livro, estudam os Ribeirinhos do Mapuá, partindo de sua singularidade, no município de Breves, Ilha de Marajó. Os autores vão buscar, em clássicos como Vidal de La Blache, a noção de modo de vida para procurar entender as ações que um grupo humano exerce para garantir sua sobrevivência por meio de suas técnicas de cultivo agrícola, caça e pesca. Eles consideram os ribeirinhos como uma categoria socioespacial na Amazônia porque, por sua história e pela diferenciação de ambientes, são responsáveis pela “produção de espaços de vivência diferenciados”. É preciso levar em consideração, por exemplo, elementos como a variação da maré, característica dos “tempos das águas” e dos “tempos da terra”, mesmo que seja evidente a “apropriação do trabalho dos ribeirinhos e sua subordinação aos padrões”.

Tenho certeza de que, após o exame deste livro, o leitor terá visto um material importante para se compreender os processos e as transformações territoriais no Estado do Pará e como eles vêm se dando, principalmente nas últimas décadas. Boa leitura.

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito
Unesp/Pres. Prudente

Para uma teoria geográfica do lugar

Giovane da Silva Mota

Tratar-se-á aqui de uma dimensão da totalidade espaço - o *lugar*, e de uma dimensão da totalidade tempo - o *cotidiano*, tomadas como referência para a construção de um debate próprio à Geografia, que permita estabelecer e aprofundar os estudos produzidos no interior das ciências, e em particular das humanidades sobre a dinâmica constitutiva e a produção dessas dimensões.

É preciso ter claro que as duas dimensões propostas - lugar e cotidiano - são as mais imediatas na relação do homem com seu mundo, aquelas para as quais os sentidos oferecem as respostas mais prontamente e de forma mais incisiva, e, portanto, as que carregam maior sentido de intervenção direta na vida do indivíduo. As mediações estabelecidas em outros níveis escalares ou noutras dimensões da totalidade social vão experimentar a concretude na vida do indivíduo comum no momento em que se realizam no lugar e pelo cotidiano.

O lugar se mostra como objetivação e expressa o conteúdo histórico das realidades sociais. Por ele se realiza a ação da comunidade e dos indivíduos que se projetam como comunidade.

Entende-se que indivíduo e comunidade não constituem uma unidade necessária ao capitalismo, portanto, infere-se que a ação do indivíduo pode se realizar sem a necessidade do lugar e a relação de pertencimento pode se estabelecer em outros níveis relacionais, que não o da comunidade.

Ora, se no capitalismo o homem deixa de ser comunitário, então a idéia de lugar que mais comumente se dissemina é falsa, pois apresenta-o como fundado em relações que têm entre si laços,

demarcadamente, homogêneos, que se manifestam naturalmente a partir da casualidade do pertencimento.

O lugar se funda então na idéia de comunidade produzida, a partir de uma intencionalidade que autoriza o pertencimento, num certo nível de consciência como garantia de reprodução das estruturas materiais e dos vínculos sociais. O lugar não está dado.

De acordo com Ana Fani Carlos (1996, p. 30),

a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a constituição de uma rede de significações e sentido que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem-lugar, que no plano do vivido se vincula ao conhecido-reconhecido.

A socialização do indivíduo pode se produzir sem que se rompa a individualização, e assumir-se apenas como contato, sem que se exija uma organicidade, necessária ao estabelecimento das comunidades, ainda que a mediação seja realizada a partir das mesmas bases.

Por esse ato é que se percebe o mundo como estranhamento e fragmento, já que é reproduzido na individualização. A homogeneização se processaria a partir da unificação técnica, por isso a necessária e permanente aceleração, para que se garanta o rápido processo de unificação escalar. O capitalismo induz à unificação pela individualização, tendo a técnica como mediadora por excelência.

Produção e técnica normatizam as novas formas do viver. De acordo com Milton Santos (1996, p. 185),

Através de ações normadas e de objetos técnicos, a regulação da economia e a regulação do território [e do lugar] vão agora impor-se com ainda mais força, uma vez que um processo produtivo tecnicamente fragmentado e geograficamente espalhado exige uma permanente reunificação, para ser eficaz. O aprofundamento resultante da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação

e controle. As novas necessidades de complementaridade surgem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Estas novas necessidades de regulação e controle estrito mesmo à distância constituem uma diferença entre as complementaridades do passado e as atuais. [inserção nossa].

O lugar se vê orientado a assumir as novas regulações, sem as quais não pode dialogar plenamente com o mundo. A negação do novo projeto de regulação pelo lugar implica a mobilização, pelo mundo, dos instrumentos de mediação, persuasão ou coerção, para a viabilização da assimilação. Essa ação será tão mais intensa e sincronizada quanto for a capacidade do lugar de gerar obstáculos e a disponibilidade dos recursos necessários à garantia da produção.

Segundo Ruy Moreira (2006, p. 164),

É o lugar então o real agente sedimentador do processo de inclusão e de exclusão. Tudo dependendo de como se estabelecem as correlações de forças de seus componentes sociais dentro da cone-xão em rede. Isso porque natureza e poder de força vêm dessa característica de ser a um só tempo horizontalidade e verticalidade. Por parte da horizontalidade, porque tudo depende da capacidade de aglutinação dos elementos contíguos. Por parte da verticalidade, da capacidade desses elementos aglutinantes se inserirem no fluxo vital das informações, que são o alimento e a razão mesma da rede.

Apesar de a instrumentalização da ação apresentada pelo sistema-mundo funcionar de forma articulada e impositiva, a sincronicidade do lugar ao projeto global dependerá dos componentes sociais e estruturais dispostos em sua objetivação cotidiana e histórica.

Nessa zona de contato o passado é reivindicado como realização para o presente, manifesta-se como tradição dos usos e costumes, e incide sobre a compreensão dos sujeitos determinantes

na realização da comunidade e do lugar. Instrumentalizada pelo discurso e pelas materializações do passado, a tradição se apresenta ao mundo como obstáculo mais imediato, numa possível negação; e se faz assim porque se reconhece, a comunidade, como genericidade para-si.

Com Agnes Heller (1987, p. 239), pode-se entender que

la objetivación de la actividade genérica en sí es al mismo tiempo unitária y articulada. Se distingue en tres formas de objetivación distintas y unitárias: en primer lugar *el mundo de las cosas* [...], es decir, *los utensilios y los productos*; en segundo lugar, el mundo de los *usos*; y en tercer lugar el *lenguaje*. Las heterogéneas formas de actividad de la cotidianidad humana son conducidas y reguladas por estas tres objetivaciones.

Finalizando o raciocínio, a autora esclarece:

podemos decir que los utensilios guían sobre todo la actividad material-concreta, los usos, los modos de comportamiento, y el lenguaje, el pensamiento. Y a inversa: los utensilios, las objetivaciones cósmicas, son sobre todos los productos del movimiento finalizado, del trabajo; los usos son objetivaciones de modos de vida derivadas de la producción y distribución así como de otras actividades sociales; en el lenguaje se objetiva fundamentalmente el pensamiento humano (*Idem*).

Aos objetos, aos usos e à linguagem, que compõem a objetivação do lugar, deve-se acrescentar a técnica, e então é possível visualizar o *modus vivendi* de cada comunidade. É a partir da representação dessas atividades, em cada momento histórico, que uma dada comunidade se estrutura como significação, para-si e para os outros.

Mundo e lugar, como totalidades indissolúveis, são emanações desses conteúdos, próprios e particulares a cada um, reivindicam-se como unidades e autorizam mediações ao estabelecimento do contato, buscam-se como justificação da existência. Num e noutro estão

presentes os componentes da genericidade, e estão determinados por temporalidades específicas de cada uma das dimensões. Objetos, usos, linguagem e técnica respondem por suas dimensões, comprometidos que estão com seu desenvolvimento histórico.

A partir desse entendimento é que se torna possível clarificar e visualizar a ação do capitalismo ao se apresentar aos lugares. Essa ação não se faz, imediata e forçosamente, como dissolução, mas vem mediada pelas capacidades e habilidades dispostas naquele momento por cada dimensão. Obviamente, por força de hegemonia, os termos do contato se apresentam marcados pela desigualdade na capacidade de ação e reação.

É preciso esclarecer que o capitalismo, ao introjetar a dissolução nas comunidades naturais, não está, imediatamente, propondo o seu desaparecimento, mas antes de tudo sua reconstituição sobre novas bases; bases estas atualmente mediadas pela técnica da velocidade e da informação. Ora, a dissolução implica a reconstrução e em casos extremos a recriação da produção, o que demanda energia, investimento e tempo; no caso da assimilação, uma rápida e eficiente adaptação já autoriza o uso, enquanto se constituem as novas formas de apropriação. Daí a dissolução não se apresentar como um *a priori* na relação entre o mundo e o lugar.

Las objetivaciones en-sí están dotadas de un relativo estado de quietud frente a los movimientos y cambios capilares. Las nuevas experiencias, demandas, necesidades, modos de producción y distribución cambian siempre el sistema de objetivaciones; se encuentra circundado de nuevas cosas, nuevos usos, y cambia incluso la estructura del lenguaje. Sin embargo, las objetivaciones en-sí actúan en un cierto sentido conservador; la apropiación de los modelos de un determinado sistema de referencia predetermina las nuevas experiencias y puede frenar, aunque en modo y medida distintos, el mismo proceso de cambio, la generalización de las nuevas experiencias, el surgimiento de nuevos tipos de pensamiento (HELLER, 1987,

É certo que, quando se está pensando no mundo, se pensa no projeto que o capitalismo tem apresentado como mais viável para a dinamização das forças produtivas na atualidade, aquele que se tem denominado de globalização, regulado pela aceleração e disseminação do meio técnico e controlado, a partir da densificação da ciência e da informação.

Considerando esse projeto é que se tem estabelecido os mecanismos de respostas dos lugares. É, pois, por esse contato que se farão mobilizar e atuar todas as potencialidades e capacidades de ação.

Por esse motivo, é que a atual fase do capitalismo tem se manifestado através do primado da técnica, transmutada e articulada em meio técnico como veículo da mediação, seja em forma de ação efetiva, seja em forma de discurso da competência, capaz de impor normatizações ao funcionamento dos lugares.

Como dito anteriormente, o grau de reação do sistema a uma possível situação de negação irá depender da disponibilidade de energia social e material, existentes no lugar; de sua capacidade de agregação de mais energia para a ação e do nível de interesse do mundo sobre suas potencialidades.

A efetividade da resposta dependerá substancialmente do grau de envolvimento social e da cristalização das objetivações produtoras do modo de vida. Abre-se a possibilidade da ultrapassagem da genericidade em-si para a genericidade para-si, salto qualitativo na experiência vivida do lugar.

É preciso ressaltar que essas condições apenas despertam a possibilidade da consciência como potencialidade, mas não determinam sua efetivação, visto que a aglutinação de toda essa energia pode se fazer objetivando a manutenção das condições de vida no nível em que se encontram, portanto, atuando como reforço à genericidade em-si. É importante lembrar o papel da tradição na manutenção dos laços para a produção e reprodução das condições sociais. Ora, a tradição nada mais é do que a cristalização, em forma

de usos e costumes, das objetivações do trabalho e das relações daí advindas.

Essa dinâmica revela a força do lugar nos tempos atuais, porque o apresenta como totalidade capaz de desencadear a construção de um espelho para o mundo, que permita desvelar os truques ocultos por trás de suas maravilhas técnicas. A aparente objetividade e neutralidade do objeto técnico traz embutido um falso discurso de unificação e igualação das realidades materiais e sociais.

Permitida, a técnica invade e incorpora o vivido, dá a ele uma nova funcionalidade que atenda a suas normatizações, imprime-lhe um ritmo regulado por temporalidades que lhe são exteriores, permite a sensação de autonomia do viver, mesmo que acompanhada, vigiada e regulada passo a passo pelos diversos *gadgets* da atualidade. Controladores e mediadores de tempo, de trabalho, de movimentação, de localização, de informação, enfim, os *gadgets* correspondem à multiplicidade de quinquilharias tecnológicas que mixam no discurso a utilidade à futilidade. Aglutinam-se cada vez mais em unidades móveis e cada vez menores, capazes de serem mais rapidamente assimiladas ao cotidiano pela qualidade da praticidade e/ou mobilidade.

Henry Lefebvre elucida esse ato de ilusionismo (1969, p. 248-249):

Resulta daí um fetichismo da ‘criação’ que se degrada num culto do fazer e do saber-fazer, depois em admiração pelos ‘truques’ e os *gadgets*. A relação das consciências pessoais com uma realidade sensível penetrada de abstração técnica entretém esta ideologia banal do fazer, assim como a atitude inversamente banal da admiração contemplativa. [...] O fazer ou saber-fazer que cada qual reclama ou admira tem precisamente por caráter diferenciar-se do trabalho parcelar, isto é daquilo que cada um faz realmente numa práxis dominada pela tecnicidade. [...] Copia-se de longe a grande técnica. A gente se sente moderno.

É essa ‘grande técnica’, revelada por Henry Lefebvre, que se oculta no acolhimento do projeto-mundo atual, a técnica do domínio do tempo e do espaço, e, através deles, o domínio das relações que os produzem. Por isso o lugar se apresenta com maiores perspectivas de ruptura, pois enquanto a totalidade-mundo já se manifesta determinada pelo domínio das regulações técnicas, a totalidade-lugar ainda se apresenta capaz de redefinir os objetos técnicos, “apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade os obriga a agir em conjunto e solidariamente”, é o que ensina Milton Santos (1996, p. 34).

O lugar é o campo onde se entrecruzam as forças dessa multiplicidade de ações e reações. Materialidade do acontecer solidário e do acontecer disciplinado e regulado, o lugar é capaz de articular o vivido e o concebido e redimensioná-los no acontecer histórico.

Modo de produção e gênero de vida manifestam-se dialeticamente como faces de um mesmo movimento, o da realização do ser social. *Modus operandi* e *modus vivendi* se imbricam numa unidade orgânica recriando o acontecer. Transmutam-se, no horizonte da recomposição, em modo de produção e modo de vida, sem que se percam as especificidades e peculiaridades que regulam cada uma das manifestações.

É pelo modo de vida que o modo de produção ganha concretude e cotidianidade, materializando-se nas relações do vivido; inversamente, é pelo modo de produção que o modo de vida ganha finalidade e historicidade, preenche-se de sentido e reproduz a humanidade.

Segundo Ruy Moreira (2006, p. 182) e considerando esse raciocínio, seria possível rediscutir o conceito de gênero de vida, a partir do qual a Geografia tem se aproximado do modo de vida do lugar.

Tanto o gênero de vida quanto o meio técnico partem do mesmo princípio e composição de elementos. Trata-se de uma combinação de meio geográfico, técnica e população. O meio geográfico origina e ao mesmo tempo é originado por uma cultura técnica que a população cria no processo de conversão

do meio geográfico em meio e modo de vida. A argamassa desse todo é o sistema de normas e regras por intermédio das quais a população regula a totalidade das convivências.

Passado e futuro se encontram nas contradições do lugar no presente (gênero de vida e meio técnico). Se as contradições são o motor da história, é possível observar o lugar mover-se para um redimensionamento de seu conteúdo e para a refundação de sua materialidade.

A superação das condições que mantêm o lugar agrilhado à reprodução das objetivações da genericidade em-si não se pode fazer à custa de sua dissolução numa totalidade amorfa e desidentifi-cada, ou ainda de sua incorporação plácida e incondicional ao projeto mundo que se quer hegemônico. Por um ou por outro plano o caminho que se aponta é o da subversão de seu conteúdo por dinâmicas que lhe são exteriores, e para a regulação exógena de sua materialidade.

Lugar e mundo realizam-se mergulhados numa totalidade múltipla que age e faz agir todas as dimensões da história e do acontecer cotidiano, onde as ‘materialidades herdadas’ atuam na composição do novo e absorvem dele os elementos que lhe revitalizarão o fazer.

A totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidades. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. Essa seletividade tanto se dá no nível das formas como no nível do conteúdo. O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua especialização, que é também particularização (SANTOS, 1996, p. 100).

Prenhe do mundo, o lugar se abre às possibilidades da genericidade para-si, e se refaz como uma potencialidade originalmente nova, porque projetada como superação de sua

realidade em-si. Por esse movimento contraditório, de afirmação e negação do mundo, pode o lugar apresentar uma alternativa que não seja a da oposição ou da aceitação passiva; mas a da realização cooperativa das materialidades e dos nexos solidários do acontecer.

Os caminhos para a construção de um acontecer solidário, conforme propôs Milton Santos, passam pela identificação e reconhecimento dos conteúdos próprios a cada lugar, bem como pela sua interligação totalizante na proposição de reorientações do fazer e do viver, considerando as determinações do mundo técnico no qual está inserido.

OS FUNDAMENTOS DO LUGAR

Para dar um termo ao presente artigo é necessário ter em mente os conceitos apresentados e sistematizados para que se possa estabelecer, de forma cuidadosa, a proposição terminal da construção de subsídios para a sistematização de uma teoria geográfica do lugar.

Não é objetivo negar a existência de esforços já estabelecidos nessa direção, mas acrescer ao corpo teórico existente as contribuições aqui produzidas, e ampliar o debate em torno da produção de uma teoria do lugar, tomando como referência a perspectiva da análise geográfica, ao mesmo tempo em que se amplia a problematização do lugar, como concretude na realidade da Amazônia.

Os debates estabelecidos a partir do diálogo com os autores Agnes Heller e Henri Lefebvre foram balizadores e instrumentalizadores na busca dessa sistematização. Com Milton Santos se realizou a aproximação com os atuais debates propostos na Geografia brasileira sobre a temática.

Assim estabelecido, foi possível absorver dos textos analisados de Agnes Heller os conceitos de cotidiano e comunidade, bem como a noção de sujeito em-si e sujeito para-si, como elementos centrais para o estabelecimento das aproximações com o debate da Geografia.

Com a autora se pôde entender que a compreensão da dimensão do cotidiano implica um movimento de superação do

sujeito, da particularidade à individualidade. Compreenda-se a particularidade como o processo de individualização do sujeito, promovido no interior do desenvolvimento da sociedade capitalista, que, para Agnes Heller, apresenta-se como uma sociedade que produz um indivíduo egoísta, cujo objetivo atua apenas na reprodução de suas próprias condições de existência, sem conceber-se em sua dimensão societária e humana.

Esse caminho de individualização, promovido pelo capitalismo, a autora aponta como o da construção e reafirmação do indivíduo (sujeito) em-si, em que o único laço de sociabilidade, como dimensão da consciência, se colocaria para o grupo nuclear da família. A superação dessa condição, pelo indivíduo, seria determinada social e historicamente e implicaria a consciência dos conteúdos ideológicos da individualização (alienação), e o reconhecimento de sua genericidade. Esse reconhecimento de sua condição humano-genérica seria um dos passos cruciais na superação do homem singular, indivíduo burguês, egoísta; e elevaria o indivíduo em-si ao indivíduo para-si, da particularidade à genericidade, e desta à individualidade.

É importante reconhecer esses movimentos de individualização, pois através deles o capitalismo consegue introjetar e manter os mecanismos de controle da realidade cotidiana do indivíduo. Como dito noutro momento, entender a vida cotidiana implica entender o processo de reprodução social do indivíduo particular.

O cotidiano existe, imediatamente, no e pelo indivíduo particular. A compreensão do funcionamento desses mecanismos de realização das estruturas do cotidiano - repetição, acidentalidade, casualidade, heterogeneidade - é que autoriza a superação da condição de alienação.

Foi necessário questionar como o indivíduo, mergulhado que está no cotidiano alienante, atingiria o nível de consciência necessária à superação de sua condição particular, na direção de sua genericidade.

Nesse momento, as condições de objetivação e sociabilidade se apresentaram como resposta. Ora, é no interior das relações de produção que o indivíduo entra em contato com sua dimensão

humana e existencial, É a partir desse contato social que o indivíduo tem que responder às suas condições mínimas de existência, mas é por esse contato, também, que ele pode assumir a consciência coletiva da produção, e reconhecer-se como genericidade. É a materialidade objetivada do trabalho e da sobrevivência a base da consciência social do indivíduo particular.

Foi visto que, na sociedade capitalista, a reprodução do indivíduo particular prescinde da socialização, tendo em vista a reafirmação do indivíduo egoísta burguês, mas esse processo de reprodução do indivíduo não necessariamente se faz como negação da sociabilidade, uma vez que as formas de socialização na sociedade capitalista se fazem sob a égide do processo de alienação.

Assim, foi possível identificar os grupos e as comunidades como mediadores da sociabilidade do indivíduo particular, que, colocado em contato com outros indivíduos no processo de produção, poderá estabelecer laços de relacionamento e convivência.

Por meio desses mediadores, o indivíduo tem a possibilidade de desenvolver suas potencialidades e habilidades humanas e sociais, a partir de um complexo sistema de integrações e intercomunicações intercambiáveis, que lhe permitem e estimulam o contato. A sociedade técnica e informacional tem estimulado e desenvolvido esses caminhos através da aceleração dos sistemas de comunicações rápidas ou instantâneas, mesmo que objetivando a ampliação e maximização do lucro por meio do consumo.

É possível assegurar que o grupo manifesta-se, prioritariamente, como uma relação social, enquanto a comunidade exige algum grau de espacialização para se exercer, posto que as comunidades já pressupõem hierarquizações e regras de conduta e convivência, tácitas ou normatizadas, que têm como elemento distintivo, principal, a eletividade do pertencimento.

A idéia de pertencimento está vinculada às objetivações, que, portanto, exigem materializações para produção, reprodução ou uso do cotidiano do indivíduo particular. Essas objetivações foram apresentadas como *objetivações primeiras* ou *primárias*, que seriam o conjunto de relações sociais e materiais que constituem e servem

de base para garantia das necessidades do viver; e como *objetivações secundárias*, que nascem da consciência do indivíduo no processo de sociabilização; nascem, portanto, não da produção da necessidade, mas da consciência da necessidade e de sua superação.

É preciso deixar claro que, se para viver o indivíduo particular pode exilar-se da socialização dos grupos ou das comunidades, podendo realizar-se socialmente através dos *gadgets* mediadores da sociedade tecnológica capitalista na reprodução das condições do viver cotidiano esse contato se faz inevitável, dado que essa reprodução é, também, um ato de produção material, e que o indivíduo particular não consegue realizá-la de forma isolada.

Ora, foi dito que é por esse contato na produção que o indivíduo particular percebe-se em sua dimensão social, e que a *práxis* de sua reprodução implica a reprodução dos grupos e comunidades que o auxiliam na produção-reprodução de suas condições do viver cotidiano.

O pertencimento nasce desses vínculos eletivos, temporários ou permanentes, para a reprodução do viver cotidiano, daí a importância dos grupos (família, escola, igreja, etc.) como articuladores entre os indivíduos e as comunidades, entre a reprodução social do indivíduo particular e sua reprodução material.

Portanto, a comunidade contribui efetivamente para a reprodução social e material do indivíduo, já que pode reproduzir ou refletir as objetivações primárias e secundárias do indivíduo particular, assim como abre a possibilidade do reconhecimento da genericidade, e o caminho do indivíduo em-si para o indivíduo para-si.

De posse dos conceitos propostos por Agnes Heller, foi possível apresentar as contribuições de Henri Lefebvre sobre o cotidiano e a reprodução das relações sociais de produção como estruturas que redimensionariam a concepção do vivido e sua relação com a produção histórica e material do indivíduo.

Da leitura das obras de Henri Lefebvre tornou-se possível construir o raciocínio a seguir, em que a constituição do espaço vivido do indivíduo se processa a partir das determinações de um *modus operandi*, orientado e determinado pelo modo de produção;

e de um *modus vivendi*, realizado como relações de cotidianidade e imediatez.

É na e pela articulação e reprodução dessas unidades constitutivas que o capitalismo consegue reproduzir-se como sistema produtivo e manifestar-se em todas as dimensões e escalas do viver, da mais geral à mais específica, do mundo ao lugar; mesmo que a realidade cotidiana negue, pela aparência, a existência de uma unidade, de um nexo que forje a homogeneidade do projeto hegemônico de reprodução do capital.

Foi possível entender, por esse desenvolvimento, que no processo de produção social do cotidiano é que são introjetados os elementos capazes de dissimular a percepção do real como totalidade; e que, portanto, a identificação e compreensão do funcionamento desses elementos permitiriam desvendar o jogo ideológico de ocultação dos determinantes da realidade vivida e do esvaziamento do seu sentido.

Assim, com Henri Lefebvre, foi possível demarcar a repetitividade, a trivialidade, a heterogeneidade, a linearidade e o fragmento, como elementos que constituem o cotidiano do indivíduo, mas que são percebidos separadamente, não fornecendo, por suas propriedades particulares, uma imagem unitária do real, capaz de apresentar o cotidiano como um constructo histórico e totalizante, representando-se apenas por sua imagem caótica.

Resultante dessa constatação é que Henri Lefebvre apresenta o conceito de reprodução das relações sociais de produção como conceito-chave para a decifração do cotidiano e da apreensão da realidade vivida, em sua totalidade sistêmica, e em sua articulação com as determinações do modo de produção.

É pelo processo de reprodução das relações sociais de produção que se fundiriam o *modus operandi* e o *modus vivendi*, na constituição do acontecer cotidiano, e que estariam garantidas as condições de manutenção do indivíduo como unidade isolada e existência parcelar, pois pela individualização alienante, contida na divisão técnica do trabalho, se garantiria a reprodução de uma existência desprovida de sentido, em que o indivíduo seria acionado apenas, e simplesmente,

para a reprodução de suas condições materiais de viver. O sentido estaria dado como reprodução natural e biológica.

Assim reproduzido o cotidiano, estaria o indivíduo aprisionado numa imediatez permanente, cuja história seria apenas a da sua reprodução biológico-natural articulada à reprodução de seu grupo de existência (família) e convivência (meio social). Por esse processo, o cotidiano cumpre um papel decisivo na constituição das determinações do real: o da supressão do horizonte histórico da realização do indivíduo para-si e da eliminação do vir-a-ser como condição de existência humana.

Exatamente nesse momento, o cotidiano mostra sua força ideológica na organização do vivido. Ao organizar-se e introjetar-se nas tarefas, funções, horas do fazer e do lazer, nas rotas de circulação, nas rotinas da produção, o cotidiano está informando ao indivíduo os limites de sua existência e normatizando sua realidade, para que garanta a permanente reprodução do *status quo*.

Essa normatização do viver somente se torna possível graças à repetitividade e à trivialidade dos fenômenos envolvidos na produção do cotidiano do indivíduo, bem como da permanente indução do processo de individualização do sujeito, conseguido, como já foi dito, através das diversas fragmentações, ocorridas no interior da estrutura social e produtiva, e que contribuem ao olhar fragmentário do indivíduo sobre o mundo e sobre sua realidade.

Portanto, a imagem fragmentária da realidade vivida é produzida por um processo conjunto de inversões e afirmações, da qual o indivíduo percebe apenas a parcela mais imediata, e que assume a feição de cotidiano. Visto dessa maneira, o cotidiano assume a forma do acontecer, e o acontecer é o presente reproduzindo a si mesmo, numa permanente repetição da rotina do viver. História e cotidiano postam-se numa oposição irretratável, eis o objetivo maior desse jogo ideológico do qual faz parte o cotidiano.

A percepção de Milton Santos estava justamente aí, no fato de que, ao reproduzir-se a sociedade e as formas de organização e produção do viver, estavam dadas as condições de reprodução de um sistema maquínico de opressão, alienação e exploração, com

pretensões globalizantes, em que a constituição de um sistema técnico-científico e informacional cumpre um papel determinante na regulação desse processo de produção-reprodução.

Pela reprodução ampliada desse sistema técnico é que se criam as condições para a homogeneização das realidades sócio-espaciais, em que o projeto de globalização, como produto resultante da hegemonia do projeto de mundo capitalista, assume a condução e a forma da organização das sociedades.

É por esse movimento que o horizonte de reprodução do modo de produção capitalista - reprodução da mais-valia e do lucro - se reproduz no interior das relações da vida cotidiana, assumindo a forma da reprodução da naturalidade do viver. Tempo-mundo e espaço-mundo se fundem e confundem ao tempo e espaço cotidianos, não como dimensões de uma totalidade orgânica, mas como manifestação da lógica de reprodução do sistema produtor de mercadorias, o capitalismo.

Ora, aprisionado o indivíduo na rotinização do cotidiano, como reprodução deste; desprovido o sujeito de sua dimensão histórica, pelo processo de hegemonização e homogeneização das formas de produção e organização, pelo modo de produção capitalista; resta apenas decretar o fim da História, como o fez Francis Fukuyama (1992), ao determinar a hegemonia do capitalismo sobre todos os domínios do viver.

Desse raciocínio, é possível concluir que o espaço seria um constante amontoar de objetos, cuja lógica seria apenas a de garantir o suprimento das necessidades básicas do indivíduo particular e de seu grupo primeiro (família), não cumprindo nenhuma outra determinação, desprovido, portanto, de qualquer racionalidade, em que a localização e distribuição dos objetos espaciais cumprem apenas uma determinação funcional de acessibilidade e deslocamento.

Por esse motivo, Milton Santos vai recorrer ao lugar, visto este ser o *locus* privilegiado da reprodução do indivíduo, quando está manifesto no interior da comunidade. Através do lugar, o espaço vivido assume as feições das necessidades e objetivações sociais do indivíduo, na sua relação direta com o espaço total e com a

comunidade na qual está inserido.

No espaço vivido estão dispostas as múltiplas realizações do mundo, das comunidades e da cotidianidade. O espaço vivido assume a forma do desejo funcional do indivíduo, já que cumpre a função da localização que garante a acessibilidade e o deslocamento entre e através dos diversos momentos do viver cotidiano. Casa, trabalho, escola, comércios, lazeres, enfim, a distribuição dos espaços do viver responde a uma lógica de produção do viver e de reprodução das estruturas que determinam o viver.

Como visto, modo de vida e modo de produção se encontram no espaço vivido determinando os termos da ação do indivíduo, e sua relação com a totalidade social.

São os conteúdos do espaço vivido que articulam o ser e o estar do indivíduo particular, e determinam sua relação de pertencimento. Eis aqui o fundamento do lugar. O *modus vivendi* e o *modus operandi*, são as dimensões capazes de articular, espacial e historicamente, o espaço vivido e o mundo através do pertencimento, realizando socialmente o indivíduo, dando-lhe um *locus* referencial e existencial - o lugar.

O lugar manifesta-se socialmente, mesmo que se apresente ao indivíduo como uma singularidade que lhe é peculiar, portanto, exige historicidade e materialidade. Essas exigências constitutivas reclamam do indivíduo a convivência, mesmo que temporária, para com grupos comunitários, pois é por essa interação que o indivíduo reconhece-se socialmente e percebe-se pertencendo, e é nesse momento, também, em que apreende e aprende a manusear as bases para a constituição do seu viver cotidiano.

Lugar e cotidiano, espaço e história mesclam-se na existência do indivíduo e desvendam seu conteúdo ontológico, a totalidade do ser, determinado social e historicamente. Eis por que Milton Santos aponta o lugar como uma totalidade, onde estão postas em movimento as dinâmicas do mundo e do cotidiano, onde se encontram imbricadas as temporalidades globais e locais, reafirmando, assim, a dialética como ordem do espaço.

Como já foi afirmado, reconhecer o *lugar* no interior do pensamento geográfico não significa a instauração de um novo

objeto para a ciência, mas, e sobretudo, identificá-lo como elemento constitutivo da totalidade-espacialidade orgânica do mundo. Essa é a tarefa que se impõe à Geografia, a de identificar os caracteres determinantes da relação Mundo $\Leftrightarrow$ Lugar, que participam na constituição do viver cotidiano do homem comum.

Esperamos com isso apresentar elementos que estimulem e subsidiem o debate na e pela Geografia da temática do lugar e do cotidiano, respondendo ao desafio, proposto por Milton Santos, de forjar instrumentos que nos habilitem a dialogar e atuar nessa dimensão, que há muito temos relegado.

É necessário refundar o lugar na Geografia, para a partir dele podermos propor o mundo. É necessário construir uma Teoria Geográfica do Lugar, que responda aos imperativos do mundo, não como oposição à sua manifestação, mas que integre essas dimensões numa totalidade analítica, que nos permita perceber o espaço geográfico como unidade histórica e cotidiana, onde o concebido e o vivido se integrem, não somente na existência do indivíduo, mas em sua consciência.

Pensar o lugar significa pensá-lo como objetivação das projeções do mundo e das necessidades das comunidades. Por essas objetivações o indivíduo se realiza e se manifesta, simultaneamente, como uma particularidade em-si e como um ser social. Assim, indivíduo e sociedade, lugar e mundo se reencontram na busca da superação das necessidades do acontecer que oprime - pautado na reprodução de uma repetição alienante; por um acontecer que liberta - fundamentado na construção de laços solidários de convivência.

A construção de uma teoria geográfica do lugar passa pela construção de formas apropriadas de apreensão dessa realidade particular, sem negar seus conteúdos objetivos e subjetivos, ao mesmo tempo em que permite sua devida articulação com a totalidade mundo.

A Geografia abre um caminho para reencontrar seu futuro numa de suas categorias relegadas ao passado. O lugar pede passagem na Geografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F. *O Lugar no/ do Mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- GEERT'Z, C. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- _____. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1987.
- LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classes*. Porto: Escorpião. 1974.
- MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RELPH, E. C. As bases Fenomenológicas da Geografia. *Revista de Geografia*, Vol. 4, nº 7, Rio Claro: AGETEO 1979.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1978.
- _____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

O conceito de território nos estudos sobre pesca

Christian Nunes da Silva

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar o território como um espaço natural ou humanizado, onde ocorre uma delimitação qualquer, com um uso ou múltiplos usos que implicam uma manifestação de Poder, gerando ou não conflitos entre os personagens que vivem ou que se apropriam subjetivamente e efetivamente deste espaço (SILVA, 2006). Desse modo, verifica-se que a problemática que envolve a apropriação do espaço por diversos personagens deve causar preocupação e interesse na maioria dos estudiosos que se atêm a estudar o espaço humanizado, apropriado pelo homem, não apenas o geógrafo, mas também o sociólogo, o antropólogo, etc., pois faz parte da tarefa destes profissionais pesquisar o espaço e a ação do homem sobre ele. No momento em que as territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir das apropriações, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territorial – ordenamentos territoriais - devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que se possa entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado.

Pensar em território como categoria de análise para se estudar a estruturação do espaço apropriado remete à idéia de que a projeção das ações que determinados atores empregam no espaço é derivada da forma como esses grupos buscam a produção espacial. Esta produção se dá a partir da apropriação e da utilização dos recursos naturais para suprir necessidades humanas básicas de sobrevivência – alimentação,

vestuário, moradia, etc., além da ampliação de possibilidades na inserção socioespacial no projeto capitalista de vida.

No caso da pesca artesanal, essa problemática é corrente no momento em que o território de pesca de uma comunidade¹ deve ser relacionado com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores – os pescadores. Dessa forma, inserem-se neste contexto os territórios de pesca, comumente chamados de *pesqueiros*, onde os indivíduos integrantes das colônias de pesca se utilizam de um determinado espaço para a extração dos recursos. Assim, a colônia de pesca apresenta-se como a organização social que determina a normatização dessa extração, conseqüentemente, desse território, a fim de promover um uso racional dos recursos, partindo do preceito de sustentabilidade² que envolve atualmente a discussão ambiental.

Não se pode, porém, desconsiderar que as diferentes escalas de atuação socioespacial estão inter-relacionadas com a forma de apropriação do espaço e do uso racionalizado dos recursos naturais, de forma que haja uma superposição de escalas no que diz respeito à normatização do uso dos recursos naturais. Essa é uma preocupação permanente que direciona as ações das comunidades locais para que ocorra um movimento de resistência por parte destas comunidades, o que se materializa espacialmente com um aparato territorialmente interdependente no que diz respeito às formas de sistematização das relações de poder entre as escalas de organização socioespacial.

Um exemplo desse processo diz respeito à normatização de atividades localizadas que utilizam ações específicas para determinar sua área de vivência e sobrevivência na busca cotidiana por recursos. Essas comunidades procuram, portanto, realizar uma reestruturação do espaço que se baseia na delimitação de seus territórios o que

¹ A noção de comunidade será utilizada aqui, muitas vezes, como se referindo à questão das comunidades participantes de colônias de pesca.

² O conceito de sustentabilidade é aqui compreendido como “o nível de utilização de recursos que permita a manutenção de atividades indefinidamente, sem degradar o estoque de capital, incluindo o estoque de capital natural” (ALEGRETTI, 1994, p. 18).

muitas vezes não coincide com a delimitação de outros grupos e até mesmo das instituições públicas.

Assim, verifica-se a existência do pressuposto de que as práticas espaciais revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos (BECKER, 1988). Daí deriva a formação de vários territórios. No bojo da prática pesqueira, este é um fato comum, sendo que esses territórios de pesca, os pesqueiros, estão intrinsecamente relacionados com a variedade de atores, recursos e modos de vida dos indivíduos que têm na pesca sua principal atividade, sejam eles pescadores artesanais, pescadores industriais, pescadores esportivos, intermediários, etc.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Para se estruturar um questionamento relativo às questões de território e territorialidades que emergem nas discussões geográficas, não se pode excluir das considerações as acepções teóricas presentes na obra de Ratzel (apud MORAES, 1990), que discute a relação entre os homens e entre estes com o meio no qual se inserem para obter os recursos necessários à sua sobrevivência.

No pensamento ratzeliano, presente em sua obra *Antropogeografia*, caberia à Geografia, como preocupação central, buscar o entendimento de como os povos se dispunham pela superfície terrestre, levando em consideração a apropriação dos recursos naturais necessários à sobrevivência da humanidade e o condicionamento que os fatores naturais exerceriam sobre a ação humana nesta apropriação. Ou seja, restaria tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento, as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas redes originárias e dos espaços pelos quais trafegavam (RATZEL apud MORAES, 1990).

Como norteadores deste pensamento pode-se destacar três princípios que direcionavam o olhar geográfico sobre o fenômeno do progresso social, o qual se assentava na relação de intimidade existente entre os povos e o meio nos quais se inserem, pautando-se na conscientização social de utilização da natureza. Esses princípios

seriam “a ação dos elementos naturais sobre a evolução da sociedade; a distribuição das sociedades sobre a superfície terrestre e a formação dos territórios” (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 12). A junção desses elementos definiria a configuração territorial posta para cada sociedade em determinado período histórico. Então, chega-se à conclusão de que o território seria uma determinada porção terrestre apropriada por um grupo humano, tendo como princípio norteador sempre a relação de propriedade de um grupo ou mais sobre um espaço delimitado, o que pressupõe o território como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade (RATZEL apud MORAES, 1990).

Outro conceito que deve ser levado em consideração a partir da relação homem-meio é o de *espaço vital* como manifestação da necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis, o que, de acordo com as considerações ratzelianas seria a porção do planeta necessária pra a reprodução de uma dada sociedade.

Partindo do pressuposto de que as relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e de alimentação, pode-se aferir que quanto mais sólido se torna o vínculo pelo qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade no solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade do seu território. Há a derivação de uma delimitação que deve ser levada em consideração quando se pensa na materialização das práticas sociais e sua especificação a partir de um zoneamento que surge das ações coletivas de uma determinada comunidade local e que de certa forma é respeitada pelos outros grupos.

Claude Raffestin (1993), outro importante teórico da Geografia Política, insere na questão referente à produção do espaço e à apropriação do território a discussão sobre poder, entendendo-o como parte intrínseca de toda e qualquer relação, ao configurar-se como o alicerce móvel das relações de forças que estão em consonância para a configuração socioterritorial posta em determinado tempo e espaço,

os quais são organizados pela combinação de energia e informação.

Na formulação de Raffestin (1993), a Geografia Política enfatizaria primordialmente três elementos: a população, de onde emana todo o poder e a capacidade de proceder à ação para a transformação; o território, entendido como a cena do poder e o lugar de todas as relações; e os recursos, que determinam e direcionam o alcance da ação. Estes seriam os trunfos do poder com possibilidades de formarem redes relacionais, sendo que o poder instituído ao Estado visaria à dominação sobre os homens e as coisas.

Para Raffestin, o território seria o espaço onde é projetado o trabalho humano, seja em forma de energia e/ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Ou seja, a construção territorial se conforma na configuração de tessituras, nós e redes constituintes do sistema territorial, como delimitação dos campos operatórios determinados por uma prática espacial.

Não é à toa que Raffestin (1993) preconiza que o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações. Contudo, sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. A materialização das ações de apropriação é que vai determinar a importância e as características que um determinado território vai adquirir para um dado grupo. Isso transforma o território num trunfo particular como espaço político, o campo de ação de diversas territorialidades, a ação da população e apropriação dos recursos por essa população.

Considera-se que o território se estrutura a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (RAFFESTIN, 1993), pois somente com a apropriação de um espaço concreto ou abstratamente é que há a sua territorialização, e assim a instituição do território. Isto revela que o território é o espaço onde se projetou um trabalho e que é marcado por relações de poder. Sendo assim,

O espaço preexiste a qualquer ação; é dado como se fosse uma matéria-prima; 'local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer

conhecimento e a qualquer prática dos quais será objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 44).

Nas questões referentes à territorialização das atividades humanas, como a atividade pesqueira, isso se torna materializado quando se percebe a delimitação específica que se materializa como uma malha política que não emerge do poder estatal e sim da força política localizada nos grupos sociais – no caso das colônias de pesca, que efetivamente utilizam os espaços para dele extrair os insumos necessários para a sua sobrevivência, conforme será verificado posteriormente.

Entretanto, para que ocorra a sistematização da apropriação do território faz-se necessária a instituição de um sistema de símbolos que possam ser identificados pelos vários grupos que interagem num determinado território, para que este seja efetivado e marcado por toda uma infra-estrutura, pela força de trabalho e pelas relações de produção, em suma, pelo modo de produção. E assim preconiza-se a transformação do espaço que se tornou o território de um ator, desde que transformado em relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993).

Pode-se afirmar que a delimitação dos territórios nada mais é do que a materialização das relações de poder que estão ocorrendo em um determinado espaço e que irão sintetizar, a partir dos limites espaciais, a construção de malhas político-sociais na superfície do sistema territorial para identificar a base de ação dos campos de poder em consonância num determinado território.

Ou seja,

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós, à construção de redes. É o que se poderia chamar de ‘essencial visível’ das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar

ligados a decisões (RAFFESTIN, 1993, p. 33).

Essa afirmativa é a materialização da idéia de que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, se traduz por uma “produção territorial” que intervém na criação de tessituras, nós e redes (RAFFESTIN, 1993). E são esses os pressupostos de que o território só pode ser materializado a partir da sistematização de ações, as quais derivam da formação real do projeto político de um grupo, ou seja, a partir da base territorial de ação dos grupos predeterminados para a realização de suas atividades. Badie (1996) faz referência a esta questão quando observa que:

O território já não é constitutivo de uma comunidade política, mas está colocado numa relação inversa; submetido às lógicas microsociais definidas *a priori*, ele torna-se instrumento de separação e de distinção em vez de se impor como princípio de continuidade e de gestão política (BADIE, 1996, p. 21).

Torna-se evidente que falar em território é fazer uma referência implícita à noção de limite (de espaço político) que, mesmo não sendo traçado, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (RAFFESTIN, 1993). Com isso, tem-se a certeza de que

Delimitar é pois, isolar ou subtrair momentaneamente ou ainda manifestar um poder numa área precisa. O desenvolvimento de uma malha ou de um conjunto de malhas é a consequência de uma relação com o espaço e, por conseguinte, a forma mais elementar da produção do território (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

A afirmação se torna a evidência de que, mesmo sem a interferência do poder estatizado, é prática corrente os atores sociais agirem de forma a materializar seus anseios e suas preocupações com respeito ao território e à apropriação dos recursos naturais, o que é

primordial para que haja a identificação de seus territórios. Não se deve pensar que a delimitação de um território ocorre aleatoriamente, pois é sempre produto do desejo e da necessidade de sobrevivência, que acaba por ser a cristalização de todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos, econômicos, políticos, sociais e/ou culturais (RAFFESTIN, 1993).

Um dos aspectos que é também significativo nas discussões acerca das acepções teóricas relativas ao território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e a gestão do ordenamento desse espaço (RAFFESTIN, 1993). É, também, o princípio de se entender a territorialização do espaço que impõe o intuito de gerir não só a apropriação do território, mas também determinar as ações sociais que surgiram por conta da apropriação dos recursos existentes no território. Ainda com relação à questão de delimitação territorial, Raffestin (1993) enfatiza que

A grande diferença entre malha política e malha econômica está no fato de que a primeira resulta de uma decisão de um poder ratificado, legitimado, enquanto a segunda resulta de um poder de fato; as tessituras políticas não se desfazem, não se apagam tão facilmente como as tessituras econômicas (...) A tessitura política se transmite e se herda com mais facilidade que a tessitura econômica, pois é a expressão de um estado de direito, de soberanias, mais que de ações contínuas, como no domínio econômico (RAFFESTIN, 1993, p. 44-45).

Inserese nesta construção o conceito de identidade, no qual se enfatiza a dimensão simbólica de pertencer a um determinado espaço a partir da materialização da existência humana. Dessa forma, a geografia estaria intimamente relacionada com o enraizamento humano cristalizado pelas representações coletivas que se encerram a partir dos territórios, pois:

Falar em território em vez de espaço é evidenciar

que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ele. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que as torna reflexivas (CLAVAL, 1999, p. 47).

A reafirmação da identidade cultural de um grupo a partir da exacerbação de formas simbólicas que o coletivizam e individualizam, concomitantemente, é que dá forma para a ação humana. Para o território essas derivações irão concorrer para a sua configuração espacial e para a forma específica que o grupo utilizará para materializar o uso e a apropriação do espaço, e assim dispor de um controle territorial que o diferencia dos demais. O conflito que comumente ocorre é que num determinado território é possível a materialização de diversas territorialidades, produto de identidades diferenciadas, as quais são justapostas e conflituosas.

Relacionar a questão territorial com a construção de identidades territoriais revela que o território aparece, deste ponto de vista, como essência, oferecendo àqueles que o habitam condições favoráveis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Ele constitui uma categoria fundamental de toda a estrutura espacial vivida: a classe espacial (CLAVAL, 1999). E que acaba por ser a gênese do que fundamenta a função social do território e que se revela como produto das ações sociais que se estruturam como estratégias latentes de afirmação de suas identidades.

A grande questão que permeia as discussões acerca da relação do território com a noção da identidade pressupõe que a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios torne-se inseparável da construção da identidade (CLAVAL, 1999). Desse modo, a identidade materializa-se a partir da conjugação de concepções diferenciadas de cada grupo social referentes às discussões territoriais e da afirmação da identidade territorial de cada um desses grupos no espaço e que os colocam em pontos diferenciados de atuação no território. E isso condiz com o

pensamento de que

A territorialidade se exprime mais em termos de polaridade que de extensão. Nada se opõe, neste caso, a que os grupos de identidades diferentes se justaponham ou se imbriquem: sua co-habitação não provoca problemas de natureza política e religiosa na medida em que cada um dispõe de pontos de referência que o vincula a uma porção do espaço (CLAVAL, 1999, p. 62).

No cerne das discussões que se preocupam em analisar a questão territorial é também muito relevante o processo que se apresenta quando se pensa em apropriação dos recursos e gestão do espaço, cuja materialização não ocorre sem que este espaço esteja deliberadamente relacionado com a efetivação material do poder. Essa efetivação concorre para a real aplicação das perspectivas de um grupo em busca de legitimação e hegemonia sobre outro, o que leva a entender que as práticas espaciais é que revelam a potencialidade de diferentes atores e configuram os contextos sociais e conflitos localizados como poderes locais específicos (BECKER, 1988).

Uma outra contribuição teórica que enriquece as discussões territoriais é efetivada por Haesbaert (2004) quando ele enfatiza a polissemia que cerca a concepção de território, que ocorre a partir das várias formas de se perceber a relação dos grupos e das apropriações do território. Haesbaert (2004) verifica que um processo comum em quase todas as concepções é que a relação território-territorialidade sempre vai estar ligada à aplicação de materialidades sociais em suas múltiplas dimensões, que sempre vão se relacionar com a interação sociedade e natureza. E esse é o princípio que interessa às discussões da ciência geográfica.

Assim sendo, é imprescindível que a questão que envolve o território esteja fundamentada no princípio de que as relações de dependência direta entre sociedades e suas bases materiais estejam associadas às exigências de reprodução econômica e social, justamente pela necessidade de vivência e sobrevivência dos grupos sociais.

Dessa maneira, o território passa a ser concebido como base para a ocorrência de meios materiais para a existência socioespacial. Essa concepção pressupõe entender que o território de forma *relacional* se caracteriza como fonte de recursos para a reprodução das sociedades humanas e como base de materialização dos anseios sociais, que principiam na busca por satisfação de suas necessidades básicas.

No pensamento de Haesbaert (2004) são determinadas três vertentes básicas para se entender a noção de território: 1) partindo de uma noção jurídico-política do território chega-se ao entendimento de ele está sempre relacionado à constituição de poderes legais, o poder político do Estado; 2) a noção cultural ou simbólica se demonstra a partir da apropriação e valorização simbólica de um grupo acerca de seu espaço vivido, na construção de identidades; 3) a noção econômica de território que enfatiza a questão da apropriação territorial como uma fonte de recursos.

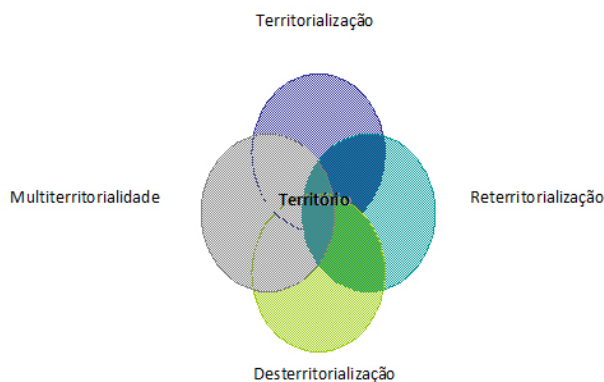


Figura 1: Processos que formam o território.

Fonte: Haesbaert (2004), elaborado/organizado por Christian Nunes da Silva (2006).

Analisando os diversos usos do espaço, Haesbaert (2004) verifica as múltiplas concepções de territorialização realizadas por indivíduos ou grupos de indivíduos. A Figura 1 demonstra que diversos tipos organizadores do espaço participam da conformação dos territórios, isto é, o território pode ser composto, ao mesmo

tempo, por aspectos territorializadores, desterritorializadores, reterritorializadores e em muitos casos, multiterritorializadores. Todos esses processos podem coexistir, porém, conforme afirmado anteriormente, a noção de poder e a geração de conflitos que acompanham o conceito de território também coexistem.

Deste modo, a *territorialização* ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo: muros, cercas etc.). Quando ocorre uma espécie de exclusão, privação e/ou precarização do território como “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à participação efetiva de membros de uma sociedade, acontece a *desterritorialização* do indivíduo de seu território. A desterritorialização está vinculada a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e como apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico).

Segundo Haesbaert (2004), desterritorialização, ao contrário de “exclusão social”, não tem uma valoração exclusivamente negativa, por seu potencial transformador, criador; desterritorializar é, ao mesmo tempo, territorializador e *reterritorializador* de outros indivíduos, isto é, construir e/ou controlar fluxos/redes, é criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento.

Assim, reterritorializar-se implicaria um *retorno* ao território, não somente um retorno ao território concreto em si (com seus limites e fronteiras, os territórios-zona), mas também um retorno no sentido simbólico, uma vez que os agentes que foram desterritorializados reformulam ou fortalecem seu vínculo identitário com o espaço.

Neste aspecto, todo processo de desterritorialização está associado a um processo de reterritorialização, porém, apesar de territorializado no sentido funcional, o indivíduo pode estar desterritorializado no sentido simbólico-cultural e vice-versa. Assim, a desterritorialização deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial entre grupos socialmente

excluídos e/ou segregados, impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido político-econômico, seja no sentido simbólico-cultural.

Ainda segundo o que expõe Haesbaert (2004), o processo de *multiterritorialidade* se dá quando, em determinado contexto histórico-espacial, ocorre, em um mesmo espaço, múltiplas territorialidades, que podem ser conflitantes ou não entre si, haja vista que a multiterritorialidade pode pressupor uma justaposição de territorialidades que ocorrem em um dado período de tempo. Assim, diversos atores podem se territorializar, sem que, para isso, necessitem conviver com outros agentes territorializadores daquele mesmo território. O território, assim, não é apenas um amontoado de “coisas”, conjunto de objetos, mas, sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete. Desse modo, Haesbaert (2004) define a territorialização e a desterritorialização segundo o Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: Características principais da territorialização e da desterritorialização.

TERRITORIALIZAÇÃO		DESTERRITORIALIZAÇÃO
Territórios-zona	Territórios-rede	Aglomerados de exclusão
Zonas subordinadas	Redes subordinadas	“Fora de controle”
Redes	zonas	—

Fonte: Haesbaert (2004)

A relação de território-zona, território-rede e aglomerados de exclusão com os processos de desterritorialização e territorialização é ambivalente, e pode-se mesmo passar de um extremo a outro, pois os níveis mais fortes de desterritorialização, em meio a processos de violenta insegurança e exclusão social, podem dar origem a territorialis-mos diversos (HAESBAERT, 2004). Têm-se, então, duas formas de territorialização: 1) a lógica zonal: controle de área, limites e fronteiras; e 2) a lógica reticular: controle de fluxos e pólos de conexão de rede.

Haesbaert (2004) afirma que estas duas lógicas têm origem em

duas concepções e práticas distintas do espaço. A primeira privilegia a homogeneidade e a exclusividade – a zona; a segunda evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade – a rede, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais. Os territórios-zona seriam mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (fronteiras) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, em que a organização em rede adquire um papel secundário; os territórios-rede são configurados, sobretudo, na topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversidade de mobilidade), e mais suscetíveis a sobreposições.

No caso dos estudos sobre as atividades pesqueiras, o território pode ser visto ora conforme a lógica zonal, a partir do momento em que há a caracterização de Zonas de pesca reconhecidas pelos pescadores, ora como uma lógica reticular, devido à extensa mobilidade que caracteriza a atividade pesqueira. Desse modo, como os pescadores territorializam-se em um ambiente aquático, este pode ser cartografado levando em consideração a própria percepção destes indivíduos que, sem a necessidade de impor muros ou cercas concretas, se apropriam mentalmente e abstratamente do espaço da pesca, criando uma identidade e uma noção de posse do meio aquático, como mantenedor do recurso pesqueiro.

O USO DO TERRITÓRIO NA PESCA

A questão de poder se territorializar em um espaço contínuo, como um rio, é fato incomum para pesquisadores que se atêm a estudar as atividades agrícolas fora de corpos d’água, porém comum para quem tem conhecimento do modo de vida dos pescadores artesanais dos rios da Amazônia. Dessa maneira, com o reconhecimento desta cartografia que leva em consideração a percepção territorial dos pescadores, é possível que se minimizem os conflitos entre pescadores e colônia de pesca. É importante que os organismos públicos também reconheçam este mapeamento e que sejam criadas políticas públicas que beneficiem diretamente as colônias de pesca e suas respectivas Zonas de pesca. Então, com a

noção de percepção territorial e ambiental se reconhece a cartografia do território do pescador artesanal e como os territórios se justapõem e se sobrepõem para que sejam localizados os pontos de conflito entre eles, ou seja, aqueles territórios que são reconhecidos como de posse de mais de uma colônia de pesca.

A maneira como os pescadores artesanais se localizam e mapeiam seu território de atuação deve ser considerada, contudo, o modo como cartografam seu território de atuação deve ser mostrado pelos próprios pescadores. Desse fato surgirá, conseqüentemente, um novo modelo de ordenamento pesqueiro que, além de levar em consideração a localização dos recursos naturais, considera também o território estipulado pelos diversos pescadores existentes na região amazônica que dos seus rios extraem os recursos necessários para a sua subsistência. Os pontos denominados de pesqueiros (BEGOSSI, 2004), isto é, os territórios de onde os pescadores extraem os recursos da pesca, demonstram as áreas de influência dos pescadores, isto é, sua territorialidade, e como essa se expressa espacialmente, tendo em vista as territorialidades dos demais pescadores. Se de alguma forma essa territorialidade do pescador for ultrapassada sem o seu consentimento, pode-se supor que ocorrerá um conflito pelos recursos contidos naquele espaço.

Os pescadores artesanais, conforme já foi verificado por outros autores (BEGOSSI, 2001, 2004, 2006; MALDONADO, 1993), não procuram os recursos pesqueiros por acaso, mas os buscam em locais específicos dos meios aquáticos. Essa afirmação, comprovada com a pesquisa de campo, demonstra que os recursos pesqueiros estão territorialmente localizados, porém com uma certa mobilidade, encontrando-se em “manchas”. Conforme Begossi (2004, p. 225-226) verifica, o que os pescadores denominam como “pesqueiro” são na verdade manchas de pescado, ou locais onde determinadas espécies são encontradas.

Para facilitar o entendimento, a autora propõe que áreas de pesca são os espaços aquáticos usados na pesca por diversos indivíduos ou por uma comunidade; pontos de pesca são os locais específicos, ou microáreas onde é realizada a pescaria; e pesqueiros

são os pontos de pesca onde há alguma forma de apropriação, regra de uso ou conflitos, sendo então um território ocupado por determinados pescadores que reconhecem naquele espaço delimitado uma apropriação. Em seu trabalho, Begossi (2006) verifica a importância da territorialidade, enfatizando que estudos sobre a atividade pesqueira raramente levam em consideração as regras e/ou normas estabelecidas pelos pescadores no que tange à organização do espaço:

Territoriality has been one of the classic behaviors among fishers that has helped to exclude outsiders and maintain aquatic resource availability for the local artisanal fisheries. Territories have been owned or defended by families, groups, communities, and villages, among others, The temporal scale as it relates to the existence of local rules and institutions in the use of resources is seldom taken into account in studies, because comparative temporal data are especially difficult (BEGOSSI, 2006, p. 02).

Dessa maneira, pode-se perceber, antecipadamente, peculiaridades que caracterizam os recursos pesqueiros e que os diferenciam dos recursos terrestres:

1. São móveis, pois os animais e vegetais “transitam”, ou movem-se de acordo com a dinâmica das marés, isto é, das cheias e dos períodos de seca;

2. Não são normatizados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim, o território de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, mas que se encontra em maior quantidade em determinados territórios – os pesqueiros. O território é demarcado abstratamente – a percepção territorial está relacionada à esfera cognitiva do pescador;

3. São fluídos, pois estes recursos encontram-se concentrados em locais estratégicos que os pescadores artesanais denominam de

pesqueiros. Estes pesqueiros possuem uma fluidez de volume que se caracteriza conforme a quantidade de pescado extraída. Quanto maior a extração, menor será a oferta destes recursos pelo meio ambiente. O processo inverso pode ser observado quando o pesqueiro passa por um período de “descanso”, ou uma forma de “pousio” caracterizado pela piracema;

4. São instáveis, devido a sua disponibilidade, pois podem acabar se a extração ultrapassar a capacidade de suporte e os recursos não forem repostos com a obediência à piracema;

5. São recursos públicos, pois, segundo o Decreto-Lei 221/67, todo o meio aquático e os organismos que nele habitam são de domínio público e, portanto, de livre acesso para sua exploração por todas as pessoas devidamente autorizadas (SANTOS, 1997; ISAAC; BARTHEM, 1995);

6. São recursos imprevisíveis para a atividade pesqueira, pois sua disponibilidade é dada pelas imposições dos fatores naturais a essa prática, como o clima e a geomorfologia dos cursos d'água.

Desse modo, os pescadores não têm tempo de trabalho certo, como acontece com trabalhadores que realizam suas atividades nos ambientes terrestres. Ainda referindo-se à questão do tempo, Maneschy (1993, p. 86) verifica que

(...) o tempo dos pescadores é totalmente diferente do tempo que regula as atividades terrestres. Ele não se exprime em jornadas regulares, alternadas com períodos de descanso também fixos. Ao contrário, ele é ditado pelas marés, sendo também influenciado pelas variações climáticas.

Estas peculiaridades fazem com que os pescadores tenham a obrigação de se tornarem conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento (MALDONADO, 1993). Este conhecimento deve ser protegido pelos pescadores para evitar que seus pesqueiros, isto é, seus territórios de pesca, sejam invadidos por outros pescadores. Moraes (2002) enfoca que são processos cognitivos passados hereditariamente para as gerações futuras do pescador, em que a

técnica define a territorialidade do pescador, porém não define a territorialidade do pesqueiro, por exemplo, o tamanho da rede de pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu contribuir com os estudos geográficos que pesquisam sobre a importância do uso dos recursos naturais, principalmente da atividade pesqueira, para a sociedade humana e sobre o papel da ciência geográfica neste tipo de estudo. Para isto o conceito de território pode e deve ser utilizado para se analisar e entender como os pescadores vivem e como se utilizam dos recursos naturais para poderem subsistir. As territorialidades criadas entre os pescadores e as instituições que os representam, sejam elas industriais ou artesanais, são exemplos do reflexo dos modos de vida dos indivíduos e de sua aplicação em determinado espaço. Assim, modo de vida e território tornam-se as matrizes teóricas que podem possibilitar a realização de pesquisas como esta.

A partir de entrevistas com representantes de instituições públicas, verifica-se que os órgãos responsáveis pela fiscalização da atividade pesqueira, no caso do estado do Pará, não reconhecem as territorialidades existentes entre os pescadores, industriais e artesanais, e seus respectivos territórios pesqueiros. Quando questionados sobre os conflitos existentes entre os pescadores, conflitos por territórios de pesca, os representantes das principais instituições alegaram a inexistência das territorialidades, pois se baseiam em uma normatização que não considera a cultura dos pescadores como elemento definidor dos territórios de pesca. Todavia, estas territorialidades existem e foram mostradas nesta pesquisa, o que demonstra que as políticas de ordenamento da pesca pelos órgãos públicos devem ser revistas.

Um modelo de ordenamento pesqueiro que leve em consideração o pescador artesanal torna-se necessário, desde que considere, além da localização dos recursos pesqueiros, a cultura local dos pescadores que destes recursos se utilizam. Pesquisas neste sentido já podem ser visualizadas, o que falta é o engajamento

das instituições governamentais neste debate, para a elaboração de políticas públicas concretas que atendam aos anseios das populações atingidas por estas políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Antony et al. *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Curitiba: Relume Dumará, 1994. p. 17-47.

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios: ensaio sobre a ordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Lisboa: Piaget, 1996.

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. Número Especial, n. 50, t. 2, p. 99-125, IBGE, 1988.

BEGOSSI, A. Mapping sopts: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). *Reg Environ Change*, 2001.

_____. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, A. (org). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-255.

_____. Temporal stability in fishing spots: conservation and co-management in Brazilian artisanal coastal fisheries. *Ecology and Society*, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CLAVAL, P. O território na transição da Pós-modernidade. *Geographia*, Paris, ano I, n. 2, Sorbone Université, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém: MPEG, 1995, p. 295-339.

MALDONADO, S. C. *Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

MANESCHY, M. C. *Ajuruteua: Uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: CFCH/UFGA, 1993.

MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). RATZEL, *Friedrich. Geografia*. São Paulo: Ática, 1990.

MORAES, Sérgio C. *De homens e peixes: A metamorfose da vida na água*. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, H. A. *Direito pesqueiro: Decreto-lei n. 221/67*. Belém: IOEPA, 1997.

SILVA, Christian Nunes da. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA*. Belém: PPGEU/UFGA, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

Organização econômica do território na Amazônia paraense

João Marcio Palheta

No passado, a área correspondente ao antigo município de Marabá foi dominada pelas elites oligárquicas tradicionais (Mutran, Almeida, Moraes, entre outras). Atualmente, nos municípios que compõem o antigo município de Marabá (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte), o “poder local” é disputado por uma nova elite (composta de representantes de empresários e pecuaristas), pelas antigas elites (foreiros da castanha tornados pecuaristas ou seus representantes) e pelos diferentes movimentos sociais. As relações anteriormente vigentes vêm se modificando dinamicamente, alterando as formas de gestão municipal e territorial com vistas a solucionar conflitos através de mudanças nas formas de atuações.

Antes da década de oitenta, as atividades da oligarquia marabaense estavam ligadas somente à extração da castanha-do-Pará e de pedras preciosas (como diamantes). As famílias tradicionais, como os Mutran, Azevedo, Almeida, Moraes, Chamon, Queiroz, Leitão, Salame, Lima, entre outras donas de castanhais, compunham ainda o poder local dessa área e são agora aliadas a empresas, como a Companhia Industrial do Brasil (CIB) e o banco Bamerindus. Com a introdução de novos atores a partir da primeira metade da década de 1970, houve uma modificação nas estruturas político-sociais e econômicas desses municípios.

De um lado, os novos atores sociais capitalizados eram representados pela Vale, os bancos, os pecuaristas, os madeireiros,

os fazendeiros empresários e fazendeiros individuais, principalmente, vindos do Sudeste do país. De outro lado, os atores sociais não-capitalizados eram constituídos dos muitos migrantes que vinham do Sudeste e principalmente do Nordeste do país em busca de empregos e terras para cultivar e/ou do ouro dos diversos garimpos. Esses migrantes foram fundamentais para alterar as relações anteriormente comandadas e controladas hegemonicamente pelos donos de castanhais, modificando a situação sócio e político-econômica local.

Os novos atores sociais nessa região organizaram-se de acordo com os diversos segmentos sociais aos quais pertenciam. Surgiram, assim, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, a Associação dos Garimpeiros de Serra Pelada (COMIGASP), o Sindicato dos Garimpeiros, os Sindicatos dos Urbanitários, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Sindicato Patronal da Agropecuária, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Exploração de Ferro e Metais Básicos (METABASE), o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos (SIMETAL), além dos movimentos dos trabalhadores pela posse e uso da terra, de forma organizada e reconhecida por meio de diferentes siglas, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e as Organizações Não-Governamentais.

As relações surgidas a partir da década de 1980, envolvendo novos atores sociais na reestruturação espacial, como é o caso da Vale¹, do MST, das empresas agropastoris, dos fazendeiros, dos sindicatos rurais, da Igreja, das associações de moradores, das Ongs, etc, também se fazem presentes.

A gestão territorial envolve práticas que se manifestam no uso do território e no poder constituído ao longo dos anos no território de Carajás. Embora essas práticas de poder articulem uma nova forma de fazer a gestão do território, este é objeto de uso por parte das empresas de mineração e dos profissionais liberais que partilham o poder junto com aqueles que formam o poder local advindo da época da oligarquia dos castanhais na região hoje correspondente à área do antigo município de Marabá.

¹ Antiga Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, pelo Governo Federal e privatizada em 1997, que a partir de 2008, passou a se chamar Vale.

TERRITÓRIOS E NOVAS TERRITORIALIDADE

O território que aqui tentaremos abordar em uma breve discussão é o dos geógrafos, aquele das relações e das múltiplas territorialidades/materialidades sociais. É o território político-econômico-social, em que as práticas dos diferentes atores sociais se materializam, sejam elas internas ou externas a ele. Optamos por esse conceito de território porque oferece, em termos de abordagem teórico-metodológica, parte significativa da existência do Estado e conseqüentemente do governo. O território é a institucionalização do poder por excelência e é nele que podemos evidenciar os conflitos de interesses entre a institucionalização do poder (poder formal) e os poderes que lhes são paralelos (poder informal) e que buscam satisfazer seus exercícios convergindo ou divergindo dele.

Como, então, discutir as práticas reveladoras de ações sociais que se materializam no território e definem campo de poder associados aos atores sociais portadores de diferentes interesses? Que atores sociais têm mais peso que outros no uso do território específico num momento histórico particular? Quais são as alianças e os conflitos gerados pelo uso do território? De que forma os atores sociais usam o território definindo práticas de poder? Esses são alguns questionamentos que aparecem quando nos deparamos com um campo de poder conflituoso, no qual os exercícios do poder e de suas práticas reorganizam o território e definem a gestão territorial dos governantes e dos sujeitos das políticas governamentais.

O território, dessa forma, torna-se um palco de relações e processos no qual os atores sociais definem suas práticas espaciais de poder e sua territorialidade. O território parece, de imediato, um campo de forças de poder diferenciado, com graus distintos de legalidade. Determinados tipos de atores sociais se unem, por meio de sindicatos, ONGs, movimentos de bairros etc, para poder fazer partilhar ou tentar partilhar o poder no território.

A territorialização das ações que marcam a presença no território “conduzida” por atores sociais é caracterizada pela diferenciação de interesses que forçaram posicionamentos diferentes causando conflitos no território. Os atores sociais possuem, a partir

de seus interesses, posições que delimitam seus respectivos poderes no território, definindo e redefinindo suas territorialidades. A luta expressa por meio de conflitos reais e latentes entre atores sociais de interesses diversos redefine um território mais ou menos sujeito às interferências, tanto internas como externas, de outros atores situados em escalas diferentes que tentam reorientar o local a partir de seus próprios interesses. Conseqüentemente, *na imagem desejada de um território* nem sempre se revela o planejamento pretendido pelo ator social ou por atores sociais, demonstrando a multiplicidade de interesses e as interferências que se caracterizam nos planos do território. As ações político-econômico-sociais de diferentes atores hegemônicos criam a superposição de territórios localmente estabelecidos.

Essa produção, a partir do espaço, é feita através do uso que a sociedade realiza no território. Os atores sociais, ao efetivarem suas ações político-econômico-sociais, territorializam práticas sociais para sua permanência nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por seus atores sociais, pois elas dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território.

O município torna-se, assim, o *locus* privilegiado para análise das práticas de gestão territorial e do campo de poder na definição do território no qual melhor podemos evidenciar o seu uso pelos diferentes atores sociais. É no município que esses atores buscam resolver seus anseios e garantir seus acessos aos recursos sociais. Para isso lutam para ampliar as possibilidades de participação efetiva nas políticas sócio-econômico-culturais.

Quais os territórios que podemos identificar como possibilidades de ação e transformação de diferentes atores sociais? Quais as multiplicidades territoriais que superpõem interesses e criam campos conflituosos?

Claude Raffestin (1993), ao tratar do território e da territorialidade, levanta a questão do poder presente no território. Assim, para ele,

(...) os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo

territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

O território, para Raffestin (1993), é uma interferência de poder constante pelas práticas dos atores que modificam esse território a todo instante. As relações que apresentam conteúdos de poder, ou seja, intenções a serem materializadas no território, são parciais, têm uma intencionalidade, ou melhor, carregam a “vontade” de grupos que mantêm o poder e se manifestam no território através de seus interesses. A característica de cada território está repleta de diferentes intenções sobre as quais os atores expressam suas vontades, territorializando relações que são marcadas pelo poder e, dependendo do contexto histórico, por conflitos de interesses.

As redefinições de relações que se tornem mensageiras de soluções elaboradas por determinados atores sociais que compartilham o poder local e que definem formas de desenvolvimento no âmbito municipal são elementos essenciais na configuração das práticas territoriais efetivadas no espaço do município. Todas as decisões capazes de modificar práticas territoriais ou atingir determinados setores da sociedade civil são relações que poderiam ser analisadas e ter como partícipes os cidadãos dentro de uma gestão territorial participativa.

A territorialidade torna-se, assim, uma condição para se atingir a resistência nos lugares e a organização em setores da sociedade civil para elaborarem suas metas a fim de atingir suas ações e seus anseios em relação ao desenvolvimento social e econômico-político. O significado do território está diretamente relacionado com as diferentes territorialidades que os atores sociais materializam

por força de suas relações de poder. Desenvolver estratégias de desenvolvimento sócioeconômico-político passa a ser objetivo dos atores, que precisam garantir suas territorialidades.

As estratégias de territorialidades que os atores sociais materializam no território dão origem a uma rede de relações sociais que tornam suas relações de poder mais solidificadas. Dependendo do momento histórico e do campo de força no qual eles estão envolvidos, criam estratégias para marcar suas presenças no território.

A classificação dos territórios faz-se a partir de suas territorialidades através da multiplicidade de fenômenos que ocorrem e qualificam as práticas sociais que os atores sociais desenvolvem. As diferenciações e as práticas sociais dependem do conjunto de forças que atuam no espaço territorial e das relações de interesses que estão em jogo em determinados momentos históricos.

Embora a territorialidade seja obtida muitas vezes por relações de poder, estas nem sempre são visualizadas facilmente. É na escala do município que melhor podemos evidenciá-las, como já foi. Porém, toda territorialidade é uma relação direta com a busca de interesses diferenciados entre os que se territorializam e as outras diferentes territorialidades.

Outra tentativa de avançar sobre a questão da territorialidade e de seu domínio político é proposta por Bertrand Badie, quando ele analisa que, “não sendo uma questão em si, o território é, pelo menos, o atributo material do objetivo visado, isto é, do exercício do poder” (BADIE, 2000, p. 198). Porém, toda relação de poder no território é também uma forma conflituosa de territorialidade e de materialização das ações de diferentes atores sociais, uma vez que existe mais de uma territorialidade e conseqüentemente mais de um interesse no território. É diante dessa linha de raciocínio que vamos analisar a produção do território em municípios que estão sob áreas de mineração no sudeste paraense.

As formas que organizam o território, pelas relações que distintos atores sociais materializam, transformam-no em campo conflituoso pelas disputas de seus direitos. Para que esses conflitos sejam resolvidos, estratégias territoriais são lançadas nas formas de

ações político-econômicas e sociais.

O USO DO TERRITÓRIO

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), o território apresenta determinados *pontos* que possuem uma forma modernizada que, por sua vez, atraem, para ele, uma característica de produção. Esses territórios, acima de tudo, são pontos únicos. Observamos que, em seus entornos, há, em geral, uma ordem diferente daquela estabelecida pela modernização especializada, uma ordem que foge à lógica da modernização imposta, no caso, por uma grande empresa, ou seja, é uma lógica diferente da lógica da organização produtiva do território modernizado pela empresa.

Os recursos existentes no território, que são elementos de intencionalidade oriundos das práticas sóciopolítico-econômicas, materializam, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira, as configurações territoriais. Dessa forma, tornam-se passíveis de serem questionados por aqueles que se sentem excluídos dos seus usos ou que de alguma forma são parcialmente contemplados. Assim, tanto os recursos naturais existentes como os recursos político-econômicos são alvo de questionamentos que pleiteiam o seu uso pela sociedade.

O território, neste caso, passa pelas relações sociais, que também são produto e produtores de novas configurações territoriais e definem práticas reveladoras de interesses diversos, que partem de diferentes atores sociais, os quais expressam suas vontades, seus anseios, enfim suas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas em variados contextos históricos, fazendo ocorrerem conflitos sociais de várias naturezas.

Há uma flutuação entre os níveis global, nacional e local. O local assume uma forma mais heterogênea, por possuir uma diferença visível na escala municipal. É na escala local que se evidenciam essas diferenciações. As práticas políticas, disciplinadoras ou não, de organização territorial e de relações definem tanto a gestão como os conflitos virtualizados pelas novas ações dos atores sociais.

No território, estão retratadas a vontade e a materialidade de

formas diferenciadas de poder, seja ele político, econômico, social ou cultural, considerado isoladamente ou em combinação, mas que expressa a singularidade do território e dos atores sociais envolvidos, definindo práticas de governo em suas diferentes frentes.

MUNICÍPIO, FORMAÇÃO TERRITORIAL E ECONOMIA MINERAL NA AMAZÔNIA PARAENSE

As questões referentes aos municípios no Brasil perpassam a sua viabilidade econômico-financeira e a possibilidade de cada um na capacitação de recursos para favorecer tanto o planejamento quanto o desenvolvimento municipal. A relação de viabilidade econômica em municípios como Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte é bem diferenciada. Marabá, o município-mãe, que deu origem aos demais, tem sua história econômico-social pautada em economias agrárias exportadoras, o que proporcionou o surgimento de grupos políticos locais, no domínio das políticas públicas e na formação de uma elite oligárquica que comandou seu território durante décadas, desde sua formação até a entrada de um outro tipo de extrativismo na região.

Os ciclos econômicos pelos quais esse município passou e o surgimento de novos tipos de extrativismo, principalmente o mineral, provocaram uma mudança na estrutura de poder local: grupos de profissionais liberais, empresas e bancos, passaram a exercer o poder em conjunto com a oligarquia local, ora convergindo, ora divergindo nos seus interesses. Esse clima, que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1970 (EMMI, 1988), apresentou indícios dos tempos áureos da borracha e da castanha, na formação econômica do território de Marabá, onde podemos ver que a estrutura da oligarquia local ainda subsiste, embora tivesse se rearticulado (diante de um novo modelo econômico, que envolve diferentes atores sociais na conquista econômica do território) com os novos atores sociais, para não perder totalmente o poder na região, através de diferentes formas de favores políticos e união dos grupos locais de poder.

Marabá continuou com seu papel de pólo regional, em função das relações político-econômicas que já vinham do início do século

XX. Com a abertura das estradas, na década de 1960 e 1970, e com os projetos de mineração na década de 1980 em seu território, o município se tornou ainda mais estratégico para o desenvolvimento do estado e do país, devido à exportação de produtos minerais para o mercado internacional ao do valor significativo das reservas minerais existentes em seu território.

No Pará, a maioria dos municípios, principalmente aqueles criados pós-década de 1980 no sudeste do estado, surgiu em razão de fatores políticos, o que tem colocado em xeque o papel dos municípios como forma de atingir o desenvolvimento socioeconômico local.

O município de Marabá e municípios criados a partir de sua fragmentação territorial, na década de 1980, que analisamos aqui, não fogem ao contexto dos fatores político-econômicos citados acima. Políticas arraigadas do tradicionalismo por parte das elites oligárquicas e sem perspectivas de melhorar as condições de vida das populações foram exacerbadas por práticas sociais que se consolidaram no domínio de municípios como Marabá durante décadas. Na ausência de uma visão de planejamento voltada para a sua sociedade, acabaram deixando passar momentos importantes da história socioeconômico-política desse município, causando graves problemas sociais, que se refletem nas atuais configurações territoriais dos municípios e nos conflitos de poder que se traduzem, também, nas emancipações territoriais aqui estudadas.

O papel desempenhado por uma elite que sustentou o poder durante décadas e se consolidou no sudeste paraense, manipulando as relações político-econômicas, sobretudo para garantir seus domínios na região e com isso estreitar os laços políticos com a capital paraense, era uma forma de conseguir enfrentar as crises que oscilavam entre as economias extrativistas da borracha e, posteriormente, da castanha-do-Pará, que quase sempre a ajudavam a manter a estrutura de poder local; por outro lado, as elites deixavam de lado os problemas de seus núcleos urbanos, desconsiderando as verdadeiras funções do governo no município.

O que se viu no Pará foi a formação dos “currais eleitorais”

no sul/sudeste paraense com seus coronéis no domínio das políticas municipais, centralizando, ainda mais, o poder da federação na região, tendo como aliada a elite política da capital paraense, da qual eram seus representantes na região. As elites que dominavam as relações de poder no Pará precisavam assegurar seus domínios, por isso expandiram seus interesses até as áreas mais longínquas, como a de Marabá, para garantir suas alianças políticas e econômicas e, assim, consolidar seu papel de dominação na fronteira, tanto com o Estado do Maranhão quanto com parte do Estado de Goiás (hoje Tocantins), favorecendo seus pares, dessa maneira, continuar na manutenção do controle político-econômico do Estado, fortalecendo seus representantes locais.

A década de 1980 é marcada por uma profunda transformação na estrutura político-econômica e territorial dos municípios do sudeste paraense, principalmente aqueles que estão em áreas de mineração e que foram e continuam sendo alvo de projetos de empresas de mineração, dentre elas a de maior expressão na região, a Vale. Sua importância se deve ao fato de ela conectar a escala local à internacional devido à sua abrangência econômica, negociando minerais de significativo valor no mercado nacional e internacional, como o ferro, manganês, ouro, níquel, entre outros, explorados ou a serem explorados por ela em área de concessão real de uso² e pelo seu complexo minero-metalúrgico envolvendo as suas minas em Carajás, a sua estrada de ferro cortando os Estados do Pará e do Maranhão e seu terminal de exportação: o porto de ponta da madeira, no Estado do Maranhão.

Segundo Breno dos Santos (1981),

(...) após a descoberta e o requerimento das áreas de pesquisa em meados de 1967, pela Companhia Meridional de Mineração – subsidiária da United States Steel –, negociações políticas conduzidas pelo governo brasileiro levaram à criação da Amazônia Mineração S. A. (AMZA), em abril de 1970, com a

² A área de concessão de uso da Vale corresponde a 411.984,87 hectares (direito real de uso).

composição acionária de 50,9% do Grupo CVRD e de 49,1% do grupo multinacional. Com a conclusão dos trabalhos de pesquisa e dos estudos preliminares de viabilidade, em 1974, foi elaborado o projeto básico de desenvolvimento, que previa a produção inicial de 12 milhões de toneladas de minério em 1979, e que deveria sofrer ampliações anuais, atingindo 50 milhões de toneladas em 1986 (SANTOS, 1981, p. 75).

Investimentos em prospecção e a busca por minerais tornaram o sudeste do estado paraense uma área especial para o crescimento econômico do país, por parte do governo federal, principalmente, com a descoberta do ferro em Carajás e com o garimpo de ouro em Serra Pelada, áreas que na época pertenciam ao município de Marabá.

Quadro 1: Vale e suas Reservas Minerais no Brasil.

Mineral	Reservas Estimadas	Duração	Estado
Ferro	37,5 bilhões de toneladas	540 anos	PA e MG
Bauxita	1,1 bilhões de toneladas	137 anos	PA
Manganês	135 milhões de toneladas	135 anos	PA e MS
Ouro	300 toneladas	25 anos	PA, BA e MG
Cobre	100 milhões de toneladas	24 anos	PA
Caulim	100 milhões de toneladas	330 anos	PA
Florestas	566.000 hectares	renováveis	BA e MG

Fonte: CVRD (1993), Benatti (1997).

A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo; seu potencial em minerais pode ser comprovado com o quadro acima (Quadro 01); suas reservas são estimativas de média a longa duração; seu potencial a ser explorado também coloca a empresa, em números, como uma das maiores do mundo, e seus minerais são cobiçados países, principalmente os mais ricos do mundo, por serem um material escasso que o Brasil tem em abundância suas reservas dão-lhe créditos e seu potencial administrativo também a coloca como uma das empresas mais modernas no ramo dos minerais estratégicos.

O Pará (no estado o grupo tem o controle de exploração de

diversos espaços) aparece como um dos estados brasileiros com um grande potencial para exploração e exportação mineral favorável em termos de ferro, bauxita, manganês, ouro, cobre e caulim. As principais reservas minerais da Vale correspondentes a bauxita, caulim e cobre são encontradas apenas no território paraense. A existência desses minerais coloca em expectativa econômica os municípios paraenses, principalmente aqueles aqui estudados (Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte). Uma expectativa em termos de ganhos econômicos a partir dos projetos da Companhia e daqueles que virtualmente virão a ser implantados, mesmo com as crises financeiras por que o estado e os seus municípios passam (PALHETA DA SILVA, 2003).

Embora tenhamos no país uma crise econômica, a década de 1980, que muitos economistas classificam como a década perdida, é marcada por profundas modificações, que repercutiram também no sudeste do Pará, o que, por sua vez, não impediu que se criasse na Amazônia toda uma estrutura para que fossem implantados os projetos da , uma das mais importantes empresas estatais, criada em 1942. Na época, era associada ao capital internacional, para que realizasse suas pesquisas sobre a potencialidade mineral na Amazônia.

O extrativismo continuou a dominar a economia local, no sudeste paraense, só que a extração mineral, diferentemente da castanha-do-Pará, desestruturando o regime político-econômico da oligarquia do Tocantins, fazendo surgir uma nova elite, composta por fazendeiros empresários, funcionários da e de suas contratadas ou subsidiárias, bancos e profissionais liberais, como médicos, advogados, políticos e comerciantes.

O arranjo político local ocasionou uma fragmentação na estrutura político-econômico-territorial do município de Marabá, fazendo com que fosse pleiteada a criação de outros municípios, desmembrados de seu território. Esse arranjo era oriundo tanto dos investimentos locais realizados pela como da disputa política entre o novo regime da elite (recentemente forjada para disputar o poder político local) e o regime da oligarquia dos castanhais, que queria

continuar mantendo seu domínio no território de Marabá.

Dessa forma, o que vemos é uma articulação entre esses regimes de poder, estabelecidos por meio da base econômica extrativista, que nem sempre funcionou, devido ao aparecimento de atores sociais que se encontravam fora do campo de poder político local dominado pela oligarquia do Tocantins.

Surge então um sistema de poder político-econômico, paralelo ao anteriormente citado, favorecido pelas empresas de mineração, pelos bancos e pelos empresários, que viam na oligarquia um empecilho aos seus interesses. Por outro lado, a oligarquia, vendo-se enfraquecida e cercada pelos novos atores econômicos, buscou uma aproximação com esses atores sociais para não perder totalmente seu poder político-econômico no município.

Entretanto, uma nova elite passa a comandar as relações político-econômicas do antigo município de Marabá, fazendo com que acontecesse uma pressão desses grupos pela partilha do poder no território da região, ocorrendo, dessa forma, emancipações territoriais, com o surgimento de novos municípios, desmembrados de Marabá, para fortalecer os grupos que neles disputavam as relações.

Outrossim, surgem, paralelamente ao movimento das elites pela busca e hegemonia do poder político-econômico, os que estavam excluídos do processo decisório do município (colonos, posseiros, sindicatos rurais e urbanos, movimentos de bairros, etc), as Organizações populares e Organizações Não-Governamentais (ONGs), bem como a Igreja Católica com as pastorais, que passam a formar ou tentar formar lideranças e, assim, exigir seus diretos, para participar decisões político-econômicas dos municípios de que fazem parte.

Essas parcerias resultaram na formação, nos centros urbanos desses municípios, de organizações de trabalhadores insatisfeitos com as políticas municipalistas. Na demonstração de seu peso político, em virtude de sua organização, passaram a exigir participação nas decisões dos projetos dos quais eram alvo e, embora timidamente, nas decisões municipais, começando a vivenciar mais diretamente os conflitos de interesses que envolvem os “donos do poder” e suas

vítimas, os excluídos de qualquer forma de participação política municipal.

Embora a Vale, por meio de seus projetos de mineração, mude a função dos municípios que estão sob sua área de influência, ela sozinha não é responsável por todos os problemas que afetam os municípios que abrigam seus projetos, e não se desvia de sua função de empresa mineradora.

Surge, assim, a tentativa de organização da sociedade civil, com os movimentos urbanos, dos metalúrgicos, entre outros, que passam a convergir suas discussões e seus interesses, unindo assim forças para tentar participar nas decisões dos governos locais.

Embora seus objetivos sejam virtualmente diferentes, essas organizações percebem sua exclusão e usam a formação de suas lideranças e seu grau de consciência política, para questionarem os mandos dos governos locais e seus representantes.

Dessa forma, a década de 1980 é um embocadouro de múltiplos processos que vão tomando corpo e se formando ao longo das décadas posteriores. Os conflitos que vão surgindo são acompanhados, embora timidamente, mas com certa personalidade, de embriões do amadurecimento dos atores sociais excluídos do poder que procuram se inserir no processo político-econômico territorial dos novos municípios, de sorte que os governos e as elites não podem mais ignorar os problemas locais. Sendo assim, também o questionamento da presença dos grandes grupos econômicos nesses municípios se faz necessário e torna-se tema presente nos debates.

Os atores sociais buscam a participação, procurando interferir no processo socioeconômico-político, para que não fiquem excluídos das decisões locais e encontrem a resolução dos problemas urbanos e rurais.

Embora ainda seja incipiente, a flexibilização do poder local para com a gerência da participação da sociedade civil começa a existir, sendo esse um dos caminhos encontrados pelos atores sociais para resolução dos conflitos de interesses. No entanto, a forma de governar e a participação da sociedade civil organizada

ainda são insuficientes, em se tratando dos municípios que passaram décadas dominados e governados pelos “coronéis da castanha” e, posteriormente, por seus representantes.

A configuração territorial dos municípios que surgiram da fragmentação político-territorial de Marabá pode ainda ter o formato já citado, mas com certeza sofreu uma mudança qualitativa com o surgimento de diferentes movimentos sociais, que passaram a pressionar o poder político local, fazendo-o não ignorar a presença deles no ordenamento territorial.

Os novos municípios aqui estudados (Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte) possuem áreas nas quais a tem projetos efetivos ou virtuais, mas apresentam complexidade variada e grau de autonomia econômico-financeira diferenciada.

Sendo assim, a estrutura socioeconômica de cada município depende de um conjunto de fatores correlacionados, com busca de recursos e parcerias com a Vale ou outras empresas e atores econômicos, o que também depende quase que diretamente do grau de viabilidade econômico-social, da sua potencialidade em gerenciar os recursos naturais em seus territórios e do planejamento viável que possibilite aumentar sua receita e arrecadação.

Aqui, entendemos que o recurso é uma possibilidade de organização sócioeconômico-territorial, e a potencialidade o grau de sujeição do recurso ao seu melhor aproveitamento, ou seja, para o município, potencialidade são todos os recursos disponíveis no território, sejam eles naturais ou humanos, bem como a melhor aplicação e proporcionalidade pensada para no desenvolvimento local.

Se olharmos para os municípios aqui estudados, poderemos notar que sua estrutura urbana é bem diferenciada; a planta urbanística deles apresenta características dos processos socioeconômicos que tanto antecederam a economia mineral quanto, após sua implantação, aceleraram o processo de ocupação desordenada do território, a qual tem gerado graves conflitos sociais. Em relação ao meio rural, este permaneceu, aparentemente, semelhante enquanto estrutura de concentração de terras e dominação por parte dos que se sucederam, ou dos que continuaram os processos de aquisição de terras na região.

Surgiu, por outro lado, uma nova categoria de trabalhadores rurais organizados, os trabalhadores rurais sem terra, fazendo-nos crer que a mudança mais evidente aconteceu no meio rural.

Embora o movimento de trabalhadores esteja no meio rural, esse aconteceu, principalmente, como reflexo dos grandes projetos implantados na região amazônica, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e o Projeto Ferro Carajás (PFC); da abertura de estradas, como a Transamazônica e a Belém-Brasília; e da falta de uma política agrária que amenizasse os conflitos envolvendo o contraste entre as áreas de latifúndio e os expropriados que aumentam a massa de sem-terra, refletindo na elevação demográfica e no acirramento dos conflitos na região sudeste paraense.

De uma maneira ou de outra, Carajás passou a ser um território vinculado à economia extrativista mineral, ligada à escala econômica internacional, onde uma única companhia, a , tornou-se a principal empresa, com interferência direta ou indireta em cada município que está sob a sua área de influência, conectando-os a diferentes escalas, que ora vai do local ao internacional ou do local ao nacional, articulando interesses diversos, aliando-se ou não a diferentes atores político-sociais locais, nacionais e internacionais.

As administrações municipais sofreram uma drástica mudança na forma de conceber a ligação de cada município, em diferentes escalas. Hoje, o que vemos nos comandos das administrações locais são alguns indícios de que a visão administrativa mudou com a presença de médicos, comerciantes, etc, em relação à visão tradicionalista da oligarquia da castanha, que dominava a economia e a política local até a segunda metade da década de 1970.

Parcerias são feitas com diferentes empresas e setores da sociedade civil; e as pressões desta fazem com que projetos sejam realizados ou ampliados, o que demonstra, de uma forma ou de outra, a presença do poder da sociedade organizada.

Dessa forma, podemos ressaltar que o poder co-relacionado ou divergente interfere na organização do território, fazendo com que os governos locais mudem sua visão de desenvolvimento. Mesmo que essa mudança seja parcial, torna-se necessário dividir a mesa de

decisões, pois fica evidente que a presença de setores da sociedade civil tem peso significativo no desenvolvimento do município, obrigando o poder municipal a dar voz de participação nas decisões àqueles que eram excluídos dos processos decisórios.

Poder, governo e território são definições que a sociedade civil organizada ou em processo de organização, como é o caso de alguns municípios recém-criados, utiliza no seu planejamento para pensar um desenvolvimento relacionado à diferença político-econômica local e para a resolução dos conflitos de interesses, bem como para organizar a gestão territorial.

Entretanto, há múltiplas ações no território de Carajás superpondo poderes, sejam eles judiciário, executivo ou legislativo, bem como aqueles oriundos dos movimentos sociais organizados, o que faz com que se estabeleçam formas diferenciadas de atuação no território e alterações nas relações de poder dos governos locais.

A sobreposição de territórios demonstra, também, os conflitos de interesses dos poderes locais e, até certo ponto, a omissão dos poderes federal, estadual e municipal em relação a outros poderes econômicos e não institucionalizados. Essa sobreposição de território e de interesses favoreceu também o processo de emancipação dos municípios criados a partir de Marabá, na década de 1980, e os de segunda geração, criados na década de 1990, na disputa pelo poder político local. Esses conflitos de interesses, que envolvem políticos locais, empresas de mineração, bancos, movimentos sociais urbanos e rurais, e movimentos indígenas fazem parte tanto da história mais antiga desses municípios quanto dos processos ocorridos pós-década de 1980, que aceleraram as transformações territoriais locais.

O surgimento de movimentos sociais nas décadas posteriores ao início da década de 1980, como os sindicatos urbanos e dos metalúrgicos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros é reflexo tanto das crises econômico-sociais quanto dos processos advindos desde a época dos castanhais, que se acirraram com a falta de planejamento local para esses municípios. Com a crise econômica brasileira e internacional, na década de 1980, a busca por novos mercados de minerais no mundo levou à adoção de políticas

que desconsideravam o contexto local e sua sociedade, acelerando os conflitos socioeconômicos em Carajás.

Marabá, por ser um município com uma estrutura político-econômica mais sólida que os demais, que surgiram de sua fragmentação, é um dos pólos regionais do sudeste paraense, e de todo o estado do Pará, em termos de arrecadação e receita, o que faz desse município um dos territórios mais cobiçados pelos políticos locais e estaduais. Assim, Marabá assume o papel de líder político-administrativo da região, tudo convergindo ou para ele ou para capital Belém. O município de Marabá e o de Parauapebas assumem um papel estratégico para o estado do Pará e para os políticos regionais e locais, em se tratando dos projetos da Vale, principalmente depois da privatização da Companhia em 1997.

Depois de privatizada, a mudou sua estratégia econômica local, deixando em dúvida se iria ou não implantar seus projetos. Quando ainda era estatal, tinha quase certas suas implantações nesses municípios, como é o caso do projeto Salobo em Curionópolis, o qual depende de um conjunto de fatores que atende ao mercado internacional e aos interesses da Vale que, agora privatizada, responde à economia de mercado, sem a preocupação com o Estado Nação.

Isso tem feito com que o poder político local tenha ficado insatisfeito diante da atitude da Companhia. Alguns municípios viam nesses projetos virtuais uma forma de aumentar suas arrecadações, bem como a criação de empregos, já que a grande maioria dos municípios tem na prefeitura a sua maior empregadora. A implantação desses projetos poderia também atrair para os municípios outras empresas para prestarem serviços à CVRD.

A IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS DE MINERAÇÃO NO SUDESTE PARAENSE

As minas de Carajás, na década de 1980, pertenciam ao território de Marabá. Dessa forma, o município continuava a exercer o papel de

pólo da região sudeste paraense e líder político-econômico regional no sul/sudeste do estado. O primeiro projeto a ser implantado em Marabá foi o Projeto Ferro Carajás, carro-chefe do Programa Grande Carajás (PGC) (um pacote de incentivos fiscais³), anunciado na década de 1980, a fim de atrair investimentos para Amazônia Oriental (relativos à agricultura, ao reflorestamento, à pecuária e ao setor minero-metalúrgico) e industrializar esse território. Dessa maneira, qualquer projeto que estivesse relacionado e integrado nesse território teria direito aos chamados incentivos fiscais atribuídos pelos organismos financeiros de Estado, que nesse caso era representado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Para esses empreendimentos, seria necessário montar toda uma infra-estrutura para alocar esses projetos e fazê-los funcionar. Assim, em anos anteriores já tinham sido traçados os eixos de desenvolvimento através dos planos de viabilização econômica para essa região e para que empresas nela se instalassem. A Hidrelétrica de Tucuruí é o maior exemplo da grandiosa ambição que se pensou para a Amazônia brasileira a fim de atrair o capital nacional e internacional. A abertura das estradas em anos anteriores foi o primeiro passo para preencher a condição necessária para levar o capital a se instalar na Amazônia, viabilizando as políticas dos governos brasileiros.

A sobreposição de poderes dentro das instâncias governamentais serviu para legitimar atos que eram pensados para a região amazônica com fins econômicos, o que, por sua vez, explica o autoritarismo com que o projeto foi implantado e a sua completa desvinculação com a realidade local, contrariando os interesses da sociedade que ali se encontra. Em consequência, as expectativas sociais e ambientais que hoje caracterizam Carajás fazem dessa região uma das áreas mais problemáticas do país em termos de conflitos sociais.

Outros projetos foram implantados, como o projeto manganês do Igarapé do Azul, em 1985, e mais recentemente, o projeto ouro

³ Os incentivos fiscais também foram regulamentados pelo Decreto Lei nº 1815 de 24 de novembro de 1980, a todos os empreendimentos numa área que abrangia os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, num total de 895.236 Km².

do Igarapé Bahia, em 1990. Além da exploração mineral, a Vale verticalizou seus empreendimentos, investindo em setores como o de transporte, como o sistema *roll-on-roll-off*; participou de convênios e parcerias, como no caso do projeto soja no sudeste paraense através do sistema que integram rodovia-ferrovia-hidrovia, incluindo a possível viabilização da hidrovia Araguaia-Tocantins, e elaborou projetos virtuais, como o do cobre do Salobo e o do níquel. Assim, desde a implantação do projeto ferro a Vale dinamizou sua economia investindo em diferentes setores, mostrando o potencial que a Companhia adquiriu desde que está instalada no estado do Pará.

É importante destacar que a Companhia tem outros projetos fora da região sudeste paraense, mas que permaneceram no estado do Pará, como a exploração da bauxita pela Mineração Rio do Norte. O grupo possui todo um aparato que foi montado pelo governo federal no Pará para exploração dos recursos minerais que, hoje, estão nas mãos da iniciativa privada, em decorrência do processo de privatização das estatais.

O efeito multiplicador que o Programa Grande Carajás tenderia a gerar não se concretizou; o que vemos hoje na região, principalmente a que vai de Parauapebas, no Pará, a Santa Inês, no Maranhão é um corredor de problemas sociais. A maioria dos municípios que se encontra ao longo da Estrada de Ferro Carajás encontra-se em situação de pobreza sem expectativa de crescimento econômico e sem conseguir resolver seus problemas urbanos e rurais. O trem de passageiros da é um verdadeiro navio sobre rodas, com migrantes indo e vindo atrás de trabalho (nos projetos da Companhia ou em outras empresas quando não nas fazendas localizadas nesse trecho) e de melhores condições de vida.

Segundo Maria Célia Nunes Coelho (1997),

A CVRD, como toda grande empresa, tenta localmente imprimir ordem (regras) no espaço restrito a seu território. Os núcleos urbanos exemplares/ordenados da Companhia contrastam com os núcleos caóticos vizinhos. Sem dúvida, elas, as grandes empresas,

têm um papel entrópico em relação às demais áreas. Este é o caso da CVRD que mantém a ordem nos seus territórios (que incluem seus núcleos urbanos). Entretanto, ainda que involuntariamente, a CVRD e suas subcontratadas têm papel entrópico em relação às áreas urbanas vizinhas (COELHO, 1997, p. 77).

A implantação dos grandes projetos na Amazônia intensificou a explosão demográfica dos diversos núcleos urbanos na região sudeste paraense, quando não foi responsável pelas suas criações. A ordem da qual Maria Célia Nunes fala é a ordem que faz do núcleo urbano de Carajás, assim como dos condomínios fechados da , tanto no Pará como no Maranhão, exemplos do ordenamento territorial criado pela Companhia, não só para abrigar seus funcionários, mas também para vender uma imagem ordenada de seus projetos.

Seus núcleos habitacionais são exemplos das cidades de primeiro mundo em termos de organização, porém existe um controle social não só para aqueles que moram em seus núcleos urbanos, como também para aqueles que adentram seu território. O controle de entrada e saída das pessoas é uma das formas de a Companhia manter a ordem dentro dos seus núcleos, diferente do que acontece com aqueles povoados ou núcleos que estão em seu entorno.

Exemplo dessa natureza é Parauapebas, no sopé da Serra dos Carajás, onde apenas uma parte da cidade foi planejada para abrigar, logo no início da instalação do PFC, os trabalhadores que viabilizaram a obra de exploração de ferro, assim como aqueles que trabalhavam na construção da estrada que dá acesso à Serra dos Carajás. Logo após sua instalação, ocorreu uma explosão demográfica, intensificada ao longo dos anos que sucederam a instalação do PFC, o que ajudou a fazer de Parauapebas umas das cidades mais populosas dessa região, porém com todos os problemas urbanos: falta de infra-estrutura, problemas de saúde, prostituição, o que não ocorre na Vale.

As principais estações ferroviárias da Vale no trecho entre Pará e Maranhão são: a do Anjo da Guarda, a de Santa Inês, a de Açailândia, a de Imperatriz, todas no Maranhão, e as de Marabá

e Parauapebas no Pará. Como podemos ver, todas essas estações foram pontos de chegada ou de saída para diversas localidades no Pará e no Maranhão. Os que migram nesse corredor têm diferentes histórias para contar quanto à sua migração. Paraenses e maranhenses que mudam de lugar em busca de melhores condições de vida, indo ou voltando, ajudaram a modificar as relações no sudeste paraense, principalmente nos municípios aqui estudados.

Esses fatores estão relacionados às expectativas econômicas que o Brasil vivia na época de instalação dos projetos da Vale na Amazônia. Havia um conjunto de fatores que favoreceram as condições para que esses projetos fossem pensados na Amazônia, além dos recursos naturais que existiam na região. Dessa forma, a Amazônia brasileira estava relacionada a uma das fronteiras de expansão do capital internacional na América Latina. Toda essa política estava também associada à possibilidade de “desenvolvimento” da Amazônia. Assim, o governo conseguiu implantar sua estratégia de articulação do capital privado nacional e internacional ao capital estatal numa associação que era de 51% do capital da Vale, tendo o Estado Nacional como seu principal acionista, e os outros 49% pulverizados em diferentes capitais nacionais e internacionais. Associava, assim, a escala local à internacional, visando sobretudo ao mercado internacional de exportação do ferro.

Esses empréstimos consolidaram a viabilização do PFC e sua instalação no município de Marabá no começo da década de 1980, vindo a fazer seu primeiro transporte de ferro em 1985, com a inauguração da Estrada de Ferro Carajás ligando as minas de Carajás, no Pará, ao porto de Itaqui-Madeira, no Maranhão. Era o começo de uma nova era para os municípios do sudeste paraense e, conseqüentemente, para o Pará a era dos minérios, que se tornavam a principal economia da região. A Vale, que já era uma das maiores empresas de mineração do Brasil, ganhava mais elementos para se transformar numa das maiores empresas de mineração do mundo. Opera em dois sistemas destacados por ela, o sistema norte e o sistema sul, o que indicava o crescimento que a Empresa vinha ganhando com a instalação de seus projetos no Brasil e na Amazônia.

O território de Marabá sofreu conseqüências com todos esses acontecimentos provocados pela implantação dos projetos da Vale e também por outros fatores, o que contribuiu em muito com o crescimento demográfico e com o fracionamento não só do seu território, mas das relações político-econômicas, a partir da fragmentação dos grupos de poder na partilha do poder político e do domínio econômico do município, e conseqüentemente da região sul/sudeste paraense.

RECORTES TERRITORIAIS EM CARAJÁS

A primeira emancipação territorial que Marabá sofreu foi a de Parauapebas, onde estava a mina de Carajás da Vale, a de Curionópolis, onde se encontrava o garimpo de Serra Pelada, que teve seu auge entre os anos de 1980 e 1986. Parauapebas e Curionópolis foram emancipados de Marabá em 1988. Marabá perdeu duas importantes áreas de mineração e, conseqüentemente, uma parte significativa de seu território, de sua receita e de sua população.

Parauapebas teve uma história um pouco diferenciada de Curionópolis. Uma parte de seu território tinha sido planejada pela para abrigar cerca de 5.000 pessoas relacionadas aos trabalhadores que vieram para o Projeto Ferro Carajás (PFC) e de suas subsidiárias. Essa parte planejada hoje é conhecida como Cidade Nova, enquanto no alto da Serra Norte, onde fica a mina de ferro, foi construído um outro núcleo urbano para abrigar os altos funcionários da . Duas realidades muito diferentes. Parauapebas a cada dia crescia e ia além da parte planejada, principalmente a que hoje se tornou um dos bairros mais populosos e que na época era conhecido como Rio Verde. Este formava quase um outro núcleo urbano que tinha até mais população que aquela parte construída pela no sopé da Serra. Ao longo dos anos, Rio Verde e Parauapebas cresciam com todos os problemas de um núcleo urbano, sem infra-estrutura, até se unirem formando um só núcleo. Como a parte planejada necessitava aspectos de serviços que só eram encontrados em Marabá, a Vale considerou mais viável implantá-los em Parauapebas (Quadro 02).

A realidade dos núcleos residenciais começou a mudar a partir

Quadro 2: Situação dos Núcleos Urbanos no Trecho Mina-Marabá em 1985.

Localidade	Distância em Relação à EPC	Principal Atividade	Rede de Água	Energia Elétrica	Esgoto	Limpieza Urbana	Principais Atividades
Núcleo Urbano da	10 Km	Serviços de Mineração	Sim	Sim	Sim	Sim	PA-275
Parauapebas	12 Km	Serviços de apoio a mineração	Exatmo	Exatmo	Exatmo	Parcial	PA-275
Rio Verde	13 Km	Serviços de apoio a mineração	Não	Não	Em implantação	Não	PA-275
Conceição	20 km	Serviços de apoio a garimpo	Não	Não	Não	Não	PA-275
Eldorado de Carajás	30 Km	Serviços de apoio a garimpo	Não	Não	Não	Não	PA-275
Marabá	Aproximadamente 40 Km	Empreendimento produtivo próximo às usinas, madeira, grãos e carne de suínos	Sim	Sim	Sim	Sim	PA-275 PA-150 BR-230 e BR-232

Fonte: /SUMIC, 1985.

da segunda metade da década de 1980. Houve uma melhoria, porém os problemas não desapareceram. Parauapebas e Curionópolis tornaram-se municípios, porém com características muito diferentes. Enquanto a continuava com o projeto ferro, Curionópolis conheceu a decadência do garimpo de Serra Pelada na segunda metade da década de 1980.

Com a decadência do garimpo de Serra Pelada, Curionópolis acabou perdendo população e uma parte de sua arrecadação, vendo-se obrigado a procurar outras formas de desenvolvimento econômico. Isto fez com que os governos do município depositassem suas esperanças na possibilidade de a Vale explorar o cobre do Salobo, que está dentro daquele território, com expectativas na geração de empregos e *royalties* vindos da Empresa. Enquanto a receita de Parauapebas crescia, Curionópolis via a sua diminuir progressivamente, depois do auge do garimpo de Serra Pelada.

Quadro 3: População dos Municípios no Trecho Mina-Marabá.

Município	1970	1980	1991	2000
Marabá	24.474	59.915	123.668	167.873
Parauapebas	-	-	53.335	71.651
Eldorado do Carajás	-	-	0	29.244
Água Azul do Norte	-	-	0	21.443
Curionópolis	-	-	38.672	19.387
Carajás	-	-	0	10.826
Total	24.474	59.915	217.666	322.424

Fonte: IBGE Censos demográficos do Pará de 1970, 1980 e 1991. Sinopse Preliminar do Censo de 2000.

Essa área tornou-se densamente populosa (Quadro 03), os núcleos urbanos foram crescendo e se tornaram alvo de políticos interessados na partilha do poder, os quais acabaram pleiteando as suas divisões de Marabá. Foi assim que, depois do surgimento de Parauapebas e Curionópolis como municípios, criaram-se outros novos municípios de segunda geração, desmembrados de Marabá. Eldorado do Carajás, em 1991, foi desmembrado de Curionópolis, e Água Azul do Norte, também em 1991, desmembrado de

Parauapebas, e no ano de 1993 Canaã dos Carajás se emancipou de Parauapebas (Quadro 04).

Quadro 4: Data de Criação dos Municípios da Mesorregião Sudeste do Pará.

Município	Ano de Criação	Município de Origem	Lei de Criação
Marabá	1913	São João do Araguaia	Lei nº 1278
Conceição do Araguaia	1935	Marabá	Lei nº 1091
Itupiranga	1947	Marabá	Lei nº Lei 62 alterada pela Lei 158
Tucuruí	1947	Baião	Lei nº Lei 62 alterada pela Lei 158
Santana do Araguaia	1961	Conceição do Araguaia	Lei nº 2460
São João do Araguaia	1961	Marabá	Lei nº 2460
São Félix do Xingu	1961	Altamira	Lei nº 2460
Jacundá	1961	Itupiranga	Lei nº 2460
Paragominas	1965	São Domingos do Capim e Viseu	Lei nº 3235
Redenção	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 528
Rio Maria	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 528
Rondon do Pará	1982	São Domingos do Capim e Moju	Lei nº 5027
Xinguara	1982	Conceição do Araguaia	Lei nº 528
Parauapebas	1988	Marabá	Lei nº 5443
Santa Maria das Barreiras	1988	Santana do Araguaia	Lei nº 5451

Continua.

Município	Ano de Criação	Município de Origem	Lei de Criação
Bom Jesus do Tocantins	1988	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.455
Cuiabá do Sul	1988	Marabá	Lei nº 5.443
Ourlândia do Norte	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.449
Tucuruí	1988	São Félix do Xingu	Lei nº 5.455
São Geraldo do	1988	Mangara	Lei nº 5.441
Dom Eliseu	1988	Paragominas	Lei nº 5.450
Goiandécia do Pará	1991	Rondon do Pará, Jacundá, Moju e Tucuruí	Lei nº 5.686
Bonito Branco	1991	Tucuruí, Moju e Rondon do Pará	Lei nº 5.703
Água Azul do Norte	1991	Parauapebas	Lei nº 5.694
São Domingos do Araguaia	1991	São João do Araguaia	Lei nº 5.706
Novo Repartimento	1991	Tucuruí, Jacundá e Pacajá	Lei nº 5.702
Eldeorado do Carajás	1991	Cuiabá do Sul	Lei nº 5.687
Abel Figueiredo	1991	Bom Jesus do Tocantins	Lei nº 5.708
Palestina do Pará	1991	Bonito Grande do Araguaia	Lei nº 5.689
Ulianópolis	1991	Paragominas	Lei nº 5.697
Fau D'Arco	1991	Redenção	Lei nº 5.696
Cumaru do Norte	1991	Ourlândia do Norte	Lei nº 5.710
Floresta do Araguaia	1993	Conceição do Araguaia	Lei nº 5.760
Nova Ipixuna	1993	Jacundá e Impiranga	Lei nº 5.687
Farmach	1993	Ourlândia do Norte	Lei nº 5.761
Camã dos Carajás	1994	Parauapebas	Lei nº 5.860
Figara	1995	São Geraldo do Araguaia	Lei nº 5.934
Sapucaia	1996	Mangara	Lei nº 5.961

Fonte: IBGE, Diário Oficial da União, TCM, AMAT.

No conjunto da mesorregião sudeste paraense, Marabá, na década de 1970, era o segundo maior município em população com seus 14.585 habitantes, perdendo apenas em números populacionais para o município de Conceição do Araguaia, que tinha, na época,

28.953 habitantes. Na década de 1980, Tucuruí ficou em primeiro lugar em números populacionais com 61.140 habitantes, contra 59.915 de Marabá que passou para o segundo lugar, e 11.551 de Conceição do Araguaia. Já na década de 1990 houve uma inversão: Marabá passou a ser o primeiro município em população da mesorregião sudeste com 123.668 habitantes contra 81.623 habitantes do segundo colocado, o município de Tucuruí, 67.075 habitantes de Paragominas, 55.968 habitantes do município de Redenção e 53.335 habitantes de Parauapebas, município que foi desmembrado do território de Marabá. Na década de 2000, Marabá continuou com aumento populacional, passando para 167.873 habitantes, Paragominas com 76.095 habitantes, Tucuruí com 73.740 habitantes, Parauapebas com 71.651 e Redenção com 63.197 habitantes. Esses são os números que ilustram o crescimento populacional na mesorregião sudeste paraense. Em relação ao total populacional da mesorregião sudeste paraense, os seis municípios estudados representam cerca de 20% do total da população.

No seu conjunto, em números de habitantes, os municípios aqui estudados apresentam a seguinte colocação: Marabá é o primeiro município em população da mesorregião sudeste, Parauapebas é o quarto, Eldorado do Carajás o décimo sexto, Água Azul do Norte o vigésimo, Curionópolis o vigésimo terceiro e Canaã dos Carajás é o trigésimo segundo. Curionópolis, que teve Eldorado do Carajás emancipado de seu território, hoje perde população (em função, principalmente, do fim da lavra manual do garimpo de Serra Pelada), sendo, entre os seis municípios, o quinto em números populacionais, só estando na frente de Canaã dos Carajás.

Essas divisões contaram com várias manifestações (entre elas o crescimento demográfico), mas tiveram, sobretudo, motivações político-econômicas. Como se vê, o poder municipal só se preocupa com a sede do município e acaba esquecendo o interior, as áreas rurais, deixando-as em completo atraso econômico. Essa visão levou à criação de vários municípios não só no Pará, mas também no Brasil. Favoráveis à criação de municípios são também aqueles que reivindicam que os serviços concentrados na sede municipal

sejam ampliados para o interior, pois essas áreas ficam em completa dependência dos serviços da sede, a qual não tem condições de atender a todos aqueles que estão fora dos seus limites.

Assim, a história dos municípios aqui estudados tem uma única vertente territorial, que é a de serem originários do município de Marabá, mas, por sua vez, têm suas peculiaridades e suas próprias configurações territoriais. Seus territórios são desdobramentos das fragmentações políticas do poder local de Marabá. Suas transformações político-econômicas têm reflexos também nos projetos da Vale e no conjunto de ações promovidas por grupos políticos locais e extralocais. Seus representantes podem ter vínculos políticos, mas, dependendo dos interesses político-econômicos, fragmentam-se ou associam-se, de acordo com o grau de viabilidade e favorecimento que está em jogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vale, como ator hegemônico na região de Carajás, organiza suas relações a partir de sua exploração mineral e de seus contratos econômicos com quem financia seus projetos. Ela desenvolve relação com a gestão pública local e com os demais atores sociais que participam da vida ativa do Estado e dos municípios onde possui projetos. De uma maneira ou de outra, o poder que a Companhia adquiriu localmente vem de longos anos de sua trajetória como uma grande empresa de mineração não só no cenário nacional, mas também no internacional. Não se pode afirmar que a Vale omitiu sua participação na vida econômica dos municípios, pois seus projetos trouxeram recursos financeiros onde estavam instalados, porém, pela falta de uma visão de futuro por parte dos políticos paraenses, não foi possível exigir da empresa um outro tipo de participação qualitativa, para que ela pudesse atuar mais ativamente em parcerias com os municípios na resolução dos problemas urbanos e rurais que estes apresentam. A poderia e pode participar de uma outra maneira, possibilitando aos municípios não dependerem somente da Empresa, mas permitindo que construam alternativa que não a do minério.

De fato, os 411.000 hectares que estão sob o poder de

exploração da Empresa impedem a abertura de uma outra frente que correlacione o poder na região. Com o monopólio da fica difícil negociar. Não foi possível quebrar as barreiras do protecionismo da para que outras empresas brasileiras viessem a explorar a região com compromisso e responsabilidade com o desenvolvimento dos locais onde estivessem sendo instalados novos empreendimentos. Se isso tivesse acontecido, teria evitado fugas de projetos para outros Estados, viabilizando realmente seus interesses com compromisso de efeito multiplicador na região. Houve, no caso, ausência de planejamentos que levassem em conta a participação efetiva da sociedade local, criando alternativas de viabilidade não só econômica, mas também social, respeitando as sociedades atingidas pelos projetos.

Embora os atores sociais entrem em conflitos pelo poder local e por outro tipo de ordenamento no território, sempre deixaram de fora, de maneira direta, a Vale. Com raras exceções, como a do MST, a Companhia não teve questionado seu papel na região, com força suficiente que fizesse a Empresa mudar seu comportamento no estado do Pará. Com a privatização, aos poucos a Empresa mudou para o vizinho estado do Maranhão a base logística que tinha na capital paraense. Houve reclamações, mas não com a devida notoriedade, pelo simples fato de a Empresa não temer a ordem legal dos paraenses.

O estado precisa ter um projeto de desenvolvimento não setorizado, mas que atinja o seu território como um todo. Só teríamos condições de conceber as riquezas e dar oportunidades às sociedades locais para participarem do desenvolvimento de cada localidade se viabilizássemos as suas condições político-econômico-sociais. “Os donos do poder” são hoje aqueles que recebem influência dos dirigentes da Vale, e o estado um mero coadjuvante na economia dos recursos minerais, o mesmo estado que legitimou a ação da Companhia que hoje ele contesta. E atrelado ao “poder dos donos”, sem uma proposta de desenvolvimento que envolva a Companhia num compromisso de planejamento, a partir dos recursos que dele ela extrai, o Estado faz com a uma parceria para alcançar o desenvolvimento das sociedades atingidas pelos seus projetos.

A Vale se preparou para ampliar sua exploração mineral

no Pará, e adapta sua infra-estrutura para receber essa produção no Maranhão. Além da Mineração Serra do Sossego, Canaã dos Carajás terá o projeto Alvo 188. Outros projetos de cobre seguirão: Cristalino em Curionópolis, Igarapé Bahia e Alemão em Parauapebas e Salobo em Marabá formando o projeto cobre da Vale no Pará, todos completando sua tríade mina-ferrovia-porto, com destino ao vizinho estado do Maranhão, para sem seguida ter como alvo o mercado internacional. Quando estiverem todos funcionando, sua produção estimada será de 768 mil toneladas de concentrado de cobre por ano e 261 mil toneladas de cobre catodo. O Brasil, então, deixará de ser dependente da importação do minério. A Vale será uma das maiores empresas produtoras de cobre, e o Brasil um dos cinco maiores produtores do minério.

A Vale destina grande parte dos investimentos a Carajás, mas pouco está relacionado à verticalização da mineração no Pará. O minério continua saindo quase que *inatura*, sendo agregado pouco valor ao produto. Com isso o estado deixa de arrecadar, e a sociedade local acaba não sendo beneficiada pelos investimentos realizados pela Companhia como deveria. Nesses anos todos em que a Companhia vem explorando o minério na região amazônica pouca coisa mudou, em se tratando da melhoria das condições e qualidade de vida daqueles municípios que estão sob a área de influência da Empresa nos dois estados.

Desde que saiu o primeiro carregamento de minério de ferro do território paraense, essa região mudou completamente suas relações econômicas com a Empresa e seus diferentes atores sociais que estão presentes no sudeste paraense. Atraídos pelos projetos, migrantes, empresas e empresários vieram em busca dos investimentos que a Vale estava fazendo em Carajás. Embora ocorra um aumento nas exportações do Pará, esse crescimento econômico não vem acompanhado pela modernização da indústria, nem pela ressonância econômica nos municípios, traduzidos em qualidade de vida para suas populações.

Nada garante que o Pará, cada vez mais um Estado Minerador, possua e tenha como base somente esse tipo de economia para

seu desenvolvimento. Torna-se necessário criar estratégias de desenvolvimento em outras escalas, como no caso do potencial agrícola do estado. A indústria que permanece em Carajás, seja ela da Vale, sejam suas associadas, bem como as que prestam serviço ou são parceiras da Companhia, não têm apresentado significativos avanços na criação de pólos de desenvolvimento (que não deram certo na região) nem acarretado benefícios à sociedade local. Pelo contrário, em se tratando das guseiras, a floresta da região corre risco de total desaparecimento, pois não ocorre reflorestamento para se obter o carvão vegetal. Muitas vezes são trabalhadores rurais que em seus lotes utilizam a economia do carvão e vendem para guserias de Marabá, colocando em risco seu próprio futuro. É comum passar pela Transamazônica e entrar em um dos diversos ramais que levam aos assentamentos rurais e às comunidades que associam a agricultura à prática de comercialização do carvão com as guserias, sem qualquer projeto de reflorestamento.

Nesse sentido, a industrialização acabou fazendo na economia capitalista uma verdadeira mudança de valores, porque a industrialização virou sinônimo de desenvolvimento. Segundo Altvater (1995), o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente, pois transforma numa desordem aquilo que a natureza levou milhões e milhões de anos para deixar no estado em que se encontra hoje. O tempo da natureza e do capital são incompatíveis nesse caso. Assim, a Vale, ao se apropriar das diversas jazidas que explora, coloca em risco o desenvolvimento do Estado do Pará. A matéria-prima necessita ser beneficiada senão há agregação de valor e outras perdas, além das econômicas.

Suas relações com estado e municípios foram mudando, a partir de sua privatização. Embora tenha interesse em manter sua imagem de companhia que tem responsabilidade e quer manter cordialidade com quem negocia, a Empresa radicalmente mudou seu comportamento em relação às suas prioridades para diminuir custos e aumentar seus lucros, e de certa forma ocorreu uma omissão dos representantes do poder público paraense. A Vale desconsiderou as manifestações que os paraenses fizeram e fazem contra as decisões

que ela vem tomando, diferentemente da época em que 51% de suas ações pertenciam ao governo brasileiro.

Não foi só a privatização da Empresa que acelerou esse processo. Foi ela o fator primordial, mas as flutuações da economia mundial e a busca de novas fontes energéticas no planeta aceleram os interesses da Vale. Também as prioridades da economia globalizada, na busca de cobre, ouro, manganês e mais ferro, favoreciam certos investimentos em capital estrangeiro na Amazônia. Não se deve responsabilizar a Vale pela gestão municipal, mas pode-se cobrar dela e do próprio estado do Pará parcerias efetivas que viabilizem nos municípios questões em áreas de mineração não só a economia extrativista, mas o desenvolvimento de sua sociedade local.

As relações de poder que definem práticas espacializadas tanto da Empresa como do poder público precisam ser revistas, a fim de se criarem condições de negociações entre as partes envolvidas e os representantes da sociedade civil. O território torna-se, assim, um campo onde atuam diferentes forças, que condicionam práticas diferenciadas de atores sociais em busca de seus anseios. Essas práticas tornam-se opressoras para outros atores sociais quando eles se sentem prejudicados por elas. O campo de poder que se forma é marcado por conflitos de interesses, nesse caso entre a Companhia e representantes da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, Elmar. *O preço da Riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia (Orgs.). *10 anos da estrada de ferro Carajás*. NAEA/UFPA, 1997.
- EMMI, Marília. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanbais*. Belém: NAEA/UFPA, 1988.
- PALHETA DA SILVA, J. M. *Poder, Governo e Território em Carajás*. Presidente Prudente-SP: Universidade Estadual Paulista/Faculdade

de Ciências e Tecnologia, 2004. (Tese de Doutorado).

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Breno Augusto dos. *Amazônia: potencial mineral e perspectivas de desenvolvimento*. São Paulo: EDUSP, 1981.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

Da associação à regionalização: a criação do estado de Carajás^{*}

Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues

O presente artigo investiga a forma de ação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT) nas últimas décadas do século passado, e outros fatores, como a atuação do Estado nesta porção da Amazônia, a dinâmica de incorporação pelo sistema capitalista em seu processo de expansão e integração de mercados em sua formação econômico-social.

O trabalho está dividido em três seções, a primeira fala sobre a trajetória percorrida pelo movimento das associações no Brasil e sua importância no processo e elaboração do discurso que almeja a criação do Estado de Carajás. A segunda parte do trabalho discute a atualização do processo de regionalização para o momento presente e os interesses em torno da insurgência de novas escalas em nível regional para a Amazônia. A terceira parte mostra algumas argumentações a favor da fragmentação do Pará, segundo o presidente e secretário executivo da AMAT.

CONTEXTUALIZANDO A ASSOCIAÇÃO

A associação municipal tem emergido no Brasil como resposta às condições adversas da atual conjuntura, tanto mundial como brasileira, à crise do Estado, à dificuldade de fontes de financiamento,

^{*} Este artigo é parte integrante da dissertação intitulada “Região, Regionalização e Rede Política: um estudo sobre a atuação da Associação dos Municípios Araguaia-Tocantins (AMAT)” apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará.

complexidade e a conseqüente intensificação dos problemas sociais, na cidade ou no campo.

A associação tem sua expressão espacial efetivada sob as regionalizações institucionais; em nosso caso, a atuação da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins (AMAT), circunscreve-se à Mesorregião do Sudeste Paraense.

Ao analisarmos a efetivação de políticas públicas, o grau de dificuldade para sua eficácia recai sobre uma modalidade de cooperação entre os entes federados. A forma de cooperação, em nosso caso particular, é a *associação*. Possuidora de possibilidade e capacidade de potencializar e dar soluções, de forma a melhorar a gestão pública dos territórios circunscritos à atuação municipal e sua união em âmbito regional, tem como ponto aglutinador a AMAT.

O estreitamento das relações entre os municípios pode ser compreendido sob várias modalidades de cooperação municipal, como a formação de comitês de bacia, consórcios, etc. Aqui, a ênfase será dada à associação, cuja relevância nos últimos anos passa pela forma que os municípios elegem para dar respostas à complexidade dos problemas com que se deparam em seus cotidianos, cuja escala extrapola e não respeita suas fronteiras territoriais e suas limitações de execução.

A compreensão das condições sob as quais os municípios se submetem (desequilíbrio de contas, escassez de fontes de financiamento, complexidade dos problemas sociais, urbanos e ambientais, da difícil arquitetura política das ações ao se relacionar com os vários entes federados, sobretudo a forma como os fatores arrolados sofrem rebatimento direto do processo globalitário) ajuda na efetivação do processo de gestão dos municípios.

Podemos considerar a existência da emergência de uma escala ultrapassando os limites municipais, levando-os a unirem-se com outros municípios para fazer frente aos desafios, uma vez que os problemas sociais e ambientais agravam-se, requerendo dos gestores medidas à altura.

Pelas condições acima mencionadas uma justificativa para essa modalidade de cooperação municipal, a associação, passa pela

contextualização de suas ações, na medida em que os problemas a cargo dos municípios exigem soluções que extrapolam o alcance da capacidade de ação da prefeitura, em termos de recursos humanos e financeiros. Além disto, grande parte das soluções exige ações em conjunto, na medida em que os problemas afetam vários municípios, como as questões referentes ao meio ambiente, tratamento de resíduos sólidos, saúde, educação e moradia (LAMPARELLI, 1999).

No caso dos municípios afetados pela atuação da AMAT, além das condições mencionadas, é necessário considerar a existência de grandes projetos em seu território de atuação, como o Ferro Carajás e a Hidrelétrica de Tucuruí, responsáveis por interferências, uma vez que representam instâncias de poder com interesses na apropriação dos recursos minerais e energéticos existentes em seus territórios, configurando o que o Prof. Dr. Rui Moreira, em palestra no dia 31.10.2006, chamou de gestão privatizada do território.

Consideração bastante procedente sobre o processo de cooperação intermunicipal é a de Motta de Barros (1994):

Estariamos procurando conhecer a ação de uma força endógena que move os municípios em direção ao trabalho conjunto com outros municípios, tendo em vista a expansão de sua atuação fora dos limites de suas fronteiras. O interesse em participar de uma cooperação inter municipal (CIM) exprimiria uma força que se origina e pulsa no interior do município. Esta energia, assemelhada a uma força centrífuga, impeliria os municípios uns em direção aos outros, cientes de que projetar seus mecanismos institucionais para fora de suas jurisdições político-administrativas seria caminho válido para resolver problemas de solução impossível exclusivamente dentro de seu município. (MOTTA, 1994, p. 30).

No momento atual há esta convergência de interesses por parte dos municípios, e isto deveria independer das legendas partidárias, para se unirem em torno de objetivos em comum, no caso encaminhar soluções de forma a tornar mais executáveis políticas e programas

em conjunto, captar recursos fora da esfera estatal, capacitar corpo técnico dos municípios, enfim, buscar melhora na gestão municipal.

No Brasil pós-reforma constitucional de 1988 reuniríamos condições de mudar as relações dos entes federados, recaindo sobre o município uma maior ênfase e repasse de responsabilidades, não acompanhados, porém, pelas respectivas condições de execução das respostas, situação agravado pela elevação do quadro de complexidade dos problemas sociais, idéia corroborada por Regina Silvia Pacheco (1999):

(...) os municípios brasileiros tiveram suas responsabilidades e recursos expandidos. Por outro lado, as demandas sociais aumentaram e os desafios traduzidos pela globalização impuseram novos campos de ação aos municípios. Muitos deles enfrentam grave situação financeira, seja em decorrência do endividamento ou do aumento das despesas superiores ao aumento das receitas (PACHECO, 1999, p. 29).

A partir dos anos noventa (1990) há formação de uma nova agenda de amplos desafios para o município no Brasil. Uma variedade de ações de âmbito regional e Estadual, como o desenvolvimento econômico e a articulação supra-municipal, agora faz parte da esfera de ação do município, além de outros componentes da agenda permanente dos governos locais – saúde, educação, proteção social a grupos desfavorecidos. No entanto, a constituição de tal agenda, ambiciosa e premente, dá-se num momento de crise sobre o papel do Estado e da escassez de recursos públicos (PACHECO, 1999).

Este processo de reforma do Estado pode ser chamado de descentralização centralizadora. Daí por que Motta (1994) corroborar a busca de cooperação entre os municípios, como uma forma de potencializar suas ações, dar maior solidez e sinergia às políticas públicas, na medida em que reúnem recursos e capacidade de planejamento e execução, ou mesmo uma maior capacidade de articulação política.

As considerações mencionadas até aqui são suficientes para entendermos as forças responsáveis por imprimir nova dinâmica territorial com capacidade de redefinir as relações entre os entes

federados, fazendo emergir novos recortes, como consequência, como insurgência de novas escalas, almejando novas regionalizações como forma de expressar novos arranjos de poder, de regionalismos, bem como sua expressão espacial, por meio de uma nova regionalização, estudada a seguir.

REGIONALIZAÇÃO

Ao objetivarmos atingir uma compreensão da insurgência de novos recortes regionais na Amazônia fazem-se necessárias algumas considerações e discussões sobre regionalização. Para se proceder a uma regionalização, são bastante pertinentes os questionamentos de Ester Limonad (2004, p. 57): “A região em si remete de imediato a sua construção como tal, a que nos conduz à indagação: Por que regionalizar? A quem ou para quem servem as regionalizações?”

Atravessamos uma fase de acumulação do capital, chamada de globalização, a qual imprime ao espaço geográfico novas formas-conteúdos. Ao considerarmos o espaço como “... um conjunto indissociável de sistema de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (SANTOS, 2005, p. 146), estamos tratando-o como algo unitário, imbricando materialidade e ação humana. De tal sorte, que devemos levar em conta outras características importantes do processo de globalização, na medida em que é responsável pela mundialização do espaço geográfico, e que, portanto, implicam em transformações de repercussões na esfera regional:

- A transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;
- A exacerbação das espacializações produtivas em nível do espaço;
- A concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície – por exemplo, na agricultura;
- A aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o

fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho, e a dependência deste em relação às formas espaciais e as normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;

- A produtividade espacial como dado na escolha das localizações
- O recorte horizontal e vertical do território;
- O papel da organização e os do processo de regulação na constituição das regiões;
- A tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização (SANTOS, 2005, p. 147).

Em “A Natureza do Espaço”, Santos (2004) considera a existência pretérita de regionalizações faziam-se horizontalmente a partir da extensão das áreas de influência e da dominação e da organização de uma extensão territorial a partir de uma cidade ou rede de cidades. Entretanto, com o rebatimento da terceira revolução, temos uma nova configuração, resultando em novas regionalizações, estas ditas verticais, por intermédio da inter-relação entre pontos, lugares, selecionados, propiciadas pelos avanços tecnológicos das comunicações e transporte, de tal forma a superar as tradicionais hierarquias urbanas pelas redes de interações ou redes de cidades globais.

Para David Harvey (2004, p. 84), o termo globalização assinala “uma profunda reorganização geográfica do capitalismo”, irradiando, desse momento, contradições histórico-geográficas, que periodicamente afloram. Portanto, o capitalismo está numa intensa busca de acelerar o tempo de giro do capital, “apressar o ritmo de circulação do capital e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais de desenvolvimento” (HARVEY, 2004, p. 86). Uma segunda barreira a ser extrapolada pelo capital é a do espaço, quando este é aniquilado pelo tempo. Entretanto, tal investimento só é realizável através da produção de um espaço fixo dotado de tal fluidez, logo,

(...) o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriada a sua própria dinâmica de acumulação num momento

particular de sua história, simplesmente para ter que reduzir os escombros e reconstruir esta paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (HARVEY, 2004, p. 87).

Ao analisarmos o território brasileiro, temos a dimensão das articulações entre as regiões tradicionais e a insurgência de novas regiões, o que significa compreender, sob um novo ângulo, as relações inter-regionais. Considera-se, para tanto, a potencialidade dos territórios, em termos recursos humanos e culturais, da iniciativa política e do acesso às redes de comunicação e informação, sem perder de vista as estratégias e as formas de influência das redes políticas no atual período (BECKER, 2004b).

As questões desenvolvidas em torno das políticas públicas para o território remetem a definição de critérios de regionalização. No Brasil, foram criadas regiões instrumentais com objetivo de identificar problemas e encaminhar possíveis soluções, como feito por Becker (2004), ao tratar o planejamento regional como instrumento básico, que pode ser usado para compatibilizar desenvolvimento e sustentabilidade para a Amazônia, desde de que concomitantemente haja por parte da sociedade participação.

O desenvolvimento regional tem uma dimensão cuja instância de representação pode ser entendida pela intervenção do Estado por meio de políticas públicas com vista ao planejamento, garantindo o

(...) uso del espacio de tal manera que sean elementos codyuvantes al desarrollo social, económico, político, democrático y humano, es razón sustentable al uso racional y ordenado em cuanto que sea justo, equitativo e igualitario. (RAMÍREZ, 2006, p. 17).

Esta proposição acerca do desenvolvimento regional a partir do ordenamento do território¹ parece ir ao encontro de uma abordagem relacional ao objetivar incorporar, ou tentar, intervenções que busquem um desenvolvimento de forma íntegra ao recorrer às múltiplas dimensões encerradas no espaço, expressas no cotidiano regional.

A nosso ver, tal concepção parece, se isso for possível, neutra, por ignorar o Estado como contradição e disputa de classes, abordado por nós no primeiro capítulo, fundamentado em Harvey (2002).

O ordenamento por sua vez pode ser distinguido em dois âmbitos. O ativo e o passivo. O ativo, quando implementado pelo Estado, tem objetivo de superar as assimetrias e desigualdades derivadas do crescimento econômico, este ordenamento é induzido (RAMÍREZ, 2006). As proposições de Ramirez (2006) parecem subsidiar o que ocorreu no passado no Brasil com os militares ao efetivarem, por meio dos órgãos de planejamento em nível regional, como a SUDAM e a SUDENE, suas ações de produção do espaço, durante as décadas de 1960, 1970 e 1980.

O ordenamento passivo é aquele relacionado com o uso e ocupação do território inerente à lógica de desenvolvimento, podendo ser considerado autônomo, no sentido de elaborar e dar manutenção ao zoneamento de regiões como critério para elaborar novos cenários.

A contribuição do ordenamento territorial para o desenvolvimento regional reside na sua qualidade de ser um processo de planificação, no qual há uma indução por parte do organismo central, em parceria com as comunidade, por serem estas conhecedoras de sua realidade.

De forma particular para esta porção da Amazônia, o ordenamento territorial deve levar em consideração, além da disposição dos recursos naturais, o desenvolvimento de forma a melhorar os indicadores sociais, sobretudo no uso do território que almeje justiça e não no seu uso corporativo, endógeno e fragmentário, como vem arrendo há séculos no Brasil.

O momento atual requer da Geografia novos instrumentos teórico-metodológicos, para conseqüente operacionalização de suas categorias, como território, região e lugar, principalmente quando

¹ Segundo Ramírez (2006) as políticas públicas em torno do ordenamento do território adquirem relevância na medida em que sejam um meio de democratização da vida pública, da organização do território e as estratégias de regulação e controle dos conflitos sócio-territoriais, que são as condições básicas para garantir a *democracia*.

estas teorias e indicadores são usados para legitimar o processo de criação de novos municípios, de fragmentação territorial do Estado do Pará e suposta criação do Estado de Carajás, como vemos no sul e sudeste Pará.

DA MESORREGIÃO DO SUDESTE DO PARÁ AO ESTADO DE CARAJÁS: a contraposição dos discursos.

No caso da Amazônia Oriental temos a emergência de novas escalas de insurgência, como materialidade de sub-regionalização originada de forma latente no Sudeste do Pará a partir da atuação da AMAT, e expressa ao proporem a criação do Estado de Carajás. Desde sua origem esta Associação tem alterado seus objetivos dependendo da contextualização socioespacial para eleger suas prioridades. Na década de 1980 buscava melhora em alguns setores que julgava críticos e abandonados pelo governo estadual. Durante a década de 1990 sua principal bandeira foi a construção das eclusas de Tucuruí, alegando que o represamento do rio Tocantins seria responsável pela obstrução do ‘desenvolvimento’ da região. Já no final desta década (1990), houve uma mudança de prioridades ao alegar a necessidade de desmembramento do Pará, com a criação do Estado de Carajás, como única via para desenvolver a região.

Quando questionado sobre as motivações de criação da AMAT, o então prefeito de Marabá e fundador, Sr. Haroldo Bezerra, na época Secretario Executivo da recém criada Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB), afirma que a intenção era fomentar o desenvolvimento regional, defendendo as questões da região e seus principais problemas, atuando nos seguintes eixos: saúde, educação e transporte, agindo de forma associada como estratégia para diminuir despesas dos municípios.

Era necessária uma capacidade de diálogo, de forma técnica, para elaboração das proposições em nível regional de planejamento, bem como para requerer direitos no cálculo e repasses, com a capacidade fundamental dada pela sua articulação política, capaz de rever cálculos e acessar fundos, executar os planos, através da

articulação com deputados federais e senadores, como aconteceu com os municípios impactados pela atividade mineradora, acessando considerável montante.

Para o senhor Haroldo Bezerra, esta forma de implementar a gestão da AMAT a levou ao lugar de destaque no cenário paraense e serviu de referência para as outras associações no Pará, o que é justificado pela própria forma como estas buscam se inserir, hoje, na SEDURB, a fim de obter recursos.

O governo estadual considera em seu planejamento a importância das associações como forma de melhorar sua atuação em nível municipal, fazendo mediação, inclusive de escala, entre o estado e o município, com o que chama de *municipalização do desenvolvimento*. O governo tem nas associações os mediadores para efetivação de seus projetos, a exemplo do Pará Urbe, programa de apoio ao desenvolvimento municipal e melhoria da infra-estrutura regional e fortalecimento institucional dos municípios do Estado do Pará. Entre os seus objetivos desse projeto, destacamos o apoio ao desenvolvimento dos municípios paraenses, voltado para o fortalecimento da gestão municipal, melhoria do esforço fiscal e execução de obras regionais e de interesse municipal (...). O programa abrange subprogramas de fortalecimento institucional e de investimento diretos, que se destinam ao financiamento de projetos em áreas prioritárias de desenvolvimento urbano e regional. (Pará, 2002, p. 7-10).

Em entrevista, o senhor Haroldo demonstrou a importância das associações ao darem condições e suporte para os municípios se inserção em programas, não somente do governo estadual. No caso do Pará Urbe, o montante de investimento chega à casa dos 185 milhões de reais.

A AMAT buscou o caminho da efetivação de políticas públicas para a região através da criação de um canal de diálogo direto com o governo estadual, na medida em que o bloco de municípios que formavam a associação ganhava força e voz para requerer, na administração estadual, soluções para seus problemas regionais. Também articulou parcerias com organismos internacionais, como a Unicef e G-7, objetivando melhorar as precárias condições em que

se encontravam os municípios partícipes da Associação.

Nesta direção foi encaminhada a orientação da AMAT, crescendo não somente em número de associados, mas percebendo sua importância para a gestão do Executivo, adquirindo maturidade para dar aos municípios daquela região uma melhor capacitação para efetivação de ações que podem ser consideradas como a satisfação de demandas em comum, mas que não teria em um único município condição de reivindicá-la no Estado do Pará. Mesmo assim ressalva-se o fato de não reunir, ainda, as condições para que se propõe, uma vez que não possui um corpo técnico que apresente elementos capazes de conceber e executar um plano para a região, envolvendo vários seguimentos.

Em vários setores há graves problemas postos para os municípios associados, como educação, infra-estrutura, saúde, saneamento, etc, e uma presença tímida das ações do governo Estadual. Em certa medida, as dimensões territoriais gigantescas do Pará, associadas a um modelo de gestão centralista convergindo o foco de ações do governo para um planejamento que não almejou dar condições para se formar uma unidade territorial no Estado, contribuem, sobremaneira, para as argumentações em favor da fragmentação territorial do Estado, reforçadas, de forma mais contundente, e pela condição dos municípios daquela região: “hoje abandonados e extremamente carentes nos setores de saúde, educação, saneamento e transporte” (CARAJAS JÁ, 1997).

Há que se reconhecer que estes problemas afligem a grande maioria dos municípios do Brasil. Mas, então, seria procedente o desmembramento e a criação de novos Estados como forma de resolução de problemas de centenas de municípios por estarem sob estas mesmas condições? Claro que não. A criação de Estados passa por condições a serem atingidas de sustentabilidade econômica a serem atingidas. Segundo alguns, com sua criação teríamos melhores condições para desenvolvermos uma dada porção espacial, tendo como argumentação em favor o exemplo do que aconteceu com o extremo norte de Goiás, hoje Tocantins, alegando que houve um significativo incremento na sua dinâmica econômica do novo estado.

Ao nosso ver, parece uma das argumentações mais usuais, porém não há estudos mais acurados que comprovem estas teses para o sudeste do Pará.

Em entrevista cedida em 20.07.2005, a secretária executiva da AMAT, Sra. Ana Izabel Pantoja Firmino revelou que na última reunião, composta por vinte oito prefeitos, dos trinta e oito que a compõe atualmente, tendo o seguinte desfecho

(...) delegaram como principal bandeira de atuação “a criação do Estado de Carajás”. Os representantes consideraram as seguintes alegações para o separatismo: a necessidade da descentralização administrativa, dadas a gigante dimensão territorial do Estado do Pará, possibilitando uma suposta ‘melhora no controle ambiental’, de forma a provocar uma melhoria da condição de vida da população. (Entrevista Realizada em 2005).

As argumentações para a criação do Estado de Carajás, bandeira eleita pelos prefeitos da AMAT, reflete a intencionalidade muito mais de uma elite político-econômica, na representação de seus interesses, do que o anseio de uma sociedade que possui com a região uma identidade, um vínculo relacional, uma relação de pertencimento, dadas as condições de formação da população daquela mesorregião, fruto de intenso processo migratório de outras regiões, como consequência de uma fronteira móvel, tendo como uma de suas características a intensa migração inter-regional.

Não há nenhuma menção à atuação da CVRD, às implicações de suas ações e consequências para esta mesorregião, aos conflitos de cunho territoriais que causou, ao antagonismo envolto no governo que implementa para gerir seu território privado para atender seus interesses de grande corporação, a forma como contribui para ao agravamento das condições das sociedades locais, cujo projeto influência. Em nenhum momento a Vale do Rio Doce é vista como causadora dos problemas existentes na mesorregião.

Contrapondo-se às opiniões do então secretário executivo

da Sedurb, a deputada Sandra Batista, que presidia a Comissão de Assuntos Administrativos do Estado e Assuntos Municipais². Argumentando sobre a atual condição econômico-social em que se encontra o Pará, segundo ela, atrasado, necessitando de uma política de integração muito mais que separação. Para a deputada,

Um complicador nessa questão no sul do Pará e na AMAT é porque geralmente os prefeitos são de fora, e vieram pra cá, eles não tem raiz amazônica, então eles não compreendem o estado do Pará como um Estado que precisa de desenvolvimento, existe uma mentalidade da lógica de fronteira, e isso é muito perigoso para o Pará. (Entrevista Realizada em 2006).

Algumas considerações da deputada são bastante pertinentes quando critica a postura dos governantes do Pará por nada fazerem para buscar uma gestão estratégica que integre tão vasta extensão territorial, de forma a contemplar minimamente suas mesorregiões e compatibilizar ações em âmbito do ordenamento territorial, de modo a dar aos seus habitantes uma mínima sensação de presença do Estado. Como isso não acontece³ geram-se condições sob as quais se ergue um discurso regionalista :

O Estado do Pará é atrasado do ponto de vista do desenvolvimento nacional e das regiões mais ricas e aí o pessoal do Marajó não tem culpa da província do Carajás estar no sul do Pará, não tem culpa de ter lá o ferro, o cobre, o níquel, o ouro. A hidrelétrica, não

² Para Sandra Batista esta comissão está esvaziada, sem sentido, uma vez que a União retirou das Assembléias Legislativas Estaduais a prerrogativa de legislar sobre a criação de novos municípios por intermédio da Emenda Constitucional 15/96 modificou Art. 18 e inciso 4º da Constituição Federal, retirando do governo estadual a prerrogativa de criar municípios. Também mudou as regras do jogo, tornando mais complicado e de difícil execução o processo de constituição de novos municípios.

³ Para Castro (1992) o regionalismo não passa de uma ideologia elaborada a partir do substrato regional, com fim específico, que se manifesta como consciência regional. Conceito eminentemente político, vinculado aos interesses regionais, na verdade interesses de classes.

tem culpa disso, então as regiões mais desenvolvidas têm a maior pujança, tem, ao contrário, de contribuir para o desenvolvimento do Pará como um todo. Eu vejo que a queixa é contra a gestão do Estado, a reivindicação deles é perfeitamente legítima, tem que ter boas estradas, segurança pública, boas escolas, a saúde tem que ter a presença do Estado (Entrevista Realizada em 2006).

O que vemos expresso na mesorregião do sudeste do Pará é a emergência de um regionalismo, cuja origem emana de uma elite política e econômica, com intuito de aumentar seu poder de decisão local ou regional, podendo ser responsável por discursos e práticas que objetivam a fragmentação. A AMAT exerce a função de interlocutor dos desígnios dos municípios daquela área, ou de suas lideranças, com uma instância de representação dos grupos mais interessados em apropriação e ampliação de poder.

Os problemas emanam, segundo argumentação central, do abandono no qual se encontra a mesorregião do sudeste por parte do governo estadual, gerando os graves indicadores deste processo, desvinculando-se das relações sociais de produção que se estabelecem em múltiplas escalas que perpassam a região.

Há um tratamento para o conjunto de municípios como se fossem homogeneidades sociais, em que os segmentos vivenciam as mesmas mazelas regionais, de forma a requerer de todos uma união em torno de soluções materializadas na constituição do Estado de Carajás, como condição de acessar recursos, que atenderão aos desígnios das diferentes classes sociais.

Há uma convergência de interesses entre as elites econômicas e políticas do sul do Pará em torno do debate por autonomia para a região, que abriga os mais expressivos investimentos dos chamados grandes projetos, tendo no Programa Grande Carajás, o agente em torno do qual se aglutinam múltiplos interesses que catalisam processos de âmbito sócio-espacial legitimadores de um projeto de autonomia político-administrativo, como o que vemos.

Na construção dos dois regionalismos mais expressivos no Pará, que almejam a fragmentação territorial do estado, destacamos os do Sudeste, tendo como principal bandeira a criação do estado de Carajás, e o do Oeste com a criação do estado do Tapajós. Na confluência das argumentações, encontra-se a formação de estrutura econômica que emerge da consolidação do ciclo minerador para o sul e sudeste do Pará.

Quanto aos aspectos historiográficos subjacentes ao regionalismo, tanto do Sudeste, quanto ao Oeste do Pará, manifestam-se nuances significante diferenciando-os. Para o oeste do Pará há argumentos que remetem ao período régio (1832), podendo ser considerado como elemento de construção de uma especificidade regional:

O fato de o Baixo Amazonas ter sido uma das três comarcas em que foi dividido o Grão-Pará, em 1833, após a promulgação do Código do Processo Criminal, pela regência (1832), adquirindo status jurídico igual aos da comarca do Grão-Pará e do Alto Amazonas (REIS, 1989, p. 167).

Para o Oeste do Para temos uma especificidade dos movimentos de emancipação estarem vinculadas à participação de segmentos da sociedade, se não de todo Oeste, consensualmente em Santarém, através das ações dos comitês. Fato este que já exprime uma fragilidade do regionalismo tapajônico, por não configurar em unidade política entre os municípios, quando consideramos a satisfação das demandas de Santarém sem erguer um projeto regional, nem político para a ‘região’.

Para a Mesorregião do Sudeste Paraense temos uma outra tessitura socioespacial emanando de sua dinâmica econômica que apresenta como matriz os rebatimentos do ciclo da mineração, herança do PGC.

Destaque este que não se reflete na representação política, na medida em que não há uma liderança capaz de interpretar e dar respostas aos anseios de amplos setores da sociedade. Conseqüentemente, não se cria um projeto político consistente para a

referida região, capaz de levar em conta os vários cenários, as escalas e aglutinar a força política requerida para dar suporte para execução, incorporando amplos, tanto quantos possam, os setores da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos o conceito de região, somos conduzidos à regionalização como forma de sua operacionalização. A aspiração pela criação do estado de Carajás, passa pela insurgência de uma escala expressa como forma de realização de interesses de uma elite, um regionalismo, cujo pano de fundo repousa a disputa pelas riquezas naturais (como minérios, energia, terras, floresta) e a disputa *royalties* pagos pelos grandes projetos na região.

As redes políticas são responsáveis pela insurgência de novas escalas de interpretação das dinâmicas de expressão territorial, de um relativo regionalismo, causadora de transformações significativas na Amazônia, em especial em sua porção oriental, especificamente falando no sudeste paraense. Como resposta às distorções no pacto federativo, sobretudo, como um caminho para dar soluções aos graves problemas cotidianos dos municípios. Na mesma medida em que respondem por acúmulo de poder para suas elites, também é inegável sua contribuição para a gestão em sua interface entre a escala municipal e regional.

Com o avanço das atividades econômicas, como a agropecuária, a mais recente vocação, agregada as atividades mineradora e madeireira, além, é claro, da atividade de comércio e serviços, polarizada por Marabá. Condicionantes estes cuja existência na porção sudeste do Pará e não nas outras mesorregiões com a mesma força e sua especificidade de atuação e consolidação, tem repercutido em interferência e ingerência para a região, através de ações e políticas públicas em consequência da atuação AMAT.

Geraram-se condições para que uma elite política e econômica, passe a pensar e a usar estratégias para alcançar uma possível fragmentação territorial do Pará com a criação do Estado de Carajás, cujo fito é a ampliação de poder em nível local e regional, tanto pela suposta diminuição dos números de municípios para

se dividir recursos, a exemplo dos arrecadados pela mineração e pela hidrelétrica, bem como pela geração de cargos políticos e da administração pública.

A associação municipal, no caso em questão a AMAT, tem uma função importante neste processo, por gerar uma escala de atuação não reconhecida do ponto de vista legal, mas relevante do ponto de vista da administração do governo estadual do Pará, *a regional*, a ponto de ser incorporada pelo planejamento governamental como forma de atingir os municípios, tanto na efetivação de obras como na capacitação de seus recursos humanos.

Mesmo considerando a relevância e a contribuição da AMAT para o sudeste do Pará deve-se ressaltar que a Associação ainda não foi capaz de conceber um projeto para desenvolver a região por não considerar o aspecto multidimensional (economia, política, cultura, sociedade, instituições, etc.) da realidade e da forma relacional que abriga em sua essência todos esses aspectos.

Essa incapacidade de elaboração de projeto de desenvolvimento regional pode ser a tradução da atual condição de inconsistência do ponto de vista teórico, para pensar a região, daí a utilização farta de discursos apostando na fragmentação do Pará como forma de desenvolver esta mesorregião.

Logo se compreende a ênfase ao aspecto político sobre os demais, ao se pensar um projeto regional centralizado em uma proposta de criação de um estado como consequência de um regionalismo que ainda não foi capaz de criar uma unidade e nem projeto político capaz de efetivar tais intenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAT – Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins. *Novos caminhos para a educação do sul e sudeste do Pará*. Belém: AMAT/UNICEF, 1995.

_____. *Sul e Sudeste do Pará: crianças e adolescentes conquistando seus direitos*.

Belém: AMAT/UNICEF, 1996.

_____. *Estatuto da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins*. Aprovado em assembléia em 27/01/2001- Marabá - Pará e alterado na assembléia geral de 07/02/2001 – Belém na sede da Amat. Disponível em: <http://www.amat.org.br/estatuto.htm>. Acesso em: 20 set. 2005.

_____. *Carajás Estado já. bom pro Pará. melhor para o Brasil*. Disponível em: <http://www.amat.org.br/Estado de Carajas - Bom para o Brasil>> Acesso em: 20 set. 2005.

BECKER, B. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004^a.

_____. Uma nova regionalização para se pensar o Brasil. In: LIMONAD, E. et al (orgs) *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização, processos, escalas, agentes/organizadores*. São Paulo: Max Limonad, 2004b.

_____. Síntese do Processo de Ocupação da Amazônia, lições do passado e desafios do presente. In: *Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Causas e Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia*. Brasília, 2001.

_____. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. *Revista Território*, nº 6 – jan/jun. 1999.

_____. *Modernidade e gestão no território no Brasil: da integração nacional a integração competitiva*. (S.l), 1991.

_____. A crise do Estado e a Região: a estratégia da descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, nº 48. Rio de Janeiro, p. 43-62, trimestral, jan. 1986.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Notas remissivas e textos integrais das emendas constitucionais. São Paulo: Saraiva, 2001.

BREITBACH, A. C. de M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BOISIER, S. *Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas*. Nº 13 – jun.1996.

_____. Post-Scriptum Sobre o Desenvolvimento Regional: modelos reais e modelos mentais. *Planejamento e Políticas Públicas*. Nº 13 – jun.1999.

CASTRO, I. E. *O mito da necessidade; o discurso e prática do regionalismo*

nordestino. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.

_____. A região como problema para Milton Santos. In: El ciudadano, la globalización y la geografía. Homenagem a Milton Santos. *Scripta Nova*. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. VI, núm. 124, 30 de septiembre de 2002. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm>.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*; tradução Adail U. Sobral & Maria S. Gonçalves. - São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. A teoria marxista do Estado. (In) A Produção Capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, M. *Por Uma Geografia Nova, da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *A natureza do espaço. técnica e tempo. razão e emoção*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVEIRA, M. L. A região e a invenção da viabilidade do território. In: (org) SOUZA, M. A. A. de. *Território brasileiro, usos e abusos*. Campinas: ed, Territorial, 2003.

O nacional desenvolvimento e o Projeto ALBRAS/ ALUNORTE^{*}

Clay Anderson Nunes Chagas

INTRODUÇÃO

A década de 1980 presenciou a reinterpretação da Divisão Internacional do Trabalho e ocasionou a crescente realocização de atividades industriais tradicionais dos países “centrais” para alguns países “periféricos” que atendessem a algumas exigências ocasionais, entre elas: mão-de-obra barata, recursos minerais abundantes, leis sindicais fracas ou inexistentes e/ou leis ambientais incipientes, que favorecessem a redução do custo de produção para as corporações exógenas.

A Amazônia brasileira uma das últimas grandes fronteiras para a expansão capitalista mundial, é um espaço geopolítico privilegiado para a ação de corporações transnacionais. Os grandes projetos minerais, controlados por *joint ventures*, capitais nacionais e estrangeiros, iniciaram, assim, a nova fase industrial da expansão da fronteira.

A nova frente de ocupação econômica da Amazônia tem seu período ampliado a partir da década de 1970 e coincide com a descoberta de grandes reservas de recursos minerais na região, resultado do projeto Radar da Amazônia - RADAM, de avanços tecnológicos importantes e da transferência de indústrias de bens de

* Este artigo foi escrito durante o período do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, do NAEA/UFPA.

base dos centros mundiais – principalmente do Japão – desencadeada pelos choques do petróleo.

Nesse período o papel do Estado foi essencial para viabilizar o processo de reestruturação da região. Primeiramente coube criar condições gerais para atender às novas necessidades de expansão e reprodução do capital na região, porém existem interesses ligados à ideologia de segurança e integração nacional e controle das tensões sociais em outras regiões do País (OLIVEIRA, 1994). Conseqüentemente, inicia-se o processo de homogeneização do espaço econômico nacional, por meio de políticas de desenvolvimento, de regiões até então pouco integradas ao espaço econômico nacional e internacional.

Nossa intenção é justamente apresentar em linhas gerais as estratégias de ocupação e exploração do Estado em conjunto com o capital internacional na Amazônia, destacando o caso do Complexo do Alumínio Albras/Alunorte, a partir do discurso do nacional desenvolvimentismo e da política de desenvolvimento regional.

O NACIONAL DESENVOLVIMENTO E A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA A AMAZÔNIA

Com o novo autoritarismo que o discurso da integração nacional assume sua forma mais elaborada. O nacionalismo autoritário se consolida como estratégia de desenvolvimento, o Estado acelera o ritmo e amplia a escala de sua intervenção para o controle do espaço e do tempo, antecipando-se à própria dinâmica social. As forças armadas deixam de ser uma burocracia em armas para se constituir como planejadoras e gestoras de um projeto nacional geopolítico para a modernidade (BECKER, 1991, p. 49):

Na ideologia territorial, a fronteira assume um novo significado. Não se resume mais a franjas de povoamento pioneiro em terras ‘livres’ do espaço físico, e tampouco é puramente um tipo de periferia. Adquire uma dimensão simbólica de âmbito nacional. Incorporando a utopia pioneira e manipulando o

espaço, o Estado se apropria e difunde pela mídia o tempo da fronteira para designar a expansão da sociedade e a integração territorial. Catalisa a reorientação, as expectativas e as tensões sociais desviando-as para os ‘espaços vazios’ do interior, atribuindo à fronteira a imagem do espaço capaz de oferecer à nação as novas oportunidades, isto é, a mobilidade vertical, impossível de ser alcançada nas áreas estruturadas.

O papel do Estado é de fundamental importância para o desenvolvimento de tais estratégias, pois articula os interesses do grande capital, possibilitando a viabilidade de uma gama de mecanismos institucionais, com objetivo de garantir a expansão da fronteira e consolidar a ação capitalista na região.

No início da década de 1970, entram em vigor os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). A partir desse momento que o planejamento regional passou a fazer parte integrante da estratégia nacional de desenvolvimento. Essa estratégia já vinha sendo encaminhada com a adequação dos órgãos de planejamento, verificada, principalmente, com as reformas institucionais introduzidas pela Lei 5.374/67, que mudou substancialmente a estrutura organizacional da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, e possibilitou ao governo federal maior centralização do controle do processo de modernização da região (BRITO, 2001). Essa estratégia estava ligada diretamente à ideologia de “Brasil Potência”, que visava transformar o País em uma potência econômica. Nesse sentido, coube à Amazônia o papel de fornecedora de matérias-primas estratégicas para o crescimento industrial e para o mercado consumidor.

Para legitimar a estratégia de modernização, posta em prática pelo Estado na região amazônica, fazia-se necessária a utilização de diversas teorias econômicas; entre elas destaca-se a teoria dos pólos de crescimento, de François Perroux, que buscava a implantação de “indústrias motrizes” capazes de impulsionar o crescimento econômico regional.

Perroux considera em sua teoria um pólo industrial complexo,

geograficamente aglomerado e em crescimento, registra-se efeitos de intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos. A aglomeração industrial urbana suscita tipos de consumidores com padrões de consumo diversificado e progressivo, em comparação com os do meio rural. Necessidades coletivas (habitação, transporte, serviços públicos) emergem e se desencadeiam. Rendas da terra vêm somar-se aos lucros dos negócios. No âmbito da produção, tipos de produtores (empresários, trabalhadores qualificados, quadro industrial) formam-se e mutuamente se influenciam, criam suas tradições e eventualmente participam do espírito coletivo (PERROUX, 1967).

Fica clara, com isso, a necessidade primeiramente de criação de um pólo industrial visando a possibilitar o desenvolvimento de outras atividades econômicas e da estrutura urbana.

As teorias ligadas ao desenvolvimento econômico já tinham alcançado praticamente todos os países do mundo até a década de 1970, como forma política de planejamento espacial, como peça central do desenvolvimento econômico dessa gama de países (SOJA, 1989).

No planejamento estatal, baseado principalmente nas teorias econômicas, provoca-se uma clara confusão em torno da idéia de desenvolvimento regional. A palavra desenvolvimento, no discurso oficial, é constantemente associada a crescimento econômico, por isso é tão importante para o Estado o desenvolvimento industrial ligando a idéia de progresso ao processo de urbanização.

Baseado nessa estratégia, o Estado, já no início da década de 1970, lança o seu primeiro grande Plano de Desenvolvimento Nacional - I PND, que vigorou entre os anos de 1972 a 1974. Um dos principais objetivos do I PND era incentivar as pesquisas que identificassem as fontes de recursos naturais e, em seguida, os produtos que pudessem fornecer maior competitividade e vantagens comparativas no mercado externo. A Amazônia torna-se uma das principais áreas da cobiça do Estado e do grande capital, motivada pelas suas riquezas naturais.

O processo de intensificação da modernização da fronteira está ligado diretamente a fatores internos, já explicitados e a alguns fatores

externos, principalmente ao processo de realocização industrial dos anos 1970 e a crise energética mundial. Esses fatores vão ser mais perceptivos a partir do II PND.

O início dos anos 1970 marcou uma amarga crise nos países centrais, ocasionada pelo aumento súbito do valor do preço do barril de petróleo, gerado pelo processo de cartelização dos países exportadores desse produto, comandada pela Organização dos Países Exportadores do Petróleo – OPEP, a crise do petróleo teve como uma das suas conseqüências a realocização industrial de algumas fábricas dos países centrais para regiões ou países que dispusessem de fonte energética abundante, de maneira a suprir essa nova necessidade. As fábricas transferidas foram principalmente aquelas que consumiam muita energia elétrica, a exemplo da metalurgia e da siderurgia. Vale ressaltar que a crise do petróleo não ocasionou o mesmo impacto em todos os países centrais, uns sofreram mais que outros, como é o caso do Japão (LÔBO, 1996).

O Japão, país pobre em recursos naturais, depende quase que totalmente das exportações de produtos minerais e energéticos para suprir suas necessidades básicas. Antes da crise dos anos 1970, o Japão produzia uma grande parcela de alumínio primário internamente, porém, com a crise do petróleo, via-se obrigado a transferir essas plantas de alumínio para outras regiões do planeta.

A transferência da capacidade produtiva para outros países, muitas vezes com pouca ou nenhuma tradição na produção do metal, constitui-se um investimento de risco, que demanda fortes inversões (preparação de infra-estrutura econômica e social e montagem das instalações). Isto resultou em associação dos grupos metalúrgicos dos países centrais com grupos locais, privados ou estatais, o que conduziu a um aumento da participação estatal na indústria mundial do alumínio primário, sendo esta uma das características mais marcantes do já aludido processo de reestruturação das plantas de alumínio.

Não se pode explicar a transferência das empresas multinacionais dos países centrais, nas décadas de 1970, e com maior intensidade nos anos 80, exclusivamente pelas conseqüências dos dois choques do

petróleo (1973 - 1979), pois naquele momento já existia no interior de alguns países receptadores uma estratégia para atrair o capital internacional; sendo assim, parte dessa transferência já acontecia antes mesmo dos choques do petróleo (TARSITANO NETO, 1995).

No Brasil, podemos visualizar tal estratégia por meio da implantação do II PND, instalado no governo Ernesto Geisel, que tinha como objetivo central fazer com que a economia voltasse a crescer em patamares superiores e reduzir as importações de combustíveis, bens de capital e insumos básicos. O governo de Geisel, através do II PND, toma como estratégia particular implementar a indústria de equipamentos e insumos básicos, além de incrementar a geração de energia.

O quadro 01 contém os projetos de investimentos acima de US\$ 1 bilhão que seriam patrocinados ou financiados pelo Governo Federal ao longo das décadas de 1970 e 1980. Muitos dos valores contidos no quadro não foram efetivamente realizados. Alguns dos investimentos ultrapassaram ou ficaram aquém do previsto, outros foram interrompidos ou abandonados, demonstrando a magnitude das propostas do período analisado.

O II PND intensificou a parceria entre o Estado e o capital privado, formando as *joint ventures*, sendo que o Estado atraiu o capital privado fornecendo incentivos fiscais, infra-estrutura, reduções de impostos nas importações de maquinários, entre outros benefícios ao capital privado. Também elegeu uma estratégia de “*crescimento com financiamento*”, como forma de corrigir as lacunas da matriz da indústria brasileira, buscando diversificar e ampliar o parque industrial (PIQUET, 1993), aumentando, também, a pauta de exportação e ampliando a “*integração nacional*”.

Quadro 1: Os maiores investimentos em projetos no Brasil (valores em milhões de US\$ de 1981).

Projeto(s) / Projeto	Local	Capital (%)			Investimento (milhões)			Variação da produção (%)	
		Estatal	Privado particular	Privado estatal	Valor	Inicio	Terminou	Micro e pequena	Mediana e grande
Indústria									
Indústria siderúrgica	SP	100	0	0	23.000	1974	1983	100	0
Indústria de celulose	SP	0	100	0	3.000	1977	1983	100	0
Indústria de papel	PA, RJ	70	30	0	3.300	1981	1983	100	0
Indústria de vidro	PA	100	0	0	10.300	1972	1983	50	50
Indústria de cimento	PA	100	0	0	3.100	1974	1983	100	0
Indústria de açúcar	PA, RJ	100	0	0	3.400	1982	1988	100	0
Indústria de álcool	PA	100	0	0	3.000.000	1980	1990	100	0
Indústria de celulose	PA	100	0	0	3.400	1979	1983	100	0
Indústria de papel e celulose	PA	100	0	0	900	1982	1984	100	0
Indústria de vidro	PA	100	0	0	1.300	1982	1987	100	0
Serviços									
Indústria de siderurgia	PA	51	0	49	8.200	1974	1983	50	50
Indústria de celulose	PA	100	0	0	8.500	1974	1983	50	50
Indústria de papel e celulose	PA, RJ, PA	93	0	7	7.000	1974	1983	50	10
Indústria de vidro	PA, RJ	89	11	0	2.000	1977	1983	50	10
Indústria de energia									
Indústria de energia elétrica	PA	100	0	0	3.200	1980	1987	0	100
Indústria de energia	PA	50	0	50	2.400	1973	1987	0	100
Indústria de energia	PA	0	0	100	3.000	1980	1984	50	50
Indústria de energia	PA, RJ	1	79	20	223.000	1982	1987	13	87

continuação.

Categoria	Subcategoria	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Comunidade	BR	0	10	30	1.400	1931	1.994	20	10
Comunidade	BR	30	42	38	7.400	1979	1.993	20	20
Infra-estrutura básica									
Edifícios	BR	100	0	0	5.000	1974	1.992	20	20
Edifícios	BR	100	0	0	2.000	1987	1.997	20	20
Infra-estrutura básica	BR	100	0	0	22.300	1930	1.997	23	73
Edifícios	BR	100	0	0	2.453	1931	1.994	40	40
Edifícios	BR	100	0	0	3.300	1979	1.993	100	0
Infra-estrutura básica	BR	100	0	0	1.300	1931	1.994	100	0
Edifícios	BR	100	0	0	5.000	1931	1.993	23	13
Edifícios	BR	100	0	0	2.000	1931	1.994	20	20
Infra-estrutura básica	BR	0	33	47	3.000	1931	1.994	20	20
Comunidade									
Comunidade	BR	0	100	0	2.000	1931	1.994	100	0
Comunidade	BR	100	0	0	12.000	1931	1.990	100	0
Infra-estrutura básica									
Edifícios	BR	30	20	30	2.300	1979	1.993	23	73
Edifícios	BR	20	20	0	2.300	1931	1.993	20	20
Edifícios	BR	100	0	0	1.500	1931	1.993	10	30
Infra-estrutura básica	BR	0	30	30	11.000	1932	1.997	23	43

Fonte: IBASE apud PIQUET (1993, p. 9).

continua.

Esse plano obedeceu às linhas gerais do Plano anterior, ao dar ênfase à integração nacional. Também promoveu incentivos às atividades que visavam a exploração dos recursos naturais identificados na fase anterior. Os novos setores implantados apresentavam uma lógica de localização espacial diversa daqueles que até então haviam liderado o processo de industrialização do País. Tal fato leva à elaboração de um discurso político que apresenta como necessidade imperiosa a “integração nacional” e a “desconcentração industrial”, quando, na verdade, os mentores do II PND buscavam viabilizar as novas metas setoriais programadas (PIQUET, 1993, p. 10), sendo que:

(...) O II PND buscava inaugurar uma nova estratégia de acumulação que contou, do ponto de vista das classes dominantes, com o apoio de um setor restrito da grande empresa internacional (os grupos cartelizados de bens de equipamentos pesados), de uma fração da mecânica pesada nacional e do bloco das grandes firmas de engenharia e construção. Ficaram fora do pacto todos os demais setores empresariais a que a demanda da indústria pesada não favoreceu.

No III PND, em 1980 a atenção voltou-se para o crescimento e aceleração da economia regional. O plano objetivava reorientar e consolidar o processo de ocupação desencadeado no II PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia) – que enfatizava a região como grande detentora de potencial de recursos naturais e possibilitava o desenvolvimento industrial – e o Estado assume o papel de contribuir de forma mais intensiva, possibilitando a ampliação dos mercados internos e externos, e a maior exploração e aproveitamento dos recursos naturais da Amazônia (VASCONCELLOS, 1999). É nesse período que surge o megaprograma PGC (Programa Grande Carajás).

A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS E O PROJETO ALBRAS/ALUNORTE

A partir da década de 80, a produção do espaço amazônico enquadra-se na economia de exploração dos recursos minerais,

tendência que seguia a lógica de realocização que se mundializava, motivada principalmente pela transferência de indústrias poluidoras do meio ambiente e grande consumidoras de energia para os países subdesenvolvidos, ao mesmo tempo em que proporcionavam a diversificação da pauta de exportação desses países.

No início da década de 1980, o Estado reforça esse objetivo com a criação do PGC, no governo do então Presidente da República João Figueiredo, sendo esta uma estratégia do Estado para viabilizar a ocupação recente da fronteira amazônica. Ao Estado caberia implementar uma gama de requisitos básicos, como infra-estrutura, incentivos fiscais, entre outros.

O então Programa Grande Carajás representou, tanto em termos de investimentos projetados quanto em extensão geográfica, o maior programa “integrado” de desenvolvimento jamais implantado por um país subdesenvolvido. Seu principal objetivo era industrializar grande porção da Amazônia Oriental, particularmente através da mineração, do processamento de minérios, da agropecuária e da exploração madeireira.

A participação do Estado se deu principalmente por meio da Companhia vale do Rio Doce - CVRD, empresa até então estatal, de exploração mineral; SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), por meio de incentivos fiscais; do Banco da Amazônia - BASA, através de incentivos financeiros; e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, sob a forma de empréstimos bancários. Todos esses organismos estatais e mais o FNO eram parte de uma estratégia do Estado para tornar a Amazônia mais atraente para os grupos econômicos privados que viessem a se instalar na região (BRITO, 2001).

Sendo o principal agente de reestruturação da região, coube ao Estado o papel de montar o sistema logístico de ocupação e ampliar a infra-estrutura, visando atrair o capital que viria explorar a região. Ao capital privado caberia apenas o papel de instalar os projetos

industriais. Brito (2001, p. 193).

Um dos grandes problemas que resultaram das políticas de incentivos à formação de grandes empresas, a partir de meados da década de 70, diz respeito à relação do Estado e capital. O governo, valendo-se de instrumentos poderosos de políticas públicas, principalmente no que tange à intervenção direta ou indireta, redirecionando os investimentos privados, tornou-se um grande tutor, ancorando e protegendo a implantação do capitalismo moderno na região.

O Programa Grande Carajás, gestado pela CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) no início da década de 1980, constituiu uma nova estratégia do governo para a Amazônia, que intensificou a instalação de indústrias de exploração mineral em grande escala. Para o governo, o PGC seria capaz de gerar divisas suficientes para superar o período crítico que o país atravessava. Por outro lado para Oliveira (1994, p. 225):

(...) Por outro lado, atende também à afirmação do Estado Nacional pela forte atuação de empresas estatais cuja postura vai além de uma empresa pública nacional, passando a atuar associada a empresas estrangeiras, criando condições para a produção de espaços transnacionais dentro do território nacional em projetos que atendem muito mais aos interesses externos do que às reais necessidades do país.

O PGC, este megaprograma amazônico, é constituído de projetos “menores”, entre eles destacam-se os minero-metalúrgicos, com participação mista - até meados da década de 1990, quando houve a privatização da CVRD - entre o capital estatal e o capital privado, nacional e estrangeiro, constituindo, assim, uma poderosa *joint venture*.

É importante ressaltar que o PGC é criado em um ambiente centralizador de decisões e de caráter militar. Nesse período era muito

comum o governo militar utilizar decretos-leis, o que significava, na prática, a exclusão do poder legislativo federal, estadual e da sociedade civil das discussões e implementação de políticas públicas; fato que ocasionava a elaboração e aprovação dos projetos públicos nos limites burocráticos do governo federal.

Estimulada por essa prática centralizadora de decisões, que na maioria das vezes ficava restrita ao nível federal e também internacional, proporcionou-se o surgimento de projetos desvinculados das condições socioeconômicas das regiões que em foram implantados.

Os projetos tornam-se geradores de novas regiões. Os grandes projetos são geralmente apontados como enclaves, uma vez que não nascem de um processo endógeno de crescimento regional e têm suas principais encomendas e vendas realizadas extra-regionalmente. Conseqüentemente, seus efeitos multiplicadores não se concretizam na região. (PIQUET, 1993).

Nas metas originais do PGC eram previstos quatro segmentos estratégicos, envolvendo os projetos minero-metalúrgicos, reflorestamento, agricultura e pecuária. Para dar suporte a esses setores seria necessário implantar uma ampla rede de infra-estrutura, contando com rodovias, ferrovias, dois portos e com a usina hidrelétrica de Tucuruí. Dentre os projetos, merecem destaque: Ferro-Carajás, Albras/Alunorte, Alumar, Trombetas e Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Um dos projetos primordiais para o PGC foi a viabilização e a instalação das plantas de alumínio nos Estados do Pará e Maranhão, que foram frutos do processo de realocização industrial implementados a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 80, como decorrência dos choques do petróleo e interesses por parte do Estado para instalar na Amazônia projetos de “desenvolvimento regional” (BUARQUE, 1995).

A produção de alumínio primário apresentava um forte grau de cartelização, observando-se o domínio de seis grandes grupos privados e suas subsidiárias ou afiliadas em nível mundial (as seis

irmãs): *Aluminium Company of America* (ALCOA); *Reynolds Metal Company* e *Kaiser Aluminium and Chemical Corporation*, dos Estados Unidos; *Aluminium Limited of Canada* (ALCAN); *Péchiney Ugine Kuhlman Group*, da França e *Swiss Aluminium Limited* (ULUSSUISE), da Suíça. As “seis irmãs” detinham, em 1980, cerca de 52,3% da produção mundial (LÔBO, 1996).

O período, iniciado com maior intensidade nos anos 1980, viria mudar essa situação em que se encontrava a produção mundial do alumínio primário. A participação de novos investidores, como o Japão e alguns países ricos em recursos energéticos, viria produzir ou aumentar, através de intensos investimentos, a sua produção de alumínio primário, que foi implementada pela disseminação das plantas de alumínio primário de áreas que não correspondiam, naquele momento, às exigências energéticas mundiais.

O Brasil, a partir dos anos 1980, passou a sofrer pressões do FMI e de outros organismos financeiros internacionais para aumentar o seu volume de exportação, de maneira a gerar *superávits* na balança comercial. Assim, procurou parceiros comerciais para implantar um audacioso projeto de implementação de complexos industriais, sendo a Amazônia selecionada para viabilizar a exploração de suas ricas jazidas minerais, aliadas ao enorme potencial energético da região (LÔBO, 1996). Vale ressaltar que alguns desses projetos já existiam, estavam em sua fase inicial de construção ou pelo menos em planos futuros. O que aconteceu na realidade, foi o aumento do interesse do governo pela maior dinamização de tais projetos.

Os incentivos dados pelo Estado começaram a atrair grupos de indústrias de países centrais debilitados, devido à elevação constante do preço do barril do petróleo. Isto levou principalmente o capital japonês a ingressar no País para a instalação de indústrias de alumínio primário, para Tourinho (1991, p. 15):

Em decorrência dos choques nos preços do petróleo, da crise cambial decorrente do aumento dos juros internacionais e da política adotada a partir do II PND, de substituir importações e estimular as exportações

de produtos que propiciassem a geração de divisas para o pagamento da dívida externa, o setor produtor de alumínio primário do país foi bastante incentivado. É assim que se iniciam as negociações com grupos japoneses para implantação de um complexo industrial voltado para a produção de alumina e alumínio primário.

O processo para a instalação do complexo industrial produtor de alumina/alumínio primário no Brasil não é recente. Tal estratégia é antiga, e iniciou com a descoberta das primeiras jazidas de bauxita, no rio Trombetas, no município de Oriximiná, no Estado do Pará, pela ALCAN (TOURINHO, 1991), fazendo com que o Estado já tivesse uma certa experiência no setor quando vieram para a Amazônia nesse período o capital privado internacional e o nacional.

A partir de 1973, inicia-se o contato entre o governo brasileiro com o empresariado japonês para a instalação de um complexo industrial de transformação da bauxita em alumina/alumínio primário na Amazônia; empreendimento que mais tarde viria a ser denominado de Albras/Alunorte.

Para esse fim foi criada, em julho de 1973, a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.), com intuito de viabilizar o aproveitamento do potencial hidrelétrico da região. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída pela Eletronorte, teve sua criação efetivada inicialmente para atender à planta de alumínio primário negociada com o empresariado japonês e, só mais tarde, atender aos outros projetos de “desenvolvimento” da Amazônia.

A produção da Albras/Alunorte seria de 1.300 mil/tpa de bauxita e 640 mil/tpa de alumínio primário. O local foi escolhido devido a apresentar algumas condições de suma importância para o projeto, apontados por TOURINHO (1991): a) proximidade da UHE de Tucuruí; b) possibilidade de atracação e manobra de navios de grande porte; c) condição físico - naturais favoráveis para a instalação do complexo; d) proximidade de Belém; e) proximidade das reservas de bauxita.

Para efeito de melhor compreensão, é bom deixar explícito que

a MLSA mudou de denominação em 1976 para NALCO (*Nippon Amazon Aluminium Company*) e, mais tarde, em 1979, para NAAC, havendo a entrada de novos participantes no decorrer do período.

O investimento previsto para a construção da Albras era calculado por volta de US\$ 1.289,4 mil, incluindo juros durante a construção, capital de giro e reserva de contingência. Vale ressaltar que tanto na Albras quanto na Alunorte grande parte desse capital foi proveniente do Estado, por meio da CVRD ou de gastos em infra-estrutura.

A NECESSIDADE DA INFRA-ESTRUTURA URBANA

A reestruturação urbana e o papel das company towns

A partir dos anos 1950-60 o incentivo aos fluxos migratórios para a região, demarcou um novo momento para o espaço amazônico. Neste período a região viu aumentar consideravelmente a sua malha urbana, cujo papel foi fundamental para a consolidação da “fronteira de recursos”; constituindo-se, em consequência, a fronteira urbana, (BECKER, 1991, p. 44), que era de suma importância para o projeto de ocupação do governo federal na região nos anos seguintes.

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do Brasil. E esta feição está intimamente associada à região.

A partir dos anos 1970, com a dificuldade para acesso à terra e com a intensa ocupação das “*terras livres*” (WEINSTEIN, 1993) pelo governo e iniciativa privada (capital nacional e estrangeiro), inicia-se um período de maiores fluxos induzidos. Essa migração constituiu não só a condição de povoamento, mas também de formação de força de trabalho para a nova fase do capital na Amazônia.

Para implementar a política do governo federal, fazia-se necessário, antes mesmo da fronteira de recursos, instalar a fronteira urbana, pois ela seria uma estratégia básica do Estado para a ocupação regional, sendo a responsável por sustentar a mobilidade do trabalho. Permitiria, assim, atrair migrantes sem dar-lhe acesso à propriedade da terra; é nela que estão inseridos os bolsões de força de trabalho.

Para BECKER (1990), a intensificação dos fluxos migratórios, associados ao novo papel que a região vai assumir, principalmente a partir dos anos 70, leva ao surgimento de quatro momentos distintos da urbanização da Amazônia, já perceptível nos anos 50, que estão associados diretamente aos interesses do Estado e do capital privado, visando a reestruturar a rede urbana:

a) O primeiro momento consiste em um processo de urbanização mais espontâneo, ainda que pressuponha a ação do Estado e do capital privado, que favoreceram a criação de núcleos urbanos próximos a áreas agropecuárias. Forma-se, então, o espaço urbano para servir de suporte à mão-de-obra que trabalharia para o capital privado na região. Nesse caso o núcleo urbano é *locus* da força de trabalho, servindo como residência e formando local para circulação comercial da produção e serviços.

b) O segundo momento consiste em uma urbanização de caráter dirigido - Estado e iniciativa privada -, que visa a atender uma colonização planejada pelo Estado ou por companhias colonizadoras, baseadas na filosofia de urbanismo do INCRA (BECKER, 1990), que favorece um sistema de núcleos rurais de povoamento - ruropólis, agrópolis e agrovilas. Tanto o primeiro quanto o segundo momento ficam inseridos no período entre os anos 1950 e 1960.

c) No terceiro momento se expressa também a urbanização de áreas tradicionais, sendo que são áreas onde a expansão das frentes não foi suficiente para alterar o padrão tradicional da circulação, mantendo, assim, um papel de comando da rede de circulação da malha fluvial e influência nas cidades ou vilas próximas.

d) O último momento consiste na urbanização criada pelos grandes projetos estatais e/ou privados, servindo à formação dos

núcleos urbanos como *lôcus* para residência do pessoal técnico e trabalhadores permanentes. Esses núcleos são compostos dos mais variados equipamentos urbanos, pois servem de base para o funcionamento dos projetos.

A implantação dos grandes projetos na Amazônia fortalece a necessidade de criar uma rede urbana mais integrada e complexa, favorecida pelo novo papel da região na Divisão Internacional do Trabalho.

As *company towns* – reflexo dessa nova fase de expansão do capital –, ligadas diretamente aos grandes projetos na Amazônia, nasceram com a finalidade de proporcionar suporte logístico à implementação do processo de “*modernização forçada*” (BRITO, 2001) da região.

Segundo Corrêa (1987, p. 62):

A company town representa uma implantação moderna na Amazônia, introduzindo uma nova paisagem e um novo estilo de vida, que muito pouco ou nada tem a ver com a paisagem e a população regional (...) criando um ‘enclave’ urbano dotado de abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, policiamento próprio, transporte coletivo, instalações de telecomunicações e moderno aeroporto.

As *company towns* constituíram uma das estratégias encontradas para atrair a força de trabalho qualificada de outras regiões e solucionar o problema residencial dos trabalhadores dos projetos. Para isso, foram dotadas dos mais variados equipamentos urbanos e suportes técnicos para atender às necessidades dos projetos.

As *company towns* não são uma representação recente na Amazônia. Conforme já mencionado, elas são uma realidade desde o final dos anos 20, com a implantação do projeto de exploração da borracha em Belterra e Fordlândia, porém, devido ao fracasso que esse projeto representou, as cidades planejadas tiveram um breve período de prosperidade. É somente a partir dos anos 70 que esse

tipo de urbanização ganha corpo na Amazônia, com a implantação dos grandes projetos minero-metalúrgicos.

As cidades planejadas foram criadas junto aos projetos minero-metalúrgicos na Amazônia para servir de suporte técnico aos complexos industriais. De maneira geral conseguimos visualizar que elas se tornaram “enclaves” dentro da região e ocasionaram fortes impactos no convívio da população local. Para Corrêa (1987, p. 62):

A criação de atividades modernas e em larga escala como a mineração, realizada por grandes empresas multinacionais ou nacionais, com a participação ou não do Estado, introduz repercussão na rede urbana. Repercussões que traduzem tanto na criação de um novo tipo de cidade, a *company town*, como também pela introdução de um novo padrão de relações com o espaço exterior do núcleo (...) A *company town* implantada na Amazônia, como em outras regiões, é uma criação planejada, dotada de moderna infraestrutura e dos serviços essenciais, e onde tudo está sob controle, direto e indireto, da empresa que a criou e a administra (...) Cria-se então um ‘enclave’ urbano.

Além de proporcionar a infra-estrutura para a instalação dos grandes projetos na Amazônia, as *company towns* são também utilizadas como símbolo de modernidade, estabilidade, organização e qualidade de vida (RODRIGUES, 2001); fatores esses que atraem para o entorno desses núcleos planejados um constante fluxo migratório, que muitas vezes fixa residência às margens da cidade planejada, proporcionando o surgimento de um espaço contraditório, entre o planejado e o espontâneo.

Os empreendimentos industriais, as cidades planejadas e o entorno: considerações sobre a política de desenvolvimento regional para a Amazônia.

A década de 1970 é marcada por um período de profundas transformações no espaço amazônico, motivada principalmente

pela intensificação da intervenção estatal associada à entrada do grande capital na região. Essas mudanças proporcionam o aumento do interesse tanto do Estado quanto do capital privado nas áreas voltadas para a extração de recursos naturais e para infra-estrutura energética, de transporte e comunicação.

A entrada do grande capital provoca, assim, um processo de reestruturação que pode ser sentido na esfera econômica, social e principalmente no arranjo urbano, tendo à frente o Estado como agente planejador do espaço.

O planejamento estatal surge como uma possibilidade de intervenção no espaço, fragmentando-o e produzindo-o como parte da estratégia para instalação das novas necessidades de reprodução do capital em escala regional, nacional e internacional. O Estado apresenta-se como o agente determinante para a reprodução do capital na região (OLIVEIRA, 1994).

A partir de então, o espaço amazônico passa a ter função de mercadoria ou pelo menos proporciona a produção das mercadorias (SANTOS, 1982). Para tanto, ele é convertido em mercadoria universal por excelência, pois agora se intensificam as especulações econômicas, ideológicas, políticas, que se dão isoladamente ou em conjunto (SANTOS, 1994), por isso é tão importante a participação do Estado como interventor.

A estratégia dos pólos de crescimento, preconizada pelo Estado na Amazônia, proporcionou uma grande mudança no arranjo urbano da região e a intensificação dos fluxos migratórios. A massa dos imigrantes que chegava à região estava em busca de emprego nas grandes obras de infra-estrutura que surgiam freqüentemente.

É importante ressaltar que segundo Piquet (1998, p. 34):

Diante do elevado contingente de desempregados e subempregados existentes em nosso país, o início de novas obras provoca o imediato deslocamento de grandes massas humanas, pela expectativa de emprego que induzem. A geração de postos de trabalho nas obras civis, embora geralmente em número elevado,

é ainda assim insuficiente para absorver a totalidade da força de trabalho que se desloca em seu rastro. Um processo cumulativo se instala e se reforça: a mão-de-obra mais qualificada é subsidiada em suas condições de reprodução, enquanto a de mais baixa qualificação não conta com apoio (...).

Percebe-se, assim, uma intensa contradição na estrutura urbana da região, o surgimento do espaço urbano planejado e a proliferação do espaço urbano “espontâneo”, pois os grandes empreendimentos tornam-se pólos de atração de uma massa errante de trabalhadores, que nem sempre consegue ser absorvida pelo empreendimento. Ficam, por sua vez, concentrados no entorno do projeto, criando no imaginário dessas pessoas a possibilidade de serem absorvidas, no futuro, como força de trabalho ligada diretamente ao empreendimento. Para Souza (2000, p. 84):

A oferta de empregos vinculados ao mercado de trabalho formal criado na Amazônia só foi sentida em momentos esporádicos de desenvolvimento regional, principalmente por ocasião da implantação dos grandes projetos, quando a exigência de mão-de-obra foi intensa. Nas fases seguintes, quando grande parte da infra-estrutura já estava construída e os projetos começaram a operar, a exigência de mão-de-obra foi sendo reduzida e grande parte dos trabalhadores perderam seu emprego (...).

Esse número crescente da força de trabalho desempregada nem sempre se desloca em busca de novas possibilidades de emprego em outros empreendimentos de infra-estrutura; um número considerável fica nas ocupações “espontâneas”, que proliferaram no entorno dos grandes projetos.

A dimensão produtiva desses projetos, consumidores de tecnologia avançada, não tem efeito multiplicador na geração de emprego, que permita absorver em larga escala a mão-de-obra deslocada para a região.

A cidade amazônica é a forma mais perceptível dessa contradição pois se torna o lugar privilegiado da reprodução das relações sociais e se constitui a base para a realização ampliada da intervenção do Estado na produção do espaço e na ligação dos pontos que possibilitam a expansão de novas formas de relações de produção na região.

No caso da urbanização amazônica, percebe-se a existência de dois tipos de núcleos urbanos ligados a essa fase mais recente da expansão do capital. O núcleo urbano planejado com a mais ampla infra-estrutura, que atende diretamente aos interesses do grande capital na região, ao lado de um núcleo “espontâneo”, com precária infra-estrutura, criando um espaço urbano de intensa contradição. Segundo Piquet (1998, p. 28-9):

(...) O afluxo migratório induzido pela expectativa de emprego, principalmente na etapa de construção civil, resultaria no aumento do desemprego local/regional e, por conseguinte, no aparecimento de condições sociais até então desconhecidas, como a favelização, a prostituição e a criminalidade (...) Dessa maneira, estabelece uma profunda distância entre o núcleo habitacional do projeto e seu entorno. Trabalhar no empreendimento significa, além de garantia de uma ocupação melhor remunerada, a possibilidade de moradia em padrões elevados. Contudo, as modernas *company towns*, cidades-empresa ou simplesmente vila, ao contrário daquelas do passado, não mais são destinadas a abrigar toda a mão-de-obra envolvida no empreendimento.

É neste contexto que proliferam os núcleos urbanos “espontâneos”, aquém do planejamento estatal, porém ao lado do núcleo planejado, proporcionando na região um processo antagônico e ao mesmo tempo complementar, pois o núcleo “espontâneo” serve também como suporte logístico para o empreendimento industrial, uma vez que é bacia de mão-de-obra para atender a algumas necessidades do núcleo urbano, como serviços de menor

ou de nenhuma qualificação.

A implantação da *company town* na Amazônia significa um novo padrão na concepção de cidade amazônica, pois está associada ao interesse exclusivo da expansão do capital na região, sendo sua criação ligada ao planejamento urbano estatal que vigorava no País nesse período. A *company town* apresenta evoluções e processos diferenciados das demais vilas e cidades na Amazônia.

A estrutura das *company towns*, como modelo de aplicação de uma determinada concepção do urbano e de sua funcionalidade não deixa de significar a reconstrução do fenômeno urbano por meio da negação das estruturas existentes (cidades espontâneas). Sua forma e conteúdo obedecem à finalidade última de viabilização econômica dos empreendimentos a que estão vinculadas. A forma urbana, especificamente definida por meio do projeto, constitui claramente um dos instrumentos deste fim. São condicionadas ainda pela necessidade e oportunidade de se instituir como meio de controle que extrapolam ao ambiente da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de “modernização da fronteira” é fruto de uma estratégia implementada para a região amazônica, principalmente a partir dos anos 1970, com a introdução dos Planos de Desenvolvimento Nacional. Essas transformações, no decorrer do século XX permitiram a Amazônia a intensificação do processo de industrialização, mesmo que essa indústria esteja localizada em pontos estratégicos do território.

A região amazônica enquadra-se nessa trajetória econômica; todavia, as estratégias que levaram ao crescimento econômico, não foram capazes de introduzir de maneira mais generalizada o desenvolvimento econômico, no sentido mais amplo da palavra. O planejamento urbano-econômico estatal esteve ligado diretamente ao processo de dinamização econômica da região amazônica.

Como consequência houve um crescimento nos indicadores econômicos, porém os indicadores sociais não acompanharam

no mesmo ritmo essa nova dinâmica, proporcionando, assim, o aumento da exclusão social. Possibilitou-se, com isso, um processo de modernização econômica marcado por uma intensa contradição (BRITO, 2001), caracterizado pelo contraste entre as áreas planejadas e as que surgiram “espontaneamente” nas proximidades dos projetos minero-metalúrgicos e energéticos.

A própria estratégia dos “pólos de crescimento” preconizada pelo planejamento urbano-regional, visava influenciar a localização das atividades econômicas com intuito de desenvolver áreas mais atrasadas, não chegou a apresentar resultados encorajadores e positivos (PONTES, 1994). Investimentos em tais centros selecionados beneficiaram muito mais a infra-estrutura necessária à localização das empresas do que os aspectos críticos como a da educação e de saúde de um forte contingente de desfavorecidos, proporcionando o aparecimento de “enclaves”, tornando o planejamento, um instrumento de legitimação do Estado e da fração monopolista do capital na região; o que se aproxima da idéia de Lojkin (1981), de uma política “monopolista”, ou seja, a instauração de instrumentos jurídicos, ideológicos e financeiros a serviço exclusivo da reprodução capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990.

_____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. In: *Revista Espaço & Debate*. Brasil Pós-80: Novo Estado, novas territorialidades. São Paulo: NERU, 1991, p. 45-56.

BRITO, Daniel Chaves. *A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: NAEA/UFGA, 2001.

CORREIA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 39-68, jul/set. 1987.

LÔBO, Marco Aurélio Arbage. *Estado e capital transnacional na Amazônia. o caso da Albras/ Alunorte*. Belém: UFPA/NAEA, 1996.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidade na selva: urbanização das Amazonas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1994 (Tese (Doutorado em Geografia Humana))

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1967.

PIQUET, Rosélia. *Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil: o papel do Estado e dos grandes investimentos*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 1993.

_____. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PONTES, Beatriz M. A. Soares et alii. *Estado e planejamento urbano: na prática a teoria é outra*. Natal: Coleção Humanas Letras, 1994.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo. São Paulo: Educ, 1994. (Col. Estudos Urbanos, n.º 6).

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

SOUZA, Maria Adélia. O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente. In: DEAK; CSABA; SCHIFFER (Orgs.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1990. p. 111-44.

TOURINHO, H. L. Z. *Repercussões sócio-econômicas da indústria Albras/ Alunorte em sua área de influência imediata*. Belém: IDESP, 1991.

Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras: notas sobre a implantação da lei de responsabilidade fiscal em Barcarena-Pará^{*}

João Santos Nahum

BARCARENA: UMA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O município de Barcarena (PA), pertence à micro-região de Belém, tem uma área de 1.310,33 km², com aproximadamente 84.500 habitantes (IBGE, 2007). Em 2005 apresentou o segundo maior PIB do Pará¹ e, em 2007, obteve do governo do Estado o segundo maior repasse de ICMS². Olhamos este lugar enquanto situação geográfica, um objeto de investigação singularizado pelo tipo de questões que lhe endereçamos e pelos instrumentos acionados para construí-las.

Uma situação geográfica constitui-se de configuração territorial, compreendendo componentes artificiais e naturais em intensidade variada, associados à rede de ações, com atores que dispõem de estrutura de capital diferenciadas, que dão vida à configuração, atualizando-a e sendo por ela também condicionados. É a associação

^{*} Estas reflexões fundamentam-se no capítulo 3 de “O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras”, tese defendida por nós, sob a orientação da Prof^a Dr^a. Samira Kahil, em maio de 2006, no programa de pós-graduação em geografia, área de concentração Organização do Espaço da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Rio Claro (SP).

¹ Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/pib_municipal.html>. Acesso em: 7/04/2008.

² Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br/dte/icms/2007/icms_2007_2sem.htm>. Acesso em 7/04/2008.

entre formas territoriais e a ações que sobre ela incidem que nos permitem identificar os usos do território, ou seja,

(...) a partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).

É considerando a inseparabilidade entre a materialidade e seu uso que neste texto analisamos os usos do território em Barcarena. Sustentamos a tese que um sistema de ações conservadoras se reproduz a cada processo de modernização do território desse município. Partimos da hipótese que neste lugar os processos de modernização, tais como a implantação da Lei Complementar 101 de 04.05.2000- conhecida por Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF- não se estabelecem para negar o sistema de ações políticas que presidem, sustentam e estruturam a administração pública local e, por conseguinte a gestão do território.

A Lei de Responsabilidade Fiscal como verticalidade

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 04.05.2000, constitui um conjunto de normas modernas concebidas para realizar finalidades determinadas pela ordem global criada pelo Mundo, isto é, pelo

(...) mercado universal e dos governos mundiais, FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa fazem parte do governo mundial. (SANTOS, 2005, p. 142).

Esta ordem global impõe aos governos nacionais normas e diretrizes de política econômica às quais devem se adaptar, sob

pena destes perderem a possibilidade de participar do processo de modernização, entendida como a via mais competitiva de participação no mercado mundial.

Nos países capitalistas centrais, desde a década de 1960, a reprodução do capital vem exigindo o ajuste fiscal dos Estados. Isto significou a redução das políticas de *welfare state* que, conforme Giddens (1999, p.16-7) na social-democracia se caracteriza por envolvimento difuso do Estado na vida social e econômica; domínio da sociedade civil pelo Estado; coletivismo; administração keynesiana da demanda, somada ao corporativismo; papéis restritos para os mercados; pleno emprego; forte igualitarismo, *welfare state* abrangente, protegendo os cidadãos; modernização linear; internacionalismo, etc.

Segundo essa interpretação justificadora das reformas do estado, as políticas de bem-estar social foram responsáveis pela dívida pública do Estado e pela pesada carga de impostos que as empresas têm de pagar, o que ocasionou lento crescimento do capital produtivo. Diante deste cenário, o ajuste fiscal foi defendido pelas instituições representativas do capital e apresentado como norma a que todos os territórios devam se adaptar, reduzindo o Estado às suas funções básicas.

Nos países da Europa Ocidental as reformas de Estado das décadas de 1980-1990 foram antecedidas por um longo período em que os sistemas de bem estar social vigoraram com propostas de formação de uma sociedade civil forte, com direitos civis ampliados e assegurados, direitos políticos respeitados e fundados na liberdade.

No Brasil, um longo período de ditadura militar que cerceou a liberdade política e foi responsável pelo desmantelamento do sistema educacional, antecederam as reformas do Estado nos anos de 1990. A população brasileira sequer tem seus direitos mínimos garantidos. Mesmo assim o Estado brasileiro tem se mostrado exemplar em seguir à risca as propostas de ajuste das contas públicas, mesmo que saibamos que no mais das vezes, tenha direcionado os gastos do fundo público para atender os interesses e demandas do capital internacional. Assim mesmo, nas últimas três décadas do século XX as propostas de reformas liberais foram consideradas como

imprescindíveis à viabilidade do país. Em nome da necessidade de o país participar do processo de modernização, as reformas se estabeleceram e rapidamente grande parte do patrimônio público passa para as mãos de empresas privadas.

Um dos objetivos da proposta de reforma do Estado é garantir a continuidade e ampliação do financiamento público alocado para reprodução do capital. Um dos meios para se concretizar este objetivo é a regulação dos ativos estatais destinados aos gastos sociais e/ou que compõem o salário indireto. Concretizando-se as reformas, tal como estão sendo propostas, teremos a involução nas relações sociais de produção, recolocando-as num patamar superado há tempos pelo welfare state quando este criou condições para a desmercantilização da força de trabalho. O valor desta não era determinado tão-somente pela dinâmica do mercado, acrescentavam-lhes os “salários indiretos” na forma de alocação do fundo público garantindo educação, saúde, previdência, seguro-desemprego, lazer, dentre outros direitos sociais. É sobre esse *front* que os ataques dos reformadores incidem quando classificam as políticas sociais como “custos”, como obstáculos para a atração de investimentos. Portanto, na lógica do novo sistema normativo e regulador das ações do Estado, é esse sistema que “é preciso reformar urgentemente, porque os ganhos econômicos dos investidores não podem esperar.” (BOURDIEU, 1998, p. 64).

Norteadas pelas determinantes econômicas do mercado mundial (mercado financeiro, bolsas de valores, mercadorias e futuros, políticas monetárias, fiscais e comerciais dos países capitalistas centrais, etc.) as reformas propostas são orientações exógenas ao território brasileiro. Mesmo assim, a partir da década de 1990 os governos federais têm promovido a incontestável redução do público; tudo acompanhado pelo discurso falacioso da democracia do mercado, de descentralização, de autonomia, de transparência, de responsabilidade e controle.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um instrumento de reforma do Estado e constitui um conjunto de normas que orientam as ações no campo da política econômica. Os instrumentos de planejamento e execução orçamentária, tais como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual são anteriores à LRF e têm

suas definições gerais estabelecidas no Artigo 165 da Constituição Federal. Estes instrumentos agora adquirem maior importância em decorrência do endividamento dos entes da federação e da cobrança da sociedade, cansada de ver o seu patrimônio desaparecer sem que tenha sido revertida em seu favor a necessária prestação de serviços como saúde, segurança, educação. (CASTRO, 2001).

A Lei de Responsabilidade Fiscal é principalmente um instrumento de ajuste fiscal dos gastos públicos. Regulando como, quanto e onde os governos em qualquer escala, municipal, estadual ou federal, devem aplicar recursos, retira dos lugares autonomia política de decidir.

Essa LRF é portadora da ordem global que busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, a do mercado global e uma única via de solidariedade, a organizacional, impondo aos lugares “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum.” (SANTOS, 2005, p. 158).

O processo de regulação dos governos municipais através da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal em todo território nacional tem, no entanto, tomado outros contornos. Em nosso estudo sobre esse processo em Barcarena, constatamos que a administração pública gerencial, a transparência administrativa, o controle, a publicização, a austeridade fiscal e a participação popular contidas na Lei em nada abalaram o sistema de ações políticas conservadoras predominantes no lugar.

As horizontalidades locais e o uso do planejamento, da participação e da transparência pela elite governante de Barcarena

No território de Barcarena os agentes públicos municipais têm suas condutas fundamentadas e construídas numa vertente tradicional de cultura política³, cuja lógica de ação é particularista.

³ Norberto Bobbio (1991) designa por cultura política “(...) o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos(...)”. (BOBBIO, 1991, p. 306).

Nesta lógica legislar e administrar são sinônimos de despachar, isto é, atendimento pelo prefeito, vereadores e membros da administração, na sua residência ou no seu gabinete, à população. Despa-cha-se como se a instituição pública municipal, suas estruturas e recursos, fossem de domínio privado do gestor. A gestão pública assume conotação pessoal, como se o gestor estivesse administrando sua casa, unindo, como lembra R. Da Matta (2001), “a lei com a realidade social diária”. A função do vereador é a mesma do despachante, tal como definido por R. Da Matta (2001):

A figura do *despachante*, esse especialista em entrar em contato com repartições oficiais para a obtenção de documentos que normalmente implicam as confusões que mencionei linhas antes, ao descrever o ‘jeitinho’. O despachante, como figura sociológica, só pode ser visto em sua enorme importância quando novamente nos damos conta dessa enorme dificuldade brasileira de juntar a lei com a realidade social diária. Assim, *o despachante parece mais um padrinho*. Do mesmo modo que *um patrão deve dar emprego e boas condições de trabalho a seus empregados*, o despachante deve guiar seus clientes pelos estreitos e perigosos meandros das repartições oficiais, fazendo com que sigam o caminho certo. (DA MATTA, 2001, p. 102-103) (grifo nosso).

Nesta prática política, tal como no patrimonialismo examinado por R. Faoro (1991), dissolve-se qualquer limite entre os interesses da instituição pública e os interesses particulares. Sem o reconhecimento desses limites o bem comum torna-se uma falácia, assim como o espaço público, a esfera pública, a gestão pública, e, portanto, a cidadania no território torna-se uma quimera. Deste modo, temos o poder público municipal comportando-se tal como um “padrinho, pequeno pai” da população, conduzindo políticas de assistência social.

Tal natureza patrimonialista preside, sustenta e estrutura a gestão territorial. Sendo assim, o planejamento torna-se um dos instrumentos de reprodução dos usos desiguais do território. Essa função é reafirmada na dinâmica territorial de Barcarena, onde os

mecanismos de planejamento e gestão administrativa postulados na Lei de Responsabilidade Fiscal são adaptados de modo a parecer que o gestor está aplicando os modernos princípios da administração gerencial.

Os documentos de planejamento emitidos pela administração de Barcarena (gestão 2001-2004) aos tribunais de contas dos municípios e do estado do Pará denotam perfeita harmonia com a Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com a Lei, o Plano Plurianual 2002-2005 deve dar prosseguimento às metas do Plano Plurianual da gestão anterior. Assim sendo, lemos no preâmbulo do Plano Plurianual 2002-2005:

Observamos o quanto a eficácia do PPA 1998-2001 foi capaz de mudar a cultura da administração pública, colocando o Município de Barcarena em patamar de desenvolvimento mais elevado, sobretudo, no que diz respeito às qualidades do ambiente urbano, alcançando a totalidade do território municipal, associada ao montante expressivo de recursos que foram devotados às ações no campo do desenvolvimento social, como pode ser constatado. (BARCARENA, 2001, p. 9).

Por que o Plano Plurianual-1998-2001 foi capaz de mudar a cultura da administração municipal? Como? Que fatos e dados demonstram isso? Que índices de “desenvolvimento elevado” este Plano proporcionou? Como o Plano contribuiu para a melhoria da qualidade do meio ambiente urbano? Que melhorias? Como estas alcançaram a totalidade do território municipal? O Plano Plurianual-1998-2001 deveria responder a tais indagações. No entanto, tudo parece ficção, pois insistentemente requisitamos e não nos foi entregue nenhum documento que comprovasse a existência do Plano 1998-2001. Nenhum órgão municipal parecia saber de sua existência, nem a prefeitura de Barcarena, nem o Tribunal de contas do Estado do Pará ou o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Mesmos os vereadores nem sabem da existência do Plano Plurianual-1998-2001, tampouco a assessoria jurídica da Câmara Legislativa de Barcarena sabe por que tal documento foi citado no Plano Plurianual 2002-2005.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o plano plurianual deveria ser elaborado por meio de audiências públicas, com a participação popular. A elaboração do planejamento promoveria a participação da sociedade na gestão pública. Os pressupostos democráticos do planejamento e da gestão das cidades enfatizam a participação popular consagrada na Constituição Federal de 1988. A participação da população no planejamento deveria ser assegurada pelos dirigentes municipais através de audiência e consultas públicas, referendo popular, plebiscito, representação em órgão e instâncias colegiadas, entre outras formas de fortalecimento da cidadania. A viabilidade da participação popular requer o acesso público às informações necessárias ao efetivo exercício de seu direito.

A Lei de Responsabilidade Fiscal institucionaliza o orçamento participativo. Este instrumento ultrapassa o ato do governante comunicar à população sobre os gastos públicos, consiste isto sim em planejar e acompanhar as ações governamentais. A população, a partir do momento em que o prefeito é eleito, deve participar e decidir na construção do plano plurianual - que se estenderá pelos três anos da gestão que o elaborou e o primeiro ano da próxima gestão. Depois de discutido e organizado, o plano plurianual deve ser encaminhado para ser apreciado e aprovado pelo poder legislativo, assumindo, então, a forma de Lei Municipal que estabelece as diretrizes, os objetivos e metas da administração para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

O orçamento participativo é uma estratégia de planejar a utilização de recursos públicos, pontuando onde, como e quando as receitas serão alocadas. O orçamento possui um caráter público não por ser uma lei, mas por ser elaborado e aprovado num espaço público, através de discussões e emendas feitas pelos vereadores nas sessões da Câmara. A Constituição de 1988 define o Plano Plurianual(PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) como instrumentos integrados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual(LOA), que são o planejamento das ações do poder público.

No entanto, a elite governante de Barcarena adapta todos esses momentos do processo de elaboração do Plano Plurianual 2002-2005

para que não ameacem a sua hegemonia política e principalmente a direção de seus interesses privados. Evitando ser acusada de autoritária e centralizadora, a elite diz haver participação popular na elaboração do planejamento. Chega mesmo a dizer que “numa primeira fase foram criados programas de interesse das diversas áreas do governo como subsídios à elaboração de uma jornada de seminários onde esses programas foram discutidos e aperfeiçoados”. (BARCA-RENA, 2001, p. 09). Diante das instituições de controle estaduais, faz o discurso democrático e moderno, ressalta que a administração apóia-se no Programa do Orçamento Participativo em que

As comunidades, de forma organizada e democrática, decidem a prioridade das obras dentro de orçamento e que levará em conta o número de habitantes e o grau de necessidade de cada bairro, e o povo fiscalizará a aplicação do dinheiro público. (Idem, p.43).

O Plano Plurianual 2002-2005 detalharia o Orçamento Participativo, pontuando onde se implantaria, quando, como e quanto seria alocado em recursos humanos e materiais. Mas o detalhamento não existe, nem nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, nem nas Leis Orçamentárias Anuais. Sendo assim, o Programa de Orçamento Participativo aparece como compromisso de campanha eleitoral e não como programa de duração continuada de gestão, tanto que o texto do Plano Plurianual 2002-2005 referente ao orçamento participativo é idêntico ao do programa de governo.

De fato, o orçamento participativo não constituiu um programa de duração continuada, ou melhor, ele é inexistente, como confirma um diretor sindical e o presidente de um centro comunitário:

No programa de governo, no documento que foi distribuído e que eles intitulam programa de governo, ainda na gestão 2001-2004, estava lá a questão do orçamento participativo. Isso era a palavra nos

comícios, que ele iria governar com a participação popular, e isso realmente não ocorreu em nenhum momento. (informação verbal)⁴.

(...) O orçamento participativo pode existir entre eles, mas a prática nas comunidades não existe. As comunidades não têm acesso a esses conhecimentos, os vereadores têm conhecimento disso, mas esse grupo de vereadores é fechado com o prefeito até porque se eu quiser fazer reivindicação de qualquer situação crítica do bairro eu não consigo. Para eu fazer isso, se eu for até a câmara fazer as reivindicações eu vou levar uma série de problemas que os vereadores não querem ouvir (...). (informação verbal).

Na elaboração do Plano Plurianual 2002-2005 também não foram utilizados fóruns democráticos, câmara itinerante, tribuna popular, audiências públicas, consulta popular. Desconsideraram-se o diálogo com as associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, ou seja, nas palavras de um dirigente do centro comunitário: “quanto à participação da massa popular nos projetos do município, eu lhe digo isso porque eu conheço o município, andei nas campanhas eleitorais, em todo município não existe em nenhuma localidade proposta ou ofício por parte do governo para que a população tome parte do projeto”. Nem os conselhos municipais, que são canais de participação e representação da população na gestão de políticas públicas específicas, foram ouvidos. Portanto, as metas do planejamento não são estabelecidas a partir da consulta popular.

Esse estilo tradicional de elaboração dos planos de governo reproduz um velho estilo de governar cujo déficit de legitimação se aprofunda já que do processo decisório participa um pequeno círculo de decididores muito distante dos interesses de toda a população. Isto é confirmado nas palavras de um secretário municipal da gestão 2001-2004: “Eu não posso te dizer que nós conseguimos fazer a população

⁴ As informações verbais foram construídas na pesquisa de campo entre os meses de janeiro a março durante os anos de 2002-2005.

participar da elaboração. Eu estaria sendo leviano se eu dissesse isso. Não houve uma participação da população.” (informação verbal).

Tais palavras convidam-nos a pensar que os governantes empreenderam esforços no sentido de implantar o planejamento tal como estabelece a LRF, com transparência e participação. Sugerem que estratégias estimuladoras de participação foram utilizadas, com a mobilização dos meios de comunicação; enfim, que a elite governante fez tudo o que estava ao alcance para que a população participasse. Mas, infelizmente, a população, que pouco se interessa pela vida política do município, não quis participar e então se elaborou o Plano Plurianual (2002-2005), ainda que sem a participação da população.

O secretário enuncia o que Chauí (1990) classifica de típico discurso lacunar, pois tem a função de, sob o manto da competência, esconder o funcionamento do sistema de ações conservadoras na gestão municipal. Nesse discurso competente, a população é a única responsável por não participar da atividade de planejamento, como se: 1)- a ausência de participação política fosse uma escolha individual, livre de coerções; 2)- a elaboração de políticas públicas, a principal atividade dos governantes; 3)- o prefeito, os secretários e os vereadores criassem arenas discursivas, fóruns democráticos, -câmara itinerante, tribuna popular, audiências públicas, consulta popular - nos quais a população, independentemente de convicção ideológica, política e partidária pudesse expor suas opiniões sem temer retaliações; 4)- a população vivesse num território que dispõe de meios de comunicação autônomos e a elite governante disponibilizasse informações sobre a situação orçamentária do município.

Longe de ser de domínio público, as informações sobre as ações governamentais não são acessíveis ao cidadão comum. Isso diferente do que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige transparência e participação da sociedade civil, no sentido de que os planos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os orçamentos, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais e os Relatórios da Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, acrescidos de suas versões simplificadas devem estar disponíveis

para a consulta e exame de todos os cidadãos.

No entanto, isso tudo está distante do cotidiano político da gestão territorial de Barcarena. Os vereadores explicam que a ausência de participação da população na atividade política é uma escolha individual, o cidadão barcarenense não gosta de se envolver com a vida política do município, isso não é interesse dele.

Segundo um vereador,

(...) uma minoria da população tem o desejo de participar. Ela até às vezes cobra do governo e dos vereadores. Mas a grande maioria não, no entanto, se você chamar ela participa.

Pergunto: O poder público tem estimulado a sociedade a participar da vida política?

Como eu te falei não houve tanto da parte do executivo, porque falta uma estrutura. Não houve ainda essa tentativa. Ela é informal, por falta da estrutura. (informação verbal, grifo nosso).

Porque o vereador acredita que “se você chamar” a maioria da população participa? Mas, ao mesmo tempo, admite que por falta de estrutura não se tenha estimulado a população a participar da vida política? O vereador tem em conta que “nós não temos ainda aqui uma tradição, uma cultura de participação mais forte, e a sociedade sempre espera que o governo resolva tudo”. Essa interpretação não relaciona a atitude política da maioria da população com a natureza patrimonialista da gestão territorial. De acordo com o vereador “na hora em que nós tivermos essa estrutura de planejamento em que a gente tenha mecanismos, como o dia da consulta popular, ela vai participar”. Antes o vereador responsabilizava a população pela ausência de participação, como se isto fosse um problema individual, relativo à atitude política de cada cidadão, agora esta ausência é “justificada” pela debilidade de estrutura de planejamento e falta de instrumentos técnicos e políticos que informem o povo. Essa interpretação é superficial, pois não se trata de ausência de infraestrutura, principalmente dos meios de comunicação, mas é o uso indevido que se fazem destes meios.

Segundo a assessoria de comunicação do município⁵, a prefeitura, na gestão municipal 2001-2004, tem contrato com onze prestadoras de serviços de som e publicidade. A informação é reproduzida por um aparelho de som com entrada e saída de microfones que permite a um locutor realizar o programa. Cada prestadora compõe-se de uma casa central, a sede do serviço, de onde sai um sistema de fiação de caixas acústicas fixadas em postes, nas quais a programação é veiculada. A área de alcance de cada prestadora é proporcional a extensão do sistema de fiação e distribuição de caixas de som no alto dos postes, o que levou a população a denominar este meio de comunicação de “rádio de poste”. A “rádio de poste”, juntamente, com a Rádio Comunitária FM e o serviço de publicidade de carros de som, divulgam a programação oficial da prefeitura. Para as publicações oficiais, decretos, editais e leis, ela utiliza os jornais “O Liberal” e “Diário do Pará”, publicados em Belém.

Além desses sistemas, a assessoria de comunicação semanalmente envia para as “rádios de postes” e a Rádio Comunitária FM um boletim, “o informativo da prefeitura”, onde constam eventos festivos, ações assistencialistas e notas de utilidade pública. Tudo, geralmente, promovendo a elite governante, por exemplo, no informativo do período de 07 a 13 de dezembro de 2005, lê-se:

Cursos: A deputada estadual Ana Cunha trouxe para o município cursos da Escola do governo e em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Educação, realizará no período de 12 a 16 de dezembro de 2005, na Escola Palmira Gabriel os cursos de Ética no Serviço Público, Curso Prático de Garçom, Cerimonial e Protocolo, Etiqueta pessoal e profissional, Boas práticas na Elaboração e manipulação de alimentos, Elaboração de Projetos Pedagógicos, Oficina-Natureza e Arte. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA,

⁵ Entrevista concedida em dezembro de 2005.

2005).

O poder executivo e o poder legislativo de Barcarena não usam os meios de comunicação para informar e incentivar a participação popular durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos, tampouco para tornar públicas suas contas, em suma não utilizam os meios de informação para promover a transparência na gestão administrativa, tal como estabelece a LRF no Capítulo IX, Seção I, que discorre sobre a Transparência da Gestão Fiscal.

No entanto, se é para promover a gestão tradicional encontram recursos para colocar o governante em evidência nas páginas de revistas de circulação estadual. Assim, a “Revista Pará Mais”, na sua edição 42, expõe quatro páginas de “obras inauguradas” pela gestão municipal de 2001-2004, e ainda duas páginas sobre as “melhorias no prédio e na administração da Câmara Municipal”.

Logo, a ausência ou pouca participação do povo na vida política do município, sobretudo no planejamento administrativo, não se explica pela inexistência de meios de comunicação, mas sim pelo uso que a elite governante faz desses meios, colocando-os a serviço de seus interesses ao mesmo tempo em que aparenta uma transparência administrativa que reproduz o sistema de ações conservadoras.

Os usos do planejamento e da transparência na gestão pública reforçam o fato de que Barcarena tem sido planejada e administrada de modo conservador pela elite local segundo os interesses da classe econômica e politicamente dominante.

Os conteúdos dos Planos, sobretudo do Plano Plurianual denunciam esse interesse de classe conservador. No Plano Plurianual de 2002-2005 a gestão 2001-2004 mostra onde e como seriam aplicadas as receitas municipais. Esse plano plurianual é constituído por programas de competência das secretarias, tais como: “Saúde para Todos”; “Infra-Estrutura”; “Geração de Emprego e Renda”; “Educação”; “Saneamento Básico”; “Segurança Pública”; “Desenvolvimento Agrícola”; “Ação Social”; “Cultura Desporto e Lazer”; “Urbanismo”; “Administração”; “Orçamento Participativo”;

“Bolsa Escola”; “Transporte”; “Turismo e Meio Ambiente”. As metas dos programas mostram que os governantes conhecem os problemas enfrentados pelos munícipes e aparentam o interesse na melhoria da qualidade de vida da população local.

Dentre as metas do programa “Saúde Para Todos” da secretaria municipal de saúde consta a implantação de 04 leitos de UTI no Hospital Municipal e a construção e aparelhamento de Unidade de Saúde com 30 leitos na sede do município. Para o período de 2002-2005 o primeiro projeto prevê alocar R\$ 600.000,00 e o segundo, R\$ 500.000,00. A cidade, no entanto, até dezembro de 2004, dispunha de 81 leitos hospitalares, o mesmo número de leitos do ano de 1999, conta ainda com 18 unidades ambulatoriais cadastradas no SIASUS, número inferior ao ano de 1999, quando eram 21 unidades⁶.

Algumas metas do Programa de Educação parecem as de um programa da secretaria de infra-estrutura:

a) construção de Escola Técnica e Universidade, para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 246.000,00;

b) construção, implantação e manutenção de um Instituto de Nível Superior. Para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 340.350,00;

c) construção e manutenção do prédio para o Conselho Municipal de Educação. Para o período de 2002-2005 este projeto tem alocado R\$ 50.000,00;

d) construção e manutenção do prédio próprio da Secretaria Municipal de Educação. Para o período de 2002-2005 tem alocado R\$ 395.820,00.

Estas metas de “construção” da Secretaria de Educação não se realizaram. De acordo com dados do IBGE⁷ sobre o ensino, matrículas, docentes e rede escolar em Barcarena, até o ano de

⁶ Disponível: <http://www.sepof.pa.gov.br/estatistica/ESTATISTICAS_MUNI_CIPAIS/Mesorr_MetropBelem/Belem/Barcarena.pdf>. Acesso em: 01/12/2005.

⁷ Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?nomemun>

2004 a rede pública municipal não contava nem com escola de ensino superior, nem docente e aluno; também não contava com escola técnica pública municipal e instituto de ensino superior, nem docente e aluno. Tão fabulosa quanto “as metas de construção” da escola técnica, da universidade e do instituto de ensino superior é a “construção e manutenção” do prédio do Conselho Municipal de Educação, este sequer existe na forma de lei municipal⁸, aliás, nem a Secretaria Municipal de Educação funciona em prédio próprio, ocupando o mesmo prédio da Câmara Legislativa.

Entre os programas de “Desenvolvimento Agrícola” coordenados pela Secretaria Municipal de Agricultura há, por exemplo, o projeto de implantação de pólo pesqueiro no lago do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que se localiza no município de Tucuruí, aproximadamente 300 quilômetros do município de Barcarena. Tucuruí e Barcarena sequer são municípios pertencentes à mesma macro-região paraense. No entanto, sabemos que não há pólo pesqueiro no local nem apoio à colônia de pescadores de Barcarena o que nos permite interrogar finalmente, onde foi gasto o recurso previsto no projeto?

Poderíamos alongar a descrição dos programas que compõem o Plano Plurianual 2002-2005, mas estes que citamos são suficientes para ilustrar o modo de ação e finalidades das elites governantes locais diante das novas normas federais de gerenciamento administrativo. Usam a elaboração do Plano Plurianual para apresentar às instituições de fiscalização onde e como seriam aplicadas as receitas municipais, que cresceram com a implantação de um complexo industrial produtor de alumínio primário, a Albrás/Alunorte na década de 1980.

O processo de instalação desse sistema de engenharia no município atraiu outras empresas, o que possibilitou a Barcarena integrar o seletor grupo de 6% dos municípios paraenses que têm seu PIB⁹ sustentado, predominantemente, na atividade industrial. Ali a atividade industrial participa com 78,12% na composição do PIB,

⁸ Disponível: < <http://www.ibge.gov.br/munic2001/index.htm>>. Acesso em 22/06/ 2004.

o setor de serviços com 20,91%, e a agropecuária contribui com 0,97%. Ainda assim, mesmo tendo aumentado a receita municipal com os repasses de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as demandas sociais, mesmo não atendidas, pressionam o orçamento municipal.

O montante do orçamento de Barcarena está umbilicalmente dependente da arrecadação e repasse de impostos provenientes da implantação do sistema de engenharia da Albrás/Alunorte. O fato de ter uma fração do território comandada por essas empresas é compensado, por assim dizer, pelo crescimento da receita municipal através do aumento das transferências constitucionais, tal como demonstra a tabela abaixo.

O aumento das receitas municipais a partir do empreendimento produto de alumínio primário torna a gestão territorial de Barcarena um objeto de disputa entre as elites locais, sobretudo duas famílias que hegemonizam o cenário político local, quer estejam dentro ou fora da estrutura administrativa: a dominante governou nos períodos de 1963 a 1967; 1983 a 1989; 1993 a 1996; 2001 a 2004 e se reelegeu em 2004; e minoritária governou durante 1989 a 1993, 1996 a 2000, e foi derrotada no pleito de 2004. Elas disputam a gestão dos recursos do território.

Alternam-se nomes, mas permanecem práticas políticas conservadoras da gestão territorial, que não reconhecem limites entre espaço público e espaço privado. Quando tais limites são ignorados, não se tem um espaço público, lugar onde, segundo Arendt (2003), prevalece a ação política que se realiza no reconhecer do outro enquanto condição de existência do eu, e vice-versa; lugar no qual impera a pluralidade, o interesse comum, que não é nem individual, nem social, é público. Portanto, neste lugar, não temos a ação do gestor público construindo políticas públicas, o que se tem é a ação

⁹ Os dados acerca do produto interno bruto e do aumento das transferências constitucionais para Barcarena encontram-se disponíveis em: <<http://www.sepof.pa.gov.br>> Acesso em: 08.06.2007.

da elite governante usando o território como recurso para preservar seus interesses.

CONCLUSÃO

Barcarena é um lugar que oferece possibilidades de realização à ordem global. Os vetores de modernização, as normas, ordens e racionalidades globais ao se territorializarem assumem, também, as formas deste lugar, isto é, tendem a se adaptar às ações dos agentes decididores locais que escolhem o quê, quando, como e para que implantá-las. A dinâmica do território barcarenense resulta do encontro de modernas normas globais com os sistemas de ações políticas conservadoras locais. É, por assim dizer, a propriedade emergente, mas isso não significa soma, não quer dizer que razão local e razão global formam um mosaico, ao contrário, elas se movimentam dialeticamente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um exemplo das modernizações globais concebidas para realizar finalidades determinadas pela ordem global. Esta ordem global impõe aos governos nacionais normas e diretrizes de política econômica às quais devem se adaptar, sob pena destes perderem a possibilidade de participar do processo de modernização, entendida como a via mais competitiva de participação no mercado mundial.

O processo de implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal ocorre em todo território nacional. Estas normas globais, no entanto, em Barcarena são usadas pela elite governante para manter seus privilégios econômicos e políticos. Os usos e abusos ficam claros durante a gestão 2001-2004, que adequou aos seus interesses, o plane-jamento, a participação popular e a transparência, mecanismos estabelecidos por ordem global. Assim, tais mecanismos, não passam de fábula de um processo de modernização, já que a população não tem mesmo acesso às informações, não vê melhorada sua vida, nem mesmo conhece as possibilidades de exercer uma cidadania forte. Modernizar, mas conservando a lógica de dominação do sistema; conservar a lógica de dominação do sistema, usando dos processos de modernização. Em ambos, modernizar significa então

garantir os privi-légios e a realização dos fins estabelecidos, consiste, principalmente, em usar o território de modo mais eficiente para realização das finalidades de poucos em detrimento da maioria. O lugar, assim, reproduz dialeticamente modernização e ações políticas conservadoras.

Em Barcarena práticas patrimonialistas constituem as normas locais de gestão territorial. Isto nos mostra que as mudanças na gestão do território não se processam por meio de decretos dissociados da cultura política local.

A gestão municipal 2001-2004, como verificamos, distribuiu as receitas entre os muitos programas do Plano Plurianual (2002-2005), elaborados de forma centralizadora, sem transparência e participação popular. Programas deslocados das reais demandas da sociedade barcarense, nos quais o verbo “construir” é o mais usado, alardeando um empreendedorismo transformador da cidade num canteiro permanente de obras que são inauguradas ou em ano eleitoral ou em datas festivas, tão-somente com finalidades e interesses próprios da classe hegemônica e politicamente dominante.

Portanto, a ação da elite governante, ao não separar bens públicos de benefícios privados, é também responsável por aprofundar as desigualdades surgidas a partir do reordenamento territorial de Barcarena em função da Albrás/Alunorte. Reconhecer o papel ativo do poder local na reprodução dos usos e abusos do território no remete à urgente necessidade de reinventar o significado de público e privado, assim como da relação da sociedade civil com essas dimensões da vida cotidiana. E nos alerta para o fato de que a existência de instrumentos de participação e mecanismos legais de fiscalização não garante por si a gestão democrática do território.

Pensar os usos do território a partir de como as normas globais são apropriadas pelas elites locais é um campo de investigação geográfica profícuo para entender como a cidadania é construída ou, como vimos em Barcarena, relegada a segundo plano. O entendimento dos usos que fazemos de nosso território é condição para a construção da cidadania e de uma nova moral política. Enquanto o território for palco, produto e condicionante de normas

legitimadoras de uma dinâmica econômica excludente, a população usará o território apenas como abrigo, sem usufruir dos recursos nele disponíveis apenas para os agentes decididores locais e globais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. *A condição humana*. 10 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BARCARENA. *Lei nº 1889, de 30 de Dezembro de 2001. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2002-2005. Plano Plurianual*. Barcarena, Pará, 2001.

BOURDIEU, P. *Contrafogos. táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BOBBIO, N. et al. *Dicionário de política*. 3ª Edição. Brasília: Editora da UNB, 1991.

CASTRO, F. R. X. de M. (Coord). *Lei de responsabilidade fiscal. Abordagens pontuais. doutrina e legislação*. 1 Edição. 2 Tiragem. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. 5 Ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

DA MATTA, R. *O que faz do Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FAORO, R. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 9 Ed. São Paulo: Editora Globo, 1991.

GIDDENS, A. *A terceira via. Reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA. *Assessoria de Comunicação. Informativo do período de 07 a 13 de dezembro de 2005*. Barcarena, Pará. Não Paginado.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

Práticas de gestão territorial do Grupo AGROPALMA^{*}

Benedito Ely Valente da Cruz

INTRODUÇÃO

O Grupo AGROPALMA faz parte de um grande conglomerado econômico-financeiro nacional, o Conglomerado Alfa. A primeira empresa do grupo surgiu em 1982 quando foi criada a Companhia Real Agroindustrial – CRAI. Desde então, a empresa vem se expandindo, aumentando sua área agrícola, sua produção industrial e diversificando seus produtos, tornando-se uma referência na produção de óleo de palma e palmiste, e uma das principais corporações que atuam no setor agroindustrial da Amazônia e do Brasil.

Hoje a AGROPALMA é um grupo empresarial formado por várias empresas¹ de sociedade anônima, e que domina toda a cadeia produtiva do dendê, passando pela parte agrícola até a industrial. Sua composição acionária é formada pelo Conglomerado Alfa, controlador do Grupo, e pela antiga Sudam, que, ao financiar a implantação de projetos das empresas, delas faz parte como acionista.

Possuindo uma espacialidade formada por horizontalidades e verticalidades, a dimensão espacial do Grupo AGROPALMA pode ser analisada a partir de suas múltiplas atividades e localizações,

^{*} Este artigo faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Territorialização e organização espacial do Grupo AGROPALMA”.

¹ Empresas do Grupo: CRAI Agroindustrial S.A, Agropalma S.A, Amapalma S.A, Cia. Agroindustrial do Pará (Agropar), Cia. Palmares da Amazônia (CPA) e Cia. Refinadora da Amazônia (CRA), da qual fazem parte a Unidade Geral de Acondicionamento (UGA) e a Indústria de Biodiesel.

caracterizando-se por ser uma corporação importante no processo de (re) organização espacial na área onde atua, o Nordeste do Pará, principalmente nos municípios que estão sob sua área de influência direta: Moju, Tailândia, Acará e Tomé-Açu.

As práticas socioespaciais aqui analisadas referem-se aos projetos de responsabilidade social da empresa realizado junto às comunidades de sua área de entorno, principalmente aqueles voltados para a produção de dendê com os produtores familiares e independentes. Ao analisarmos essas práticas, procuraremos demonstrar a importância da gestão do território nas estratégias de expansão da empresa.

ESTRATÉGIAS DE CONTROLE E GESTÃO TERRITORIAL LOCAL

O conhecimento sobre o espaço constitui um saber estratégico, a análise das práticas socioespaciais de uma grande corporação como a AGROPALMA nos dá pista de como esta empresa gesta seu território.

O conceito de gestão adotado fundamenta-se nas idéias de Corrêa (1991; 2002) para quem a gestão é entendida como um conjunto de práticas econômicas e políticas visando ao controle da organização espacial, e nas de Becker (1990), para quem a gestão territorial consiste na prática estratégica sobre uma determinada porção do espaço geográfico, no intuito de conseguir um determinado objetivo.

Subjacente à função de gestão do território está a necessidade da corporação de conceber, planejar e gerenciar o ciclo de reprodução de seu capital; ciclo que tem uma nítida e complexa dimensão espacial, envolvendo centros urbanos e áreas rurais, nas quais o capital circula em suas diversas formas e é ampliado concretizando a sua acumulação (CORRÊA, 2002).

Essa gestão implica o controle da organização espacial, incluindo o que Corrêa chama de controle da gênese do território e dos processos que a mantêm ou a alteram. Dessa forma, a gestão do território constitui uma faceta da gestão econômica, política e

social, a ela estando subordinada, mas também a condicionando. É a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado, de um grupo social ou de uma dada empresa. Nesse sentido, a gestão, para o autor, “é o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial” (CORRÊA, 1992, p. 115).

As práticas socioespaciais utilizadas pelo Grupo AGROPALMA para se reproduzir estão pautadas no Sistema Integra-do de Gestão - SIG, que tem, como um dos seus fundamentos, a relação “sustentável” com o meio ambiente, e com as comunidades e produtores que vivem no entorno dos seus complexos agroindustriais.

O SIG foi implantado em 2002, devido à intenção da empresa de melhoria contínua da qualidade de seus produtos, da relação com o meio ambiente, a saúde e a segurança ocupacional para todos que trabalham na empresa, ou seja, representa uma forma de maximizar os recursos para uma melhor gestão da empresa. Dessa forma, o SIG é uma ferramenta de auxílio na gestão, potencializando o aproveitamento correto dos seus recursos para produzir mais e com melhor qualidade, racionalizando todos os processos produtivos e administrativos que ocorrem dentro da empresa.

A implantação do SIG² procura responder pelas transformações intra e inter-empresa pelo qual o Grupo vem passando. Do ponto de vista intra-empresa, a AGROPALMA se tornou uma empresa mais complexa, pois aumentou sua escala espacial de atuação, bem como diversificou suas linhas de produtos. Isso a levou a optar por um sistema de gerenciamento que dê conta não somente da complexidade da empresa, mas acompanhe as novas tendências do mundo corporativo, que pregam uma administração mais flexível, integrada e participativa. Por isso, é de fundamental importância que o seu gerenciamento ultrapasse os limites da empresa, abarcando também seus parceiros, fornecedores, comunidades, etc.

² — É partindo dessa concepção que o Grupo vem incentivando Objetivos do SIG: consciência ambiental de todos os funcionários, visando prevenir os danos ambientais; obedecer à legislação do meio ambiente vigente e demais requisitos ambientais aplicáveis; utilizar adequadamente os recursos naturais; crescer sem agredir a natureza e estabelecer programas associados aos aspectos ambientais.

projetos de reflorestamento de margens de igarapés e rios; estabelecimento de parceria com agricultura familiar e com os produtores independentes, dentre outros projetos que serão abordados adiante. O reflorestamento das margens dos rios e igarapés começou em 2002, e se faz mediante utilização de espécies da própria da região. Além disso, é incentivado também que os produtores parceiros da empresa não desmatem áreas de matas ciliares, e, caso já estejam desmatadas, que procedam ao seu reflorestamento.

A essa prática, Corrêa (1996) chama de reprodução da região produtora, e consiste nas estratégias que são utilizadas pela empresa para assegurar as condições de produção de que precisa para se expan-dir e ampliar a reprodução do seu capital. Segundo o autor, essa prática é própria da corporação que tem seu interesse vinculado a atividades rurais que se estendem em pequenas e grandes regiões com tendência à especialização produtiva, como é o caso da AGROPALMA.

A empresa vem procurando atrair produtores locais para produção de dendê. Para isso, estabelece parcerias no intuito de incentivá-los a substituir suas antigas atividades (pimenta-do-reino, mandioca, pecuária) pela palma de dendê. Além destas parcerias voltadas para a produção do dendê a empresa possui projetos de “responsabilidade social” junto às comunidades do entorno da sua área de cultivo, procurando inseri-las na política da empresa, que tem 2.800 funcionários diretos e aproximadamente 10.000 pessoas trabalhando indiretamente para suas empresas.

A dimensão espacial do seu circuito produtivo e sua inserção social e econômica torna estratégica a manutenção da relação entre empresa e comunidades, pois estas servem de reservatório de mão-de-obra para trabalhar no Complexo Agroindustrial. Para isso é preciso estreitar a relação empresa x entorno, como nos informa um funcionário da empresa:

A relação (empresa x entorno) é a melhor possível, dando oportunidade de emprego para as pessoas daqui de perto; estabelecimentos de convênios com escolas, obras de infra-estrutura. Não assumindo a função do

Estado, por isso fazemos parcerias sem paternalismo (Entrevista, maio, 2006).

Além de servir de reservatório de mão-de-obra, a assimilação desse entorno tem como objetivo tornar essas pessoas suas “parceiras”, e “ajudá-la” na gestão do seu território. Com uma área de 82.000 hectares, sendo 32.000 de cultivo de palma e 50.000 de reserva legal, existe uma grande preocupação na manutenção dessa reserva, haja vista que por está dentro de uma região de fronteira, onde o processo de ocupação não está plenamente consolidado, o acesso e controle sobre a terra são estratégicos.

No intuito de assegurar seu processo produtivo, a empresa desenvolve projetos em várias frentes, como de inserção de seus trabalhadores na lógica de funcionamento da empresa, e de inserção desta na comunidade de seu entorno. São exemplos desses projetos o pró-moradia, a escola da Agropalma, o empresário corporativo, o projeto de agricultura familiar e produtores independentes, dentre outros.

O projeto pró-moradia é uma parceria da AGROPALMA com a prefeitura de Tailândia. Por meio dele foram construídas 115 casas na Vila dos Palmares (localizada na PA-150), além de escola e infraestrutura (construção de posto militar, fornecimento de água/esgoto para as moradias. Segundo as regras estabelecidas pela empresa, essas moradias serão repassadas definitivamente aos funcionários mediante um plano de pagamento de valores simbólicos, em um prazo de quatro anos de ocupação.

Outro projeto desenvolvido pela empresa é a Escola da AGROPALMA. Voltada para atender os funcionários diretos e indiretos da empresa, essa escola tem por objetivo acompanhar a formação educacional dos “colaboradores” e seus dependentes, e a dos filhos de prestadores de serviço. Além de escola própria, a empresa participa da manutenção e apoio para três escolas conveniadas com a prefeitura do município de Moju, onde são atendidas cento e setenta crianças.

No setor de recursos humanos são desenvolvidos os seguintes projetos: “Educar”, “Exercitando a vida” e “Voluntariado empresarial

corporativo”. Destes, o último é o de maior impacto junto às comunidades, pois, entre outras ações, disponibiliza máquinas para abertura de estradas, além de oferecer também apoio técnico em alguma atividade a ser desenvolvida pela empresa.

O setor de fitossanidade participa das estratégias da empresa mediante a realização de visitas às comunidades, procurando conscientizá-la da importância da preservação do meio ambiente para o equilíbrio ambiental, daí a necessidade de se respeitar a reserva florestal da empresa.

No entanto, o projeto de “responsabilidade social” de maior evidência e que melhor reflete a estratégia de controle e gestão territorial da empresa está no setor de implantação, onde é desenvolvido o projeto de agricultura familiar e de produtores independentes. Estes projetos visam à integração dos agricultores familiares e independentes, mediante o estímulo ao cultivo de palma de dendê, na lógica de funcionamento da empresa.

O resultado dessas estratégias de controle e gestão territorial e que se reflete nas suas práticas socioespaciais, chamada pela empresa de responsabilidade social, evidencia o que a AGROPALMA vem fazendo para assegurar a reprodução do seu capital.

Dessa forma, as práticas socioespaciais que a empresa utiliza para potencializar sua reprodução não envolvem somente o território sobre o seu controle direto, mas também territórios adjacentes que são controlados por vários atores sociais, como ribeirão, pequenos agricultores, fazendeiros, onde grande parte desses atores não possui propriedade legal sobre a terra, o que faz do seu uso a chave para seu controle. Ao influenciar na forma de uso da terra a AGROPALMA pode exercer o controle desses territórios, assegurando assim acesso a mão-de-obra, matéria-prima e a gestão desses espaços.

Monopolização da produção do dendê: a agricultura familiar e os produtores independentes

Oliveira (1995), analisando o desenvolvimento do capitalismo no campo, observou que o capital não se expande somente a partir

de relações capitalistas de produção, quando este se territorializa. Através do processo de industrialização da agricultura subordina as relações de produção à sua forma de produzir no campo, “porém esse processo está contraditoriamente marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital” (1995, p. 408). Nesse caso, o capital não tem que necessariamente se territorializar, mas sim monopolizar o território quando este está ocupado pelos camponeses.

Quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e redefine as relações de produção camponesa e familiar. Assim ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo. Nessas condições, “o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da terra em capital” (OLIVEIRA, 1995, p. 479).

Em se tratando de Amazônia isso pode ser evidenciado quando se analisa a implantação de grandes projetos agropecuários, madeireiros, minero-metalúrgicos e agroindustriais. Segundo Castro (1989) a implantação desses projetos levou a uma redefinição no mercado de mão-de-obra, a desestruturação das economias locais, fazendo emergir novas relações de trabalho e formas de uso da terra. Autores como Velho (1972), Sawyer (1984), Martins (1996), dentre outros, fizeram essas constatações na Amazônia.

Desde o início, quando foi implantada a Companhia Real Agroindustrial - CRAI, até a formação do Grupo AGROPALMA, em 1991, a estratégia de expansão da empresa estava ancorada nos incentivos fiscais, sendo necessário para isso comprar terras, implantar o projeto agrícola, e depois, quando os dendezaís já estavam em fase de produção, implantar a unidade industrial. A esse processo chamamos de territorialização da produção, pois envolveu investimento de capital direto e indireto da empresa, além de que esse espaço produtivo constitui o território sob seu domínio direto.

Dentro desse modelo, o fator disponibilidade de terras era de extrema importância, haja vista que esses projetos, para terem viabilidade econômica, necessitam de grandes áreas, em média 5.000 a 7.000 hectares de cultivo e mais 20.000 de reserva legal. No entanto, como esses projetos eram financiados pela Sudam, precisavam se enquadrar na legislação ambiental para a Amazônia, que prevê 80% de reserva legal, o que representa a imobilização de uma quantidade significativa do capital, o que pode ser percebido quando discutimos as estratégias de expansão da área agrícola da empresa.

O estabelecimento de parcerias com produtores associados que estejam a 30 km (para produção familiar) e 70 km (para produtores independentes) de distância em relação a suas unidades agroindustriais, fez emergir uma outra estratégia de expansão territorial da empresa, que ao incentivar a produção de dendê por terceiros deixa de se territorializar para monopolizar a produção.

Essa estratégia visa assegurar a oferta de frutos mediante o estabelecimento de parcerias com produtores locais, estimulando-os ao plantio de dendê. Para isso, a empresa tem uma política que consiste no “financiamento” da produção desses produtores tanto individual quanto em grupo. Atualmente são atingidos produtores dos municípios de Moju, Tailândia, Acará e Tomé-Açu.

Essa estratégia tem várias vantagens quando comparada com a anterior:

- Primeiro, é preciso considerar que o modelo ancorado nos incentivos fiscais concedidos pelo Estado entrou em crise desde a extinção da Sudam, e ainda não se implantou um modelo na Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) que incentive o empreendedor a solicitar os recursos disponíveis para projetos agropecuários;
- Neste modelo, a necessidade de imobilização de capital na terra não é compatível com a valorização desse capital no sistema produtivo e financeiro;
- É preciso levar em consideração também que, com a expansão da fronteira nessa região, a disponibilidade de terras com preço

barato ficou cada vez mais difícil, elevando assim o valor do investimento;

- É preciso considerar também que o Grupo tem procurado se especializar em outras etapas do processo produtivo, como no refino do óleo de palma e palmiste e na verticalização dos produtos derivados desses óleos, como a estearina e oleína, e de subprodutos como o ácido graxo, utilizado na produção de biodiesel.
- Ao “terceirizar” sua produção de frutos através da parceria com os produtores familiares e independentes, a empresa não precisa mais se preocupar com o fator mão-de-obra, um importante componente do custo produtivo, deixando assim livre o capital para ser aplicado nas etapas de produção de maior rendimento, que é a extração, o refino, e a industrialização final do óleo de palma, palmiste e seus derivados.

Os pequenos produtores e a agricultura familiar do dendê

A agricultura familiar do dendê desenvolvida pelos pequenos produtores da comunidade Arauari tem sido objeto de várias reportagens televisivas e impressas, artigos científicos e propagandeada pelo Estado como uma alternativa para a reforma agrária no campo.

Segundo o Sr. Clodomar, funcionário da AGROPALMA responsável pela implantação do projeto de agricultura familiar, a motivação que levou a empresa a estabelecer essa parceria com os pequenos produtores da comunidade Arauari foi a preocupação com as populações ribeirinhas que vivem próximas à área do Complexo Agroindustrial da empresa. No entanto, em entrevistas com o responsável da Sagri no projeto de agricultura familiar, este nos informou que o projeto já vinha sendo implantado pelo Governo do Estado do Pará no município de Concórdia do Pará, mas devido a uma série de problemas foi abandonado, daí surgindo a necessidade de desenvolvê-lo em outro local. Foi dentro deste contexto que a AGROPALMA se interessou pelo projeto e condicionou o município do Moju para a implantação de um projeto piloto.

O projeto de agricultura familiar começou em 2002, por meio

de uma parceria entre AGROPALMA, Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal do Moju e BASA.

O projeto foi implantado em três etapas e compreendeu uma área de 1.500 hectares. A primeira etapa teve início em 2002, com o plantio de 500 hectares, sendo distribuídos lotes de 10 hectares para cada família, num total de 50 famílias. Em 2003, não foi implantada a segunda etapa, porque a empresa resolveu esperar para ver se o projeto ia dar certo. Como o resultado foi satisfatório, em 2004 foi implantada a segunda etapa do projeto, com mais 500 hectares plantados e 50 famílias atendidas. Finalmente, em 2005 foi implantada a terceira etapa, totalizando 1.500 hectares de plantio e 150 famílias atendidas.

Por se tratar de um projeto pioneiro envolvendo várias instituições, foi estabelecido um contrato em que cada “parceiro” comprometeu-se com uma função dentro do projeto:

- Prefeitura municipal de Moju: tem a função de coordenadora junto com a Sagri, Emater e AGROPALMA, além disso, dá apoio e seleciona os agricultores que irão participar do projeto;
- Governo do Estado do Pará: pela parte do Governo do Estado participam a Sagri, órgão responsável pela organização do projeto; o Iterpa, que atua como regularizador das propriedades; a Emater, responsável pela assistência técnica; a Seicom, que é responsável pela integração industrial com as unidades industriais da empresa; e a Sectam, responsável pelos pareceres técnicos e licenciamento ambiental.
- BASA: financia um salário mínimo para cada produtor até que se inicie a primeira colheita, que ocorrerá a partir do terceiro ano de plantio.
- Grupo AGROPALMA: preparo da área a ser cultivada; abertura de 28 quilômetros de estradas; fornecimento de 1,8 mil quilos de puerária; 85 mil mudas de dendê; 25 toneladas de adubos; execução de trabalho de topografia; pagamento de R\$ 4.000,00 para cada família preparar a área; transporte da área do viveiro para área do plantio; auxílio tecnológico em todas

as etapas; e compra assegurada da produção.

A compra é assegurada em um contrato assinado entre empresa e produtores. Por esse contrato, o Grupo AGROPALMA se compromete a comprar a produção durante 25 anos; para isso, os produtores aceitam vender sua produção somente para a empresa nesse período. O preço é determinado de acordo com o valor dessa *commodity* no mercado internacional.

O primeiro projeto, implantado em 2002, começou a produzir a partir do final de 2005, apresentando uma produção média de 5 t/ha e 732 t/mês, traduzindo-se numa produção total de 4.208 toneladas no decorrer de um ano. A previsão é que a partir do oitavo ano a produção poderá chegar a 22 t/ha, já os demais projetos só começarão a produzir a partir de 2007 e 2008.

O trabalho de manutenção dos dendezaís do projeto agricultura familiar é feito pelo próprio produtor através do uso da força de trabalho familiar, ou através da troca de diárias entre produtores. Alguns produtores contratam trabalhadores para fazer trabalho como limpeza, corte e transporte.

Segundo a empresa, uma limitação para a expansão desse tipo de projeto refere-se à distância geográfica, pois os produtores são responsáveis pelo transporte do fruto das áreas produtoras para as unidades industriais do Grupo. Em função disso, os projetos de agricultura familiar só são financiados até 30 km das unidades industriais da empresa, como é o caso da comunidade Arauari e do assentamento Calmaria II, ambos localizados no município de Moju. Isso ocorre devido aos custos de transporte incidirem sobre o custo de produção e inviabilizarem a produção dos pequenos produtores caso fiquem localizados a mais de 30 km das indústrias.

Além da parceria com a Associação de Produtores da Comunidade Arauari no município de Moju, a AGROPALMA estabeleceu uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e implantou um projeto de agricultura familiar com 35 famílias no assentamento Calmaria II no município do Moju.

Iniciado em 2006, o projeto contemplou o plantio de dendê

para 35 famílias. Cada família será contemplada com o plantio de 6 hectares de dendê, perfazendo um total de 210 hectares. Esse projeto é diferente do projeto de agricultura familiar implantado na comunidade Arauari, pois não foi realizado em área fechada, mas na propriedade (lote) de cada produtor.

A parceria da AGROPALMA com o MDA foi menos abrangente e envolveu menos órgãos que a parceria com o Governo do Estado do Pará. No assentamento Calmaria II, a implantação do projeto foi financiada pelo BASA e pela AGROPALMA. O BASA financiou a implantação do plantio com recursos do Pronaf e a AGROPALMA completou o projeto fornecendo mudas, transporte, puerária³, topografia e outros equipamentos próprios da cultura do dendê.

Além dessa parceria com os governos estadual e federal mediante o estímulo da agricultura familiar do dendê, a AGROPALMA vem fazendo parcerias com os produtores independentes, ampliando assim, o número de produtores vinculados aos complexos industriais da empresa.

Os produtores independentes e a produção da palma do dendê

São considerados produtores independentes aqueles médios e grandes proprietários de terras da região de influência da AGROPALMA que se interessam pelo plantio de dendê em suas propriedades. Para isso esses produtores têm que se adequarem às normas da empresa, tais como: terra regularizada; o projeto deverá ser implantado em áreas degradadas, além de respeitar os limites estabelecidos como reserva legal, ou seja, ter uma prática responsável com o meio ambiente, haja vista que esta é uma condição para permanência das certificações⁴ recebidas pela empresa.

— Os produtores independentes estão localizados num raio

³ Planta forrageira utilizada para a proteção do solo.

⁴ Para que as certificações (ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, Certificado Orgânico e o Certificado Kosher) obtidas pela empresa continuem a sua disposição, é preciso que as normas que regem essas certificações sejam cumpridas com rigorosidade pela empresa, sendo incorporada a suas normas de funcionamento.

de 70 km das unidades industriais do Complexo Agroindustrial e abrangem áreas dos municípios de Moju, Tailândia, Acará e Tomé-Açu, sendo que a maior concentração de produtores independentes está localizada na colônia japonesa de Tomé-Açu. Essa delimitação geográfica de 70 km faz parte de uma estratégia espacial da empresa para que os projetos tenham viabilidade econômica, haja vista que os custos com transporte são muito elevados, inviabilizando a reprodução dessas parcerias o que traria sérios prejuízos para a empresa, pois é a financiadora dos projetos.

Diferentemente dos produtores familiares, os produtores independentes só são financiados a partir de 50 hectares de plantio, podendo chegar até no máximo 200 hectares. Esses valores correspondem aos mínimos e máximos necessários para que o agricultor adquira experiência e para que o negócio tenha viabilidade econômica.

A faixa limite para o cultivo de dendê, em função da estiagem, está hoje a 12 km da sede do município de Tailândia. Nesse perímetro já foram implantados 205 hectares de plantio de dendê. Na área, a pluviometria tem uma diferença na faixa de 10% a menos quando comparada à área do Complexo Agroindustrial da AGROPALMA. Para além desse limite, não se tem experiência com produtores independentes, pois o período de estiagem é prolongado e inviabiliza o desenvolvimento do cultivo de dendê.

A produção de dendê na área de influência da AGROPALMA com produtores independentes iniciou-se em 1985, com o plantio pela comunidade japonesa em Tomé-Açu. Nesse período não existia nenhuma parceria entre a AGROPALMA e esses produtores, o que obrigava estes a vender sua produção para outras empresas. Quando o plantio desses produtores começou a produzir, os frutos eram transportados (vendidos) para o município de Santa Izabel, onde se localizava a indústria de extração de óleo da Cooparaense. O preço baixo por tonelada e o elevado custo de transporte inviabilizaram o projeto, que foi abandonado pelos japoneses.

Em 1997, a AGROPALMA teve conhecimento desse plantio e resolveu recuperá-lo através de uma parceria com esses produtores. Segundo o Sr. Alberto, funcionário responsável pelo setor de implantação desses projetos, essa parceria, no entanto, ficou somente

no “verbal”, não foi instituída legalmente.

A partir de 1999, a parceria foi expandida e foram implantados 450 hectares de plantio de dendê com os produtores que já tinham plantio. Devido o preço baixo e a concorrência com a pimenta-do-reino, que estava em alta, levou os produtores a não darem muito atenção à cultura do dendê. No entanto com a diminuição do preço da pimenta-do-reino e o aumento do preço do dendê, este passou a ser mais valorizado pelos produtores, que começaram a substituir as áreas dos pimentais por plantio de dendê.

O maior interesse demonstrado pelos produtores da região e os resultados alcançados com os plantios já implantados fez com que a AGROPALMA passasse, a partir de 2001 e 2002, a dar uma assistência mais efetiva a esses produtores, principalmente para aqueles que recuperaram melhor seus plantios antigos, os quais poderiam plantar alguns hectares; um plantou 100 hectares e dois plantaram 50 hectares cada, num total de 200 hectares.

Somente a partir de 2004, foi elaborado um contrato de parceria formal com os produtores independentes. Neste contrato, a AGROPALMA financia a implantação até o plantio, ou seja, preparo de área, topografia, puerária, mudas, insumos, sendo que este último é financiado até o terceiro ano, quando começa a produção, período que marca o início do pagamento do produtor à AGROPALMA.

Como na agricultura familiar, a manutenção, o custo com da mão-de-obra, a colheita, o carreamento e transporte ficam por conta do produtor. Já os insumos, puerária e alguns equipamentos que são peculiares ao dendê continuam sendo fornecidos pela AGROPALMA. Já o preço é de acordo com a cotação dessa *commodity* no mercado internacional. Assim, o valor pago pela empresa ao produtor equivale a 10% da tonelada do óleo no mercado internacional, onde esse preço é variável de acordo com as condições de mercado. Em período de alta, a AGROPALMA já chegou a pagar até U\$\$ 170,00 por tonelada de dendê, no entanto, o aumento da oferta desse produto no mercado internacional somado à valorização do Real tem feito com que o preço pago ao produtor tenha diminuído bastante, o que preocupa a AGROPALMA e os produtores associados.

Mesmo assim, a parceria da AGROPALMA com os produtores independentes tem se ampliado devido à desvalorização de outras culturas, como gado e pimenta-do-reino. Isso tem motivado os médios e grandes proprietários de terras da sua área de influência a se interessarem mais pelo cultivo do dendê, fazendo com que a área de plantio que estava concentrada em Tomé-Açu se expandisse para outros municípios, como Moju e Tailândia.

A partir de 2004, foram implantados projetos com produtores independentes em Moju e Tailândia. Em 2005, a área plantada com produtores independentes em Tomé-Açu era de 2.065 hectares e em Tailândia e Moju era de 1.014 hectares; em 2006, essa área passou para 2.200 hectares e a de Tomé-Açu passou para 2.600 hectares, totalizando uma área de 4.800 hectares de plantio de dendê com produtores independentes.

No total a empresa monopolizou a produção de 51 produtores independentes distribuídos em quatro municípios. Destes municípios, a maior concentração está em Tomé-Açu, e em segundo lugar Moju e Tailândia.

Ao que parece a empresa escolheu essa estratégia para expandir sua produção, pois para 2006, dos 2.300 hectares que serão plantados, 1.900 serão feitos com produtores independentes e agricultura familiar.

É grande a demanda dos produtores independentes para aumentar sua área de plantio bem como para fazer parte de parceria com a AGROPALMA, principalmente de produtores de Tailândia e Moju, pois no município de Acará a empresa Marboges polariza essa área. No entanto, segundo Sr. Alberto a falta de regularização fundiária associado na filosofia dos grandes proprietários de terras da região, “que é do ganho imediato com gado, madeira, carvão”, dificultam a expansão dessas parcerias.

Com um total de 51 produtores independentes e possuindo uma área de 4.800 hectares de plantio de dendê, sendo que destes 2.200 já estão em fase de produção, os produtores independentes tornaram-se de extrema importância dentro da produção de dendê para AGROPALMA e dentro de sua estratégia de expansão. Os

plantios de dendê com produtores independentes começaram a produzir em 2003, sendo que sua produtividade está em média de 17 t/ha para os plantios mais velhos, e 24 t/ha para os plantios mais novos, médias compatíveis com as encontradas nos plantios da AGROPALMA.

Como a empresa, na sua área original, não tem mais como averbar área para plantio de dendê, ela está aumentando a parceria com produtores de agricultura familiar e com os produtores independentes. No entanto, a partir de 2005, a empresa começou a adquirir novas áreas para esse trabalho de expansão. A previsão de expansão até 2010 é chegar a 50.000 hectares de cultivo somando área própria e com produtores independentes.

Para alcançar essa meta a empresa em 2006, implantou 450 hectares em área própria. Em 2007, pretende implantar mais 400 hectares e em 2008, pretende ter área para plantar 3.000 hectares em terra própria e 1.000 ou 1.500 hectares com os produtores independentes.

Mesmo essa estratégia de expansão sendo recente, (2002, para produtores familiares e 2004, para os produtores independentes), assume papel vital dentro do processo produtivo da empresa, pois com aproximadamente 7.000 hectares de cultivo esses produtores representam em torno de 22% da área agrícola de produção do Grupo, que está atualmente em torno de 32.000 hectares de plantio.

Logo, se num primeiro momento a estratégia de instalação e expansão da empresa estava vinculada a sua territorialização, a partir de 2002 surge uma outra estratégia de expansão: a monopolização da produção representada pela parceria entre produtores familiares e independentes. Essa nova estratégia de expansão tem levado a redefinição das formas de uso da terra, de novas relações sociais de produção e conseqüentemente de (re)organização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas espaciais de uma empresa nos remete ao entendimento da relação espaço-poder, ou seja, como esta

gesta o seu território mediante a implantação de fixos e fluxos que potencializam sua reprodução. É a partir da identificação das táticas e estratégias territoriais de uma empresa que se evidencia como o poder se manifesta no espaço. Portanto a empresa, ao gestar seu território, impõe regras que são seguidas por aqueles que estão sob seu controle. Nesse sentido, ao identificar as estratégias territoriais da AGROPALMA na sua área de influência, estamos revelando como esta vem fazendo para expandir sua área de produção e a reprodução do seu capital.

As práticas socioespaciais aqui analisadas, e que refletem a forma de gestão territorial da AGROPALMA, referem-se aos projetos de responsabilidade social implementados nas comunidades e com os proprietários de terras do entorno dos complexos agroindustriais da empresa.

Verificou-se que esses projetos expressam práticas socioespaciais de controle e gestão territorial importante na expansão da empresa, que precisa ter acesso constante a matéria-prima e mão-de-obra, fazendo-se necessário aglutinar no circuito produtivo da empresa o seu entorno formado por comunidades ribeirinhas, pequenos e médios produtores rurais.

A esta estratégia de reprodução demos o nome de monopolização da produção, pois, diferentemente dos outros processos de expansão da empresa, não consiste no controle direto da produção (territorialização), mas no controle da circulação, mediante contrato de exclusividade que é assinado entre AGRO-PALMA e os produtores associados, fazendo com que estes fiquem “presos” numa relação de comércio somente com a empresa.

Por ter uma dimensão espacial que envolve vários municípios (Moju, Tailândia, Acará e Belém), a gestão de seu território assume uma função estratégica dentro do Grupo. A empresa, para assegurar sua reprodução ampliada em área de fronteira estabelece uma série de relações com o seu entorno e desenvolve projetos de responsabilidade social que incluem as comunidades da área.

A partir desses projetos identificamos as práticas socioespa-

ciais que a empresa utiliza no controle do uso do espaço que está sob sua área de influência. É controlando o uso do espaço que as empresas controlam os atores sociais que nele estão presentes, gestando, assim, seu território e ampliando a reprodução de seu capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. et al. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UNB; Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

CASTRO, Edna. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidades. In: CASTRO, Edna M. Ramos e HEBETTE, Jean (org.). *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton et al. (org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço: uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, n. 53, v. 1, jan./mar. 1991a.

_____. Metrópoles, corporação e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná Elias de et al. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSSI, Jurandir L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

SAWYER, Donald R. Fluxo e refluxo da fronteira agrária no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. *Revista Brasileira de Estudo de População*, Campinas, v. 1, n. 1/2, p. 3-34, jan./dez. 1984.

VELHO, Domingos J. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1972.

Políticas Governamentais Urbanas: breve comentário sobre o Estatuto da Cidade, Plano Diretor, Agenda 21 e a Prática pelo Poder Público em Abaetetuba - PA

Cledson Nahum Alves

INTRODUÇÃO

O ordenamento do espaço urbano como parte integrante da estratégia de governança do poder público tem sido enfocado nas últimas duas décadas no Brasil por diversos segmentos e instituições sociais do cenário político e acadêmico.

Essas discussões são importantes por que revelam o cenário urbano como palco dos debates acerca das políticas públicas de planejamento local. Os processos humanos e naturais que definem o espaço urbano se multiplicam a todo instante, dando-lhe a este simultaneidade multifuncional no movimento e no sentimento das pessoas. Neste sentido, a dimensão local recobriu-se de valores sociais, econômicos, culturais e outros, os quais se entrelaçam e se superpõem na estrutura do poder local, constituindo o que Castell (1987) chamou de uma verdadeira “sociedade em rede”.

Por isso, investigar os meios estabelecidos de planejamento urbano pelo poder público, dentro das estratégias de planejamento executadas por tal agente público, é, sem dúvida, um ato reflexivo cuidadoso, haja vista que, historicamente, o que se tem produzido pelos órgãos oficiais do Estado dentro da linha de planejamento, tendencialmente, é reflexo do contexto temporal e expressa os anseios do grupo hegemônico atuante. Ou seja, a política de planejamento

para o contexto local se faz sobre mecanismos que passam a garantir os interesses das elites no poder (SOUZA, 2004).

Entretanto, apesar de o planejamento urbano ser uma das atribuições da administração pública, no sentido de traçar toda sua atuação mediante cenários reais e supostos, não cabe e não depende somente dela a produção conceitual, técnica e tecnológica de planejamento urbano. A sociedade, em seus diversos segmentos organizados, tem produzido vasto material em congressos, simpósios e fóruns municipais de interesse político sobre o desafio do planejamento urbano.

A partir do processo de redemocratização política no país, no decorrer dos anos de 1980, a participação do cidadão nos assuntos citadinos vem se ampliando, graças à mobilização de organizações de bairros, clubes de mães, associações recreativas, Ongs, os quais passaram a ter direito e deveres garantidos pela Constituição de 1988 (CAMPOS FILHO, 1989).

Neste sentido, a confluência de proposta para o estabelecimento de uma ação integrada e democrática de planejamento por parte da sociedade organizada e do Estado tem destacado três metodologias institucionais e legalmente prescritas. São elas: o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor e a Agenda 21.

Para efeito didático, serão expostos tais instrumentais da política urbana de forma separada, sem, contudo, negar o caráter transversal que perpassa a proposta sugerida por cada um destes elementos de intervenção do poder público.

PRESSUPOSTOS DA AGENDA 21 LOCAL

A Segunda Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, também conhecida como “Cúpula da Terra”, foi realizada no Brasil em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e contou com a participação de 172 países e de várias entidades ambientais.

A Eco-92 tornou-se referência mundial, como marco de iniciativas, por parte dos países confederados na entidade, de se

estabelecer regramentos e estratégias para o desenvolvimento social e econômico sem comprometer o equilíbrio natural e, portanto, a própria existência humana.

Porém, diante das várias propostas elaboradas pelas comissões envolvidas, dentre elas a ratificação do Protocolo de Kyoto, a posição de países como os EUA e Japão foi à de “não-alinhamento” em assuntos como a redução da poluição atmosférica (gases CFC) e da pesca predatória de baleias (CIMINO, 2004).

Apesar de terem existido momentos de discordância, no que tange, principalmente, às restrições produtivas e à revisão da dívida externa para alguns países que redefiniram metas preservacionistas em relação ao meio ambiente, a Rio-92 conseguiu avançar no sentido da produção de documentos e estratégias pragmáticas de ordenação para um novo conceito de meio ambiente e desenvolvimento (BARBIERE, 1998).

Dentre as várias alternativas propostas durante a Conferência, destaca-se a Agenda 21. As ações definidas na Agenda 21 baseiam-se no conceito de **Desenvolvimento Sustentável**, o qual foi definido, já na década de 1970, como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações de usufruírem os meios para sua sobrevivência.

Carvalho (1994) apud Santos (1999) destaca que a questão central da utilização do termo “Desenvolvimento Sustentável reside na compreensão do que é e como medir a sustentabilidade. Não é possível se falar de sustentabilidade apenas, pois esta precisa ser adjetivada. Portanto, a questão que segue é: sustentabilidade do quê? quando? onde e por quê?”. (SANTOS, 1999, p. 38).

Considerada uma ousada iniciativa para gerir o desenvolvimento sustentável em escala internacional, a Agenda 21 vem aumentando o número de adesões no Brasil. Segundo a Agência de Informação Frei Tito para a América Latina, “nos últimos dois anos (2004) o número de inclusão (de municípios) à Agenda 21 subiu de 225 para 504. Os dados são animadores, mas ainda não representam o ideal” (EDITAL, 2004, p. 01).

No Brasil, no período de setembro de 2000 a outubro de 2001, realizaram-se encontros estaduais e regionais, nos quais foram debatidas, aproximadamente, seis mil propostas, visando à implantação da Agenda 21 brasileira ao longo do século XXI, com a adoção do ‘desenvolvimento sustentável’, conciliando as dimensões ambiental e sócio-econômica (CIMINO, 2004, p. 13).

Atualmente, a implantação da Agenda 21 corresponde a uma escala hierárquica mútua abrangendo os governos federais, estaduais e municipais. A Agenda brasileira oficial tem por objetivo:

Definir uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o país, a partir do processo de articulação e parceria entre o governo e a sociedade. Nesse sentido, o processo de elaboração da Agenda 21 brasileira vem sendo conduzido pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), a partir de critérios e premissas específicas, que privilegiam uma abordagem multisetorial da realidade brasileira e planejamento em longo prazo do desenvolvimento do país (MMA, 2001, p. 56).

O governo federal, por meio do Decreto n° 1.160 de 21/06/1994 criou a Comissão Internacional para o Desenvolvimento Sustentável-CIDES, com a finalidade de “assessorar o presidente da república na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas necessárias ao Desenvolvimento Sustentável de acordo com a Agenda 21”.

Partindo dessa premissa, conforme o MMA (1997), a metodologia de trabalho adotada pela CPDS selecionou seis áreas temáticas que refletem a problemática socioambiental: “Agricultura sustentável; Cidades Sustentáveis; Infra-estrutura e Integração Regional; Gestão e Recursos Naturais; Redução das Desigualdades Sociais; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável” (MMA, 1997).

Entretanto, o fosso burocrático e político institucional que

distancia as políticas públicas federais da realidade local acabou por dificultar o efetivo estabelecimento da Agenda 21 nas áreas temáticas, o que convenceu o governo, lideranças políticas, Ongs e movimentos comunitários organizados da necessidade de se redirecionar as propostas da Agenda 21 brasileira a uma escala mais próxima do cidadão.

Nesse sentido, o slogan “pensar global, agir localmente” ratifica o interesse político-estratégico do governo e dos movimentos ambientais em pensar o Desenvolvimento Sustentável a partir de realidades localizadas. Por isso, a estratégia do governo federal, atualmente, é despertar as instancias municipais para a importância do cumprimento da Agenda 21 brasileira, em consubstanciar o desenvolvimento sustentável, por meio da implantação da Agendas 21 locais.

As Agendas 21 locais seriam, portanto, uma estratégia de governança baseada em documentos que procurariam identificar e priorizar as oportunidades e os obstáculos para que os municípios alcancem o Desenvolvimento Sustentável, mediante projetos específicos para superação dos obstáculos aproveitando as oportunidades e vocações locais.

No processo de desenvolvimento da Agenda 21 Local, a comunidade aprenderá sobre suas deficiências e identificará inovações, forças e recursos próprios ao fazer as escolhas que a levarão a se tornar uma comunidade com premissas à sustentabilidade (BARBIERE, 1998).

As iniciativas em prol da sustentabilidade que já estão em andamento são valorizadas e incorporadas, e as áreas que carecem de iniciativas são mapeadas. Este processo, que mobiliza um número maior de pessoas para a questão do desenvolvimento sustentável, é a ampliação de um trabalho de atuação permanente nas comunidades para a formulação de estratégias, a busca de recursos e a fiscalização da implantação dos projetos incluídos na Agenda 21, que será fundamental para garantir que os mesmos se tornem realidade. Mais do que um único acontecimento, documento ou atividade,

a Agenda 21 é um processo contínuo. Envolve uma série de atividades, ferramentas e abordagens que podem ser escolhidas pelas autoridades locais e seus parceiros, de acordo com as circunstâncias e prioridades locais (FORUM MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – Agenda 21, 2000).

“Assim, pode-se, com facilidade, relacionar as diferentes autoridades de uma comunidade ou de um município com as recomendações da Agenda 21 e, com isso, iniciar um processo de elaboração da Agenda 21 local” (BARBIERE, 1998, p. 135).

Portanto, com a Agenda 21 Local, a comunidade, junto ao poder público, aprenderá sobre as dificuldades, identificará prioridades e movimentará forças que podem transformar a realidade socioambiental nas esferas de sua implantação e execução.

O ESTATUTO DA CIDADE

O Estatuto da Cidade, promulgado pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, é considerado o principal documento federal norteador das políticas públicas para o ambiente urbano. Ele representa a síntese dos esforços de movimentos sociais organizados que lutaram, entre outras coisas, pela Reforma Urbana durante a década de 1990.

O Movimento pela Reforma Urbana (MRU), que teve início na década de 1970, desenvolveu-se com maior vigor durante a elaboração da Constituição de 1988, trazendo para os debates políticos daquele momento as questões de gestão municipal, do planejamento e da política urbana.

O MRU foi o responsável pela Emenda popular que contou com cerca de 200.000 assinaturas e contribuiu para a incorporação do capítulo 182 e 183 da CF, os quais compõem o capítulo urbano. Naquela ocasião, o Movimento pela Reforma Urbana, visando influenciar na reconstrução institucional do país elaborou três princípios básicos, que deveriam referenciar a prática do ordenamento e da gestão das cidades (MUNIZ e LIMA, 2005, p. 06).

Foi estabelecido como princípio o “Direito à Cidade e à cidadania”, com ampla participação dos habitantes da cidade na construção de uma vida urbana mais digna, com acesso a serviços, equipamentos e espaço de cultura. A “Gestão Democrática da Cidade” seria outro princípio que estimularia a participação popular na produção, na gestão e no planejamento urbano. Por fim, a “Função Social da Cidade e da Propriedade”, “entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano”. (MUNIZ e LIMA, 2005, p. 06).

A essência dessa lei federal sobre desenvolvimento urbano pode ser assim resumida: trata de estabelecer normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso comum da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental; de garantir o direito a *idades sustentáveis*, entendido como direito a terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana e aos seus serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; de estabelecer a gestão democrática por meio da participação popular e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Art. 1^o, 2^o da Lei n. 10.257, de 10/ 07/ 01, apud BOEIRA, 2004, p. 16).

Durante os últimos anos, a situação das terras urbanas nos grandes centros agravou-se devido à densificação vertical e à expansão horizontal dos imóveis e da ocupação de áreas suburbanas por populações de baixa renda. A infra-estrutura promovida pelo poder local, nestes centros, acaba por favorecer as áreas centrais, estabelecendo nelas padrões arquitetônicos modernos, como a imponência de seus edifícios, praças públicas, ruas saneadas e melhor

qualidade de vida. No mesmo conjunto urbano, porém distanciado da porção central, o que se verifica são os bairros periféricos, de visível contraste socioeconômico e cultural, com uma situação crítica e comprometedora à saúde humana e ambiental.

Segundo Santos (1997a), as formas de usufruto nas grandes cidades brasileiras estabelecem a “estrutura urbana e a distribuição espacial da população, e contribuem para que, em linhas gerais, particularmente nas grandes cidades, populações de elevado poder aquisitivo concentrem-se em áreas centrais que, dotadas de equipamentos e serviços urbanos, se valorizam e estimulam as atividades dos empreendedores imobiliários” (SANTOS 1997a, apud SANTOS, 2004, p. 66).

Neste sentido, o uso do solo urbano tornou-se fator de disputa e de conflitos entre a elite empreendedora e a população de baixa renda, a diferença no conflito está na atribuição que cada um destes segmentos sociais dá ao uso, à apropriação e ao domínio da terra.

Sem romper a inviolabilidade do direito a propriedade privada, reconhecido em sentido individual, o Estatuto da cidade, tal como contido na Constituição de 1988, estabelece que ‘a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurado o atendimento das necessidades quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas (CARVALHO, 2001, p. 131).

Neste contexto, o Estatuto da Cidade, desde sua aprovação pelo Congresso Federal, em julho de 2001, tem sido celebrado como um marco decisivo na legislação urbana, na prática de planejamento e na defesa e preservação do ambiente urbano” (LIMONAD; BARBOSA, 2003, p. 03).

O direito de uma determinada propriedade urbana passou a ser estabelecido, portanto, mediante as regras municipais definidoras de sua real possibilidade de uso, e o seu conteúdo econômico foi

outorgado pelo Estado segundo os interesses sociais envolvidos. Essa posição definidora no Estatuto da Cidade, apesar de a inviolabilidade da propriedade privada não ser ferida, oferece os instrumentos legais de atuação pública urbana, que, caso instituídos, possibilitariam atribuir à propriedade uma função social.

Entretanto, apesar de esta lei ter implementado inovações no âmbito da legislação, gestão urbana e regularização fundiária, o Estatuto da Cidade traz, entre seus instrumentos, dispositivos que podem contribuir para o agravamento dos problemas que se propõe sanar.

Parece-nos que alguns de seus mecanismos legais estão mais destinados a controlar o crescimento urbano do que a incentivar o desenvolvimento urbano. Portanto, apesar de seu potencial para coibir ameaças a áreas de preservação ambiental e estabelecer direitos legais em relação ao direito a moradia, determinados dispositivos do 'Estatuto da Cidade' podem ganhar, contraditoriamente, contornos perversos, já que cabe aos cidadãos reivindicarem permanentemente o direito de participar e aos governos locais definir o significado da função social da propriedade, assim como planos diretores e outros dispositivos específicos (LIMONAD e BARBOSA, 2003, p. 03).

Apesar, porém, da flexibilidade das ações do poder público em incentivar a participação popular na tomada de decisão referente à política urbana, o Estatuto da Cidade mantém certa centralidade de atuação governamental na medida em que estabelece a divisão de competência entre os três níveis de governo, concentrando na esfera municipal as atribuições de legislar em matéria urbana.

O reverso dessa orientação se expressa na ausência de instâncias decisórias legalmente instituídas para o tratamento de muitos dos problemas urbanos, que exploram os limites do município, configurando as áreas metropolitanas e as aglomerações urbanas (CARVALHO, 2001, p. 131).

Ressalvadas as críticas, o Estatuto da Cidade mantém-

se, portanto, como instrumento jurídico-político básico para a intervenção urbana do poder estatal. Reforçando sua natureza democrática, tal estatuto consubstanciaria o plano diretor na fiscalização e implementação de audiências públicas e debates, com a participação popular e de associações representativas de vários segmentos da comunidade; publicidade dos documentos e informações produzidos e o acesso a qualquer interessado a estes documentos.

PLANO DIRETOR

A partir da Constituição de 1988, a Política de Desenvolvimento das Cidades Brasileiras passou a ser definida por Leis Orgânicas e Planos Diretores. O Plano Diretor define-se como instrumento de gestão contínua para a transformação positiva da cidade e seu território, cuja função é estabelecer as diretrizes e pautas para a ação pública e privada, com o objetivo de garantir as funções sociais da cidade.

O Plano Diretor aparece hoje como um instrumento de excepcional utilidade para que a sociedade possa definir democraticamente as transformações estruturais a serem prioritariamente implementadas na cidade e instituir os instrumentos e práticas que concretizam essas transformações. Para tanto, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001 atribuem ao Plano a tarefa de criar condições necessárias à preservação da função social da cidade e da propriedade. “Isso se faria na medida em que se consiga transformar a dinâmica urbana liberal que, apoiada apenas na lógica do mercado e nas prerrogativas do poder econômico, gerou carências e desigualdades cada vez mais graves” (COSTA, 2004, p. 07).

Nesse sentido o Plano Diretor seria uma oportunidade concreta de fazer com que ‘o novo mundo possível’, proposto pelo Fórum Social Mundial, possa ir sendo construído num contexto significativo para o país (COSTA, 2005, p./ 24).

No entanto uma postura cautelosa sobre essas possibilidades se impõe ante a experiência histórica dos últimos 20 anos, em que fracassaram sucessivas tentativas de formulação e aprovação do Plano Diretor, em várias cidades de diferentes importâncias no país. Ela sinaliza que, se as forças sociais em disputa na arena urbana não

forem mobilizadas e articuladas adequadamente, o plano pode, mais uma vez, esvaziar-se de seu virtual conteúdo transformador ou ser sumariamente abortado (SOUZA, 2004).

PLANEJAMENTO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ABAETETUBA

De que forma o planejamento ambiental poderá efetivar-se como prática sustentável do desenvolvimento socionatural, em Abaetetuba?

Segundo souza a “sociedade moderna almeja um planejamento das cidades, exige a construção de uma cidade intencional na qual o futuro será pensado, construído e planejado de forma organizada” (SOUZA, 2004, p. 52).

O Desenvolvimento socionatural estende-se ao conceito de Sustentabilidade. A sustentabilidade conceitualmente abrange a perspectiva de um contínuo desenvolvimento social e econômico com sistemático equilíbrio dos elementos e fatores que a estruturam. No que diz respeito à sustentabilidade urbana, esta compreende, *a priori*, uma mudança de mentalidade por parte dos agentes atuantes nesta dimensão geográfica. A proposta metodológico-conceitual que orienta o processo de planejamento ambiental urbano é aquela que coloca a simultaneidade das dimensões política e técnica como elementos constitutivos deste processo. A dimensão política é aquela que pretende explicar o objetivo da intervenção pública, enquanto a dimensão técnica procura responder pela operacionalização de uma proposta que será politicamente difundida.

O planejamento ambiental como prática sustentável é aquele “que possui responsabilidade pela administração de situações de conflito social, dado que a dinâmica social é a disputa entre os vários segmentos sociais em torno de interesses e necessidades” (Estatuto da Cidade, p. 133). Assim, o planejamento, ao administrar situações de conflito, procura proceder a escolhas para que determinados interesses e necessidades sociais e ecológicas sejam atendidos e satisfeitos.

Analisando o cotidiano urbano em Abaetetuba é possível verificar comportamentos e fenômenos que constituem evidências das situações de conflitos na dinâmica social local. Algumas dessas situações são perceptíveis, enquanto outras exigem atenção mais redobrada para sua identificação. Dentre as várias situações pode-se apontar que:

- I- O processo capitalista de produção imobiliária, em Abaetetuba, aliado à oferta de serviços e equipamentos públicos, ocasiona valorizações diferenciadas de áreas urbanas, contribuindo para o agravamento dos processos de segregação e exclusão urbanas.
- II- A administração pública local, pelas circunstâncias de valorização dos aspectos urbanos centrais, acaba aplicando uma gestão política que também valoriza os espaços urbanos bem mais localizados (centro), em contraste com áreas mais afastadas e de baixa perspectiva imobiliária e comercial.

Nesse sentido, a apropriação do espaço urbano reproduz-se de forma segregada, representando para cada segmento da sociedade um meio de sobrevivência e usufruto diferenciados. Essa segregação espacial, verificada na dinâmica territorial em Abaetetuba, reproduz, em menor escala, a lógica do capitalismo mundializado, em que as áreas centrais, representadas pelos países ricos, são mais bem valorizadas em diferentes aspectos (economia, educação, tecnologia, saúde, etc.). Já nas periferias, onde se encontram as nações “menos” ricas, vêem-se áreas subvalorizadas à lograda a dependência dos interesses externos.

Nessas circunstâncias, o planejamento ambiental surge como uma das múltiplas ferramentas de gestão para se equacionar ou minimizar os distúrbios provocados pelo processo de desigualdade socioespacial no que concerne ao meio ambiente urbano produzido pelo sistema capitalista em suas diferentes escalas. Planejamento este que está vinculado ao poder estatal, nos seus diversos níveis de representatividade. Como essência dos direcionamentos que o poder público local poderá construir como estratégia administrativa, em parceria com os diversos segmentos sociais e instituições afins, para se iniciar a ordenação do espaço urbano visando à consolidação de

uma proposta de desenvolvimento sustentável, estão:

- A criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- CONDEMA.

O CONDEMA, para ser efetivado no município de Abaetetuba, deve ser constituído por lei municipal e ter como objetivo maior coordenar e disciplinar as questões referentes à manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida, nos termos determinados pelo art. 225 da Constituição Federal. Deverá, também, dar apoio aos serviços administrativos da Prefeitura Municipal; promover a participação comunitária, compatibilizar a política nacional e estadual com a política local; propor diretrizes aos estudos do Plano Diretor do município sob a ótica ambiental; propor e fiscalizar a preservação dos recursos naturais e ecossistemas; promover a educação ambiental; propor o inventário dos bens que constituem o patrimônio ambiental municipal; convocar audiências públicas nos termos que deverá estar previsto na Lei Orgânica do Município; exigir Estudos de Impactos Ambientais e seu Relatório (EIA/RIMA), no caso de obras que sejam potencialmente poluidoras, e outras competências.

Cabe, por conseguinte, ao município estruturar-se para aperfeiçoamento dos seus sistemas, a fim de que possam implementar a política de gestão ambiental em termos técnicos, tecnológicos e operacionais.

Para essa estruturação é fundamental identificar as atribuições que serão assumidas pelo órgão local, entre as inúmeras possibilidades ou exigências de intervenção existentes. As satisfações das necessidades humanas exigem condições para a promoção, proteção e recuperação da qualidade do meio ambiente. Desta forma, e de acordo com as características locais, a área ambiental do município de Abaetetuba poderá ser objeto de preocupação com as seguintes propostas:

a) parques, áreas de proteção ambiental, manguezais, mananciais áreas verdes;

b) controle da qualidade do ar, envolvendo atividades industriais, comerciais, agrícolas, de transporte com veículos automotores;

c) controle da qualidade das águas, envolvendo atividades relacionadas ao seu uso: para abastecimento público, industrial, produção de energia, comercial, recreacional, agrícola e na pecuária;

d) controle do uso, ocupação e qualidade do solo envolvendo atividades imobiliárias, agrícolas, turísticas, industriais, de controle de cheias e de erosão;

e) controle de resíduos sólidos domésticos, industriais, comerciais, de serviços de saúde, envolvendo todas as atividades e processos do acondicionamento ao tratamento e disposição final; e práticas de redução, minimização e comportamentais referentes a cuidados sanitários, ocupacionais e para reaproveitamento;

f) controle de ruído e vibrações, envolvendo atividades comerciais, industriais e serviços;

g) monitoramento e atendimento a emergências ambientais.

Como se pode depreender, a área ambiental tem envolvimento em todos os setores da atividade humana, o que exige uma atuação baseada na busca do entendimento e na construção de parcerias com os mais variados segmentos das administrações públicas e da sociedade civil. Naturalmente, a estruturação de um sistema de gestão ambiental municipal envolve a necessidade de efetuar uma revisão das políticas urbanas, sob o prisma da sustentabilidade e da “ação participativa positiva”.

Este caminho passa pela imperiosa necessidade de serem encontrados mecanismos de transformação que, pouco a pouco aplicados, geram consciência ativa e criativa de sustentabilidade como forma de melhorar a qualidade de vida das sociedades urbanas. O mesmo processo, aplicado ao município como um todo, propiciará ao seu gestor atender às sucessivas demandas dos demais cidadãos, com base na participação e construção conjunta das soluções. Para o cumprimento desta missão, o sistema de gestão ambiental do município deverá ser estruturado para atender às exigências de uma ação concreta entre as diversas vertentes do processo de decisão e

de implementação.

Portanto, o CONDEMA, que se responsabilizará por esta gestão, por sua importância, deve ter atenção das autoridades e dos municípios, sendo que estes últimos devem colaborar e fiscalizar sua atuação em suas reuniões.

Além do poder-dever do município de legislar supletivamente e de constituir o CONDEMA, deverá ele também elaborar um importantíssimo documento que ajudará, em muito, a proteção do meio natural-social, o qual é conhecido internacionalmente, a saber: Agenda 21 local.

Na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, a Rio-92, foi apresentada a Agenda 21, que é uma compilação de diretrizes e recomendações aos países para que possam alcançar o desenvolvimento sustentável neste século (XXI). O Desenvolvimento Sustentável é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem sua própria necessidade”.

Para o município de Abaetetuba, a criação de uma Agenda 21 local poderia fornecer ao poder público e a comunidade recomendações e diretrizes mais eficientes e reais em relação às condições socioeconômico-ambientais que se apresentam, sem contar que só a discussão e a existência de uma Agenda 21 municipal forneceria elementos para que houvesse aumento da conscientização social, melhorando o prestígio ambiental do município no cenário nacional e mundial, trazendo daí conseqüências importantes, como a melhoria da qualidade de vida, a possibilidade de empréstimos das agências internacionais de fomento, etc. A Agenda local deve se espelhar ao máximo possível na Agenda 21, atendendo suas diretrizes e recomendações.

As medidas propostas até o presente momento são respaldadas pelo arcabouço legislativo existente no Brasil, considerado um dos mais importantes e bem organizados do mundo, mas que ainda não tem comprovado sua eficiência plena, em certos casos. Nesse sentido, as ações do poder público e dos movimentos sociais, em

prol das questões ambientais, encontram suporte legal para existirem e funcionarem. Para efetivar essas medidas e ações, serão citadas algumas leis, com o objetivo de demonstrar o aparato legislativo e suas determinações, dentro da ótica ambiental. A ordenação destas leis, segundo silva (2002, p. 147), reintera a discussão da sociedade brasileira em cada momento histórico em que as adversidades político-econômicas fomentavam o quadro de desinteresse pela questão ambiental.

Década de 60:

- a) Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965: institui o Código Florestal brasileiro e garante a preservação permanente, dentro das hierarquias do poder constituído, sobre as florestas existentes no território e área de jurisdição brasileira.
- b) Lei nº. 5.197, de 03 de janeiro de 1976: dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências, garantindo a sobrevivência e reprodução das espécies vivas brasileiras.
- c) Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967: institui a proteção e estímulos à pesca, procurando regulamentar esta atividade no país, tanto nos moldes convencionais quanto na prática esportiva.

Década de 70:

- 1. A Lei nº. 6.766, de 19 de dezembro de 1977: definiu os princípios gerais para o parcelamento do solo urbano.

Década de 80:

- a) Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981: dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.
- b) Lei nº. 7.653, de 12 de Fevereiro de 1989: altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº. 5.197, que dispõe sobre a proteção à fauna.
- c) Lei nº. 7.802, de 12 de julho de 1989: dispõe sobre a pesquisa, experimentação, produção e outros aspectos sobre o uso e fins dos agrotóxicos.

Década de 90 e início deste século:

- a) Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: institui a lei de crimes ambientais e suas penalidades.
- b) Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999: dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental.
- c) Lei nº. 9.985, de julho de 2000: institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Os instrumentos legislativos que se encontram à disposição da cidadania são diversos, como é possível se observar, porém necessitam de aperfeiçoamentos constantes, para que possam existir para a maioria da população, as quais carecem de justiça ambiental e social. Para a aplicação da justiça ambiental, o conhecimento cada vez maior por parte da coletividade dos seus direitos é condição primeira. Conhecendo é possível exigir mudanças.

Acredita-se que o Planejamento, a Gestão e as Ações que visam aperfeiçoar a relação histórica entre o homem (sociedade) e seu meio natural (habitat) são produto da organização social, na qual as estruturas governamentais devem estar a serviço da população, combatendo a miséria, o desemprego, a prostituição infantil, a ausência de escolas, a degradação ambiental, etc. Enquanto a sociedade capitalista conviver com a crise socioambiental, não haverá equilíbrio ecológico capaz de gerar emprego, distribuição de renda, proteção ambiental.

O princípio da cooperação entre todos os agentes, indivíduos, organizações, é um outro ingrediente indispensável nessa utopia viável. E uma das políticas mais divulgadas e debatidas no mundo poderia ser implantada em nosso município. Nesse caso, o chamado Desenvolvimento Sustentável. Seria necessária uma ampla discussão e negociação envolvendo diversos segmentos sociais, com projeções a longo e a médio prazo. Entretanto, a pouca mobilidade social e a ausência do nosso governo nas questões ambientais fragiliza a prática da sustentabilidade ecológica municipal e relegam a comunidade abaetetubense a um futuro incerto e desprovido de condições dignas de sobrevivência.

- A criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA.

Em Abaetetuba, a política para o meio ambiente urbano consiste na atuação conjunta da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente - SESMAB e da Secretaria de Obras- seob. Porém, o que se verifica é que não existe atuação específica da SESMAB relacionada a realidades ambientais, como a execução de um planejamento ambiental que atue de forma a contemplar as áreas e situações demonstradas anteriormente, considerando as áreas de risco do município, as formas de ocupação nas porções florestadas, o controle e a fiscalização da exploração dos recursos naturais locais, etc. Como secretaria de saúde e meio ambiente, a SESMAB atua de forma mais específica na dimensão de saúde pública, sendo que o meio ambiente é entendido pelo quadro técnico deste órgão como área de saneamento médico-hospitalar.

Portanto, haveria a necessidade de se criar a SEMA, a qual seria independente do ponto de vista administrativo, técnico e burocrático, e viria a estabelecer parceria com as demais secretarias municipais na elaboração de planos para a implementação de políticas públicas socioambientais.

ÁREAS URBANAS DE MAIORES IMPACTOS AMBIENTAIS

O município de Abaetetuba pertence à Mesorregião do Nordeste do Pará e à Microrregião de Cametá. O município tem área de 1.607,45 km² e sua população é de 120.016 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2000. Abaetetuba possui uma área geográfica formada por um conjunto de 45 ilhas, pelo núcleo urbano (14 bairros) e pela zona rural.

A ocupação urbana em Abaetetuba desenvolveu-se historicamente durante o início do século XX, nas proximidades do rio Maratauíra, afluente do rio Pará, quando foi estabelecido, nesta porção da cidade, um incipiente entreposto comercial sustentado pela venda de produtos regionais como pescado, frutas e ervas, cultivadas pelos ribeirinhos de localidades próximas. A ocupação habitacional

expandiu-se paralelamente em relação ao rio.

Entretanto, o crescimento urbano de Abaetetuba está, sem dúvida, relacionado com o estabelecimento do complexo Albrás-Alunorte, no distrito industrial de Barcarena na década de 80. O estabelecimento dessa atividade produtiva de beneficiamento extrativista (a bauxita e a alumina) gerou, de imediato, centenas de empregos a curto e longo prazo, desencadeando um forte êxodo rural de localidades adjacentes em direção às duas cidades acima, além de atrair mão-de-obra nordestina. O crescimento demográfico em Abaetetuba acelerou-se, em virtude dessas circunstâncias. As habitações e os comércios cada vez mais se firmavam em áreas circundantes ao núcleo urbano, ocupando os terrenos de mata através da destruição desta. Nesse sentido, os problemas ambientais urbanos se expandiam na medida em que o crescimento urbano se daria em proporções desordenadas. É possível verificar a mudança de deslocamento urbano, em função do fluxo de comércio e pessoas em direção à Rod. Dr. João Miranda, a qual se integra à PA 151, construída para facilitar a integração dos municípios do Baixo Tocantins à capital Belém.

Analizando os impactos provocados pela valorização capitalista na microrregião do Baixo - Tocantins, a partir da construção do complexo de beneficiamento mineral (Albrás-Alunorte), verifica-se o agravamento de vários aspectos urbanos, tais como o da moradia, de saneamento e o ambiental. Para se compreender essa realidade serão utilizados, como parte integrante da malha urbana de Abaetetuba, o bairro de São João e o bairro Centro, exemplos desta situação.

O bairro de São João está localizado na porção noroeste de Abaetetuba, com aproximadamente 1,786 km², correspondendo a 1,6% da área urbana da cidade. O bairro teve origem na década de 80, com a intensificação do comércio fluvial ribeirinho utilizando as margens desta localidade como cais - e a instalação de serrarias e estaleiros para atender às crescentes demandas dos novos empreendimentos estabelecidos em função do complexo Albrás-Alunorte. As atuações de grupos religiosos católicos e protestantes ajudaram na organização de centros comunitários e na construção de igrejas, favorecendo a ocupação local.

A maioria dos moradores deste bairro provém das ilhas do município, os quais objetivando o sonho de uma vida melhor, deixaram para trás a vida ribeirinha na expectativa de terem acesso a saúde, a educação e o emprego mais bem remunerado na cidade. Entretanto, por encontrar-se em uma área de baixa altimetria (aprox. 5m acima do nível do mar) e em zona de alagamento, a ocupação neste bairro acabou por estabelecer centenas de submoradias e palafitas.

No quadro de infra-estrutura e serviços públicos a realidade é comprometedor. Não existe esgoto e o sistema de abastecimento é precário. As fossas biológicas despejam diretamente, nos pequenos canais, seus detritos. A coleta de lixo é irregular e o entulho acumula-se a cada esquina. A proliferação de ratos e insetos favorece o surgimento de doenças, que afetam principalmente crianças e idosos.

Esse quadro de precariedade urbana compromete o bem-estar da população, pelos riscos evidentes de moléstias e debilidade salutar. Também agride de forma direta os ecossistemas de várzea, com a perda da cobertura vegetal ciliar e da ictiofauna. Favorece o processo erosivo, pressionando a carga de suspensão dos rios através de material erodido, gerando o assoreamento.

Já o bairro Centro compreende uma outra realidade no conjunto territorial urbano de Abaetetuba. O evidente favorecimento da administração pública a este bairro impregnou na paisagem local melhorias na infra-estrutura com a oferta de serviços e equipamentos públicos, ocasionando a valorização de terrenos e imobiliária. Os empreendimentos comerciais e a presença da forte elite municipal, nesta área, contribuíram para a existência de um governo centralizado, no que concerne às políticas urbanas.

Entretanto, apesar de apresentar-se mais bem estruturado (iluminação, esgoto, asfalto...) diante do conjunto urbano, o bairro Centro também possui forte contraste degradativo para o meio ambiente. Merece destaque a poluição sonoro-visual, de fácil percepção na paisagem urbana. São dezenas de *outdoor*, faixas, cartazes e letreiros que ocupam calçadas e vias públicas. O código de postura do município proíbe tais abusos, mas não é utilizado pelo poder público local. O nível de poluição sonora na mesma área já foi

medido pelo Conselho Municipal de Saúde e está acima do permitido por Lei (dado de 1999).

Outro aspecto comprometedor ao meio ambiente é o despejo do esgoto subterrâneo do bairro Centro direto no rio Maratauíra, o qual banha a orla da cidade. Os detritos urbanos acabam se deteriorando em contato com a água, liberando substâncias tóxicas e facilitando o aparecimento de organismos anaeróbicos que comprometem a sobrevivência de organismos vivos que necessitam de oxigênio.

Além desse cenário insustentável, existe o comprometimento paisagístico urbano, no que diz respeito à ocupação desordenada das ruas na área comercial de Abaetetuba. O amontoado de bancas, quiosques, tendas, oferecendo desde produtos alimentícios até material escolar, mistura-se a pessoas, veículos automotores e de tração animal. Existe, ainda, a proliferação de poços artesanais próximos às cisternas biológicas, as quais podem contaminar os aquíferos e lençóis freáticos prejudicando a qualidade dos mananciais que abastecem a cidade.

A realidade nestes dois exemplos de áreas urbanas demonstra, de forma simples, mas objetiva, a paisagem contraditória dos aspectos ambientais e a ausência do poder público em desenvolver mecanismos eficientes para a construção de um ambiente urbano de boa qualidade socioambiental.

A mudança desses aspectos socioambientais não recai somente na inclusão de políticas públicas e na capacitação técnica do poder local (executivo-legislativo) para engendrar uma ação positiva do Estado na ordenação do espaço urbano.

É primordial que a comunidade em geral e os diversos agentes sociais possam realizar a inclusão de uma filosofia de vida baseada na permuta de objetivos comuns no que concerne ao meio ambiente urbano, o qual será construído dialético e histórico da dinâmica social na dimensão geográfica local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cledson Nahum. *Poder local e meio ambiente urbano: uma análise*

do planejamento ambiental da gestão municipal de Abaetetuba. Abaetetuba: UFPA, 2003 (Trabalho de Conclusão de Curso).

BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. Rio de Janeiro: Ed: Vozes, 1997.

BOEIRA, Sergio Luiz. *Política e gestão ambiental no Brasil: da Rio-92 ao estatuto da cidade*. II ENCONTRO DA ANPPAS. Campinas – SP, 2004.

CARVALHO, Sonia Nohas de. *Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor*. Vol. 15, n. 04. São Paulo: Persp, 2001, p. 130-135.

CIMINO, Marly Alvarez. *Desenvolvimento sustentável - Agenda 21*. Disponível em: http://www.editorasegmento.com.br/semesp2/detalhes_tese.php?cod_tese=9. Acesso em: 20 Dez. 2004.

COSTA, Luiz Carlos. *Comentário Sobre o Plano Diretor de São Paulo*. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/eventos/relatorio/planodiretor.doc>. Acesso em: 2004.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL - 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 07 Dez. 2004.

FILHO, Cândido Malta Campos. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos: o que os cidadãos brasileiros devem fazer para a humanização das cidades*. São Paulo: Nobel, 1989. (Coleção Cidade Aberta).

FÓRUM MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - *Agenda 21*. Disponível em: <http://www.agenda21saoluis.ma.gov.br/hp/perguntas/index.asp1>. Acesso em: 13 Agosto 2005.

MMA. *Agenda ambiental na administração pública*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 22 Set. 2004.

MUNIZ e LIMA. Construindo cidades sustentáveis através do planejamento urbano: uma visão do processo de gestão nas cidades brasileiras. In: *VII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Santiago de Chile, 24-27 de mayo 2005.

NOVAES, Ricardo Carneiro. *Desenvolvimento sustentável na escala local: a Agenda 21 como Estratégia para a Construção da Sustentabilidade*. Procarn -

USP. 2002, p. 06 e 10.

SANTOS, Ezequiel Carneiro dos. *Avaliação e Impacto Ambiental (ALA) e sua utilização como Processo/Instrumento de Gestão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Mineração no Estado do Pará. O caso do Projeto Pará pigmentos S/A..* Belém: NAEA/UFPA, 1999 (Tese de Doutorado).

SILVA, Américo Neves da. *Apostila de leis ambientais.* São Paulo: Ed. Independente, 2002.

SOUZA. Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.* 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Bacia hidrográfica: aspectos teóricos e conceituais

Shirley Capela Tozi

INTRODUÇÃO

O conceito de bacia hidrográfica vem passando ao longo dos anos por várias mudanças, principalmente no que se refere à sua aplicabilidade pelos diversos profissionais que, a partir das transformações conceituais começaram ou continuaram a utilizá-lo. O mesmo se pode dizer dos geógrafos e da própria geografia.

Assim, este artigo é um ensaio acerca das origens e transformações teórico-conceituais de bacia hidrográfica, enfatizando sua aplicabilidade nas atividades dos profissionais da ciência geográfica.

ABORDAGENS INICIAIS

De acordo com Gregory (1976), é difícil determinar exatamente quando e como surgiu o conceito de bacia hidrográfica. O que se sabe até então é que os primeiros profissionais a estudarem tal assunto, ou partes do sistema que a compõe, foram os engenheiros agrônomos.

Assim, por volta do final do século XVIII e início do XIX, por meio de estudos sobre escoamento superficial e processos erosivos, nasceu a hidrologia continental e a geomorfologia dinâmica, influenciadas pela escola possibilista e pelos geólogos (CASSETI, 1995; MENDONÇA, 1997).

A postura geomorfológica proposta por Willian Morris Davis em 1899, através do “Geographical Cycle”, influenciou e motivou estudos do relevo e, conseqüentemente, das relações processuais, análises dos fenômenos e mapeamento geológico, entre outros estudos. Também influenciado pelos estudos de Davis, Emmanuel

De Martonne editou em 1909 a sua obra “*Traité de Geographie Physique Generale*”, que estimulou o estudo individualizado de ramos da geografia, dando ênfase à geomorfologia. Assim,

(...) a geografia física caracterizou-se então por estudos dos aspectos do quadro natural do planeta, tratados de maneira individualizada entre si e completamente distante da geografia humana, constituindo-se verdadeiramente numa ciência da natureza consideravelmente distante do princípio básico da geografia no geral. Se no estudo da geografia a relação entre homem e natureza aparece como objetivo básico, aquela geografia física demartonianiana esteve sensivelmente longe destes propósitos na medida em que excluiu quase que completamente o homem de seu quadro de abordagens e preocupações, servindo como mero auxiliar de suporte para a geografia humana em alguns estudos de casos (MENDONÇA, 1997, p. 34).

Ainda neste clima davisiano, um dos críticos da Teoria do Ciclo Geográfico, S. Passarge, a partir de 1912, introduziu novos conceitos na geografia, com o de fisiologia da paisagem, a idéia de organismo na geografia e, conseqüentemente de ecologia, baseado na obra de Charles Darwin sobre a origem e evolução das espécies. Em 1924, W. Penck, valorizando os estudos dos processos, em oposição a Davis, preconiza um sistema de referência, que relaciona vertente e curso d'água, em cuja evolução a vertente e o comportamento do canal estão intrinsecamente relacionados, motivando e modificando os estudos da vertente e dos cursos d'água. Ainda não existia um conceito que englobasse vertente e curso d'água. Em 1933 e 1945, Horton delineou o modelo clássico de hidrologia da vertente (Modelo de Escoamento Superficial), no qual levava em consideração para a evolução da vertente a infiltração, o abastecimento, a saturação, o escoamento dos cursos d'água e a ordenação de rios, e relacionando a forma com o processo.

A vertente, nas décadas de 1950 e 1960, tornou-se a nova área de exploração da geografia, com que desta trabalhos de diversos

pesquisadores, como Strahler (1950, 1952 e 1954), que valoriza o estudo da vertente e da drenagem na geomorfologia; Bakker e Le Deux (1952); Pit Young (1960); Leopold, Wolman e Miller (1964), com estudos na morfologia fluvial; Morisawa (1968), com estudos dos rios; Haggett e Chorley (1969); Cason e Kirkby (1972); Gregory e Walling (1973), que estudaram os processos atuantes e as formas de bacias de drenagem; A. Young (1974); e Dunne e Leopold (1978), que relacionaram água com planejamento ambiental.

DA TEORIA DE SISTEMAS AO GEOSSISTEMA

A Teoria Geral dos Sistemas surgiu nos Estados Unidos, no final dos anos 20, com R. Defay e com a publicação de trabalhos científicos do biólogo austríaco Ludwing Von Bertalanffy; entretanto, só ganhou notoriedade após a 2ª Guerra Mundial, nas décadas de 1950 e 1960, coincidindo com o mesmo período do apogeu dos estudos das vertentes e a associação desta com seu entorno. Segundo Bertalanffy, tal fato se deve, em primeiro lugar, ao desenvolvimento de pesquisas científicas que adotavam categorias de análise e modelos explicativos da teoria de sistemas. Em segundo lugar, à ampla aplicação da teoria de sistemas nos diversos campos científicos que após a 2ª Guerra Mundial, ocorreu devido ao desenvolvimento de pesquisas dos computadores e de tecnologias bélicas de funcionamento cibernético. Referindo-se ao desenvolvimento da teoria geral de sistemas, Bertalanffy (1975, p. 19-20) diz:

Esta evolução seria simplesmente mais uma das múltiplas facetas da modificação que se passa em nossa sociedade tecnológica contemporânea se não fosse a existência de um importante fator que não pode ser devidamente compreendida pelas técnicas altamente complicadas e necessariamente especializadas da ciência dos computadores, da engenharia dos sistemas e campos relacionados com estas ultimas (...). Trata-se de uma transformação nas categorias básicas de pensamento da qual as complexidades da moderna tecnologia são apenas uma – e possivelmente não a mais importante – manifestação. De uma maneira ou

de outra, somos forçados a tratar com complexos, ‘totalidades’ ou ‘sistemas’ em todos os campos de conhecimento. Isto implica uma fundamental reorientação do pensamento científico.

Portanto, foram mudanças na estrutura conceitual e metodológica de diversas ciências particulares e o surgimento de tecnologias de alto conteúdo cibernético que constituíram os condicionamentos para o desenvolvimento da teoria geral de sistemas.

Assim, pode-se definir a teoria geral dos sistemas como um novo paradigma de ciência e um novo método de abordagem da realidade física e humana que tem por objetivo compreender e explicar a organização, o funcionamento e a interação de entidades chamadas sistemas. Em outras palavras, a finalidade básica da teoria geral de sistemas é fornecer um arcabouço conceitual e metodológico capaz de apreender a estrutura interna e a inter-relação de sistema.

Além do conceito de sistema, há outros conceitos fundamentais dentro da teoria de sistemas. Tais conceitos são:

- *Input* – é tudo aquilo o que entra no sistema, ou seja, a informação captada;
- *Output* – é tudo o que sai do sistema, isto é, a resposta já elaborada;
- Conversão – é o processo de transformação do input em output, isto é, é o processo de elaboração da resposta;
- *Feedback* (retroalimentação) – refere-se à propriedade central do sistema. O output religa-se ao input, dando a condição de como o sistema continua a persistir e a possibilidade de o output ser reintroduzido como input;
- Cibernética – Bertalanffy (1975, p. 41) assim descreve: “é uma teoria dos sistemas de controle baseada na comunicação (transferência de informação) entre o sistema e o meio e dentro do sistema, e do controle (retroação) da função dos sistemas com respeito ao ambiente...”. O fenômeno cibernético está diretamente relacionado ao mecanismo de auto-regulação.

Quanto aos propósitos da teoria de sistemas, pode-se dizer que

tem a clara intenção de unificar a ciência por meio da formulação de uma metodologia comum aos diversos campos científicos e de reduzir as distâncias que separam as ciências naturais das sociais, através da intensificação da interdisciplinariedade.

A aplicação da teoria geral de sistemas aos estudos geográficos serviu para melhor focalizar as pesquisas e para delinear com maior exatidão o domínio de estudo desta ciência, além de propiciar oportunidade para reconsiderações críticas de muitos dos seus conceitos. Com isto, a bacia hidrográfica é vista como um sistema, no qual deve ser levado em consideração que as condições climáticas, geológicas, biogeográficas e morfogênicas compõem o seu ambiente e que a rede de canais e as vertentes são os dois principais elementos da bacia hidrográfica.

No âmbito da geografia física, a aplicação da teoria de sistemas possibilitou uma grande renovação dos conceitos e das formas de conceber os fenômenos naturais relativos ao campo de pesquisa da geografia. Conceitos como input, output, retroalimentação, sistemas abertos e fechados, estado de equilíbrio e readaptação, entre outros, deram um impulso extraordinário aos estudos e desenvolvimento da geografia física. Entretanto, no âmbito da geografia humana a teoria não obteve grande êxito. Isto se deve, em parte, ao excesso de formalismo matemático que caracteriza a teoria. Tal formalismo dificulta a apreensão dos processos histórico-sociais responsáveis pela configuração do espaço geográfico. Não obstante, a aplicação da teoria de sistemas na geografia humana serviu para aperfeiçoar as técnicas de coleta de dados, bem como possibilitou a formulação de alguns modelos explicativos que realmente serviram para explicar determinados aspectos do espaço geográfico e, na década de 1950 e 1960, influenciou a geografia a iniciar uma nova fase da geografia, denominada Nova Geografia.

Envoltos nesse período da nova geografia, conhecido também como período da Revolução Quantitativa e Teorética, foram produzidos outros métodos de estudo da geografia física: o estudo da paisagem, o ecossistema e o geossistema.

Concomitante ao período da nova geografia desenvolve-se

mais intensamente o estudo da paisagem, fora da concepção artística, tornando-a mais científica. A paisagem então, seria a combinação de vários elementos da natureza – geomorfologia, clima, hidrologia, vegetação, solo e fauna. Segundo Mendonça (1997, p. 46) paisagem pode ser compreendida como “tudo aquilo que é perceptível aos olhos, compreendendo um conjunto de elementos em dada porção do planeta”. Humboldt considera que a partir do estudo da paisagem pode-se caracterizar um aspecto espacial, em consequência das diferenciações paisagísticas da vegetação e das leis que regem o conjunto da natureza.

Embora, para muitos, ecossistema seja sinônimo de paisagem, na verdade, têm significados bem diferentes. Para Tricard (1981 apud RODRIGUES, 1997, p. 17):

(...) a paisagem é originalmente um ser lógico, espacial, concreto. Apenas tardiamente ela adquiriu a dimensão lógica de um sistema. Ao contrário, o ecossistema é, desde seu nascimento, um ser lógico caracterizado por uma estrutura de sistema. Ele não tem dimensão, ele não é espacializado, ele não é concreto. É afetado (...) pela ausência de um caráter concreto e, em decorrência, a da espacialização.

As décadas de 1950 e 1960 são consideradas como o período de afirmação do estudo da paisagem. No desenvolvimento dos estudos da paisagem apareceram três tendências, das quais uma a considera como unidade sistêmica. Entendendo a paisagem como um sistema inserido no quadro natural complexo, Sotchava lança, em 1963, o termo geossistema. O geossistema também modificou a visão verticalizada que se tinha do ecossistema, ou seja, o geossistema engloba o ecossistema, combinando dinamicamente elementos físicos, biológicos e antrópicos. Na visão do biólogo e na do ecólogo, a natureza e, portanto, o ecossistema é “uma estrutura de andares, ciclos biogeoquímicos, produção de biomassa, aspectos fito e zoossociológicos” (MENDONÇA, 1997, p. 48).

Para Georges Bertrand (1968 apud CASSETI 1997, p. 47) o

conceito de geossistema “expressa o sentido de uma geografia física global (espaço geográfico), composto de dois subconjuntos: um físico (potencial ecológico e exploração biológica) e outro humano”.

No final da década de 1960 e no início da de 1970, Chorley introduz a análise sistêmica nos estudos de bacia hidrográfica, colocando-a como unidade geomorfológica fundamental, impulsionando estudos referentes à bacia hidrográfica e à geomorfologia. Este impulso fez com que durante muito tempo, apesar de a abordagem sistêmica ou geossistêmica já existirem, os estudos de bacia hidrográfica fossem feitos apenas como unidade geomorfológica.

OUTRAS ABORDAGENS

A visão compartimentada e não geossistêmica da bacia hidrográfica, como já mencionamos, foi amplamente estudada na geomorfologia, na hidrologia e na hidrogeologia. A geomorfologia, principalmente a fluvial, foi o campo que desenvolveu intensamente as perguntas a cerca da bacia hidrográfica, sendo estudados os padrões de drenagem, a hierarquia e os tipos de rios. Para Ab’ Saber (1977, p. 45), “as bacias de drenagem são domínios regionais de redes hidrográficas, observadas sob o critério do destino das águas correntes”. Segundo Batista (1995, p. 223), “a drenagem fluvial é constituída por um conjunto de canais de escoamento interligados”. Já Guerra & Guerra (1997, p.75 e 76) afirmam que

Bacia hidrográfica é o conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes. (...) A noção de bacia hidrográfica obriga naturalmente a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores d’água, cursos d’água principais, afluentes, subafluentes etc. (...) O conceito de bacia hidrográfica deve incluir também uma noção de dinamismo (...).

Os conceitos citados acima revelam que no estudo da bacia hidrográfica só era levado em consideração o estudo dos aspectos físicos da bacia. Durante muito tempo o geógrafo físico ignorou o significado da atividade humana na natureza. Mas com o aprofun-

damento dos estudos na ecologia, verificou-se que a natureza é influenciada pelas atividades humanas. No estudo da bacia hidrográfica isso pode ser comprovado na qualidade das águas da bacia, relacionada às atividades que eram exercidas no seu entorno. O significado das ações do homem sobre a natureza foram mostrados a partir dos estudos dos ecólogos e dos impactos causados. A consciência ecológica fez com que estudos fossem modificados. Com isto, a bacia hidrográfica tornou-se um campo de estudos não apenas geomorfológico ou hidrogeológico, mas também voltado para as ações e conseqüências das atividades humanas na natureza. Segundo Odum (1983 apud RODRIGUES, 1997, p. 19):

(...) o conceito de bacia hidrográfica ajuda a colocar em perspectiva muitos dos nossos problemas e conflitos (...) geralmente, é o gerenciamento incorreto dessa bacia que destrói nossos recursos aquáticos. A bacia hidrográfica inteira, e não somente a massa de água ou trecho de vegetação, deve ser considerada a unidade mínima de ecossistema, quando se trata de interesses humanos.

Na definição de Odum, já podemos perceber a inclusão da análise geossistêmica na bacia hidrográfica, adotando também uma abordagem multidisciplinar para equacionar os problemas ocasionados pelas atividades humanas.

A incorporação do pensamento ambientalista e ecologista no cotidiano das pessoas associou o estilo desenvolvimentista com os problemas ambientais, concluindo que não basta apenas tratar das conseqüências do modelo desenvolvimentista capitalista, mas sim corrigi-lo, procurando estabelecer uma forma de desenvolvimento econômico que tivesse suporte ambiental, associando desenvolvimento e política ambiental. Com isto, a partir da década de 1990 a bacia hidrográfica foi adotada como unidade de gestão ambiental e territorial. Assim,

(...) o tamanho da bacia escolhida para o estudo ou gerenciamento pode ser ajustado às características físicas, da diversidade de ocupação, dos problemas

ambientais, dos aspectos sócio-econômicos, culturais e institucionais, bem como do objetivo do tempo e do potencial humano disponível” (PROCHNOW, apud ANDREOLI e SOUZA, 1992, p. 100).

O uso da bacia hidrográfica, como unidade de estudo e gestão ambiental, para o gerenciamento das diferentes formas de ocupação e uso das diversas potencialidades ambientais, tais como os recursos minerais, florestais, agropecuários, hídricos, pesqueiro, energético etc, tem como objetivo planejar, coordenar, executar e manejar as melhores formas de apropriação e exploração desses recursos ambientais, proporcionando o desenvolvimento sócio-econômico das suas respectivas populações e a sustentabilidade dos recursos ambientais, diminuindo ou evitando a degradação da qualidade de vida. (BORDALO, 1998, p. 43).

No início a adoção da bacia hidrográfica como unidade de gestão e planejamento visava apenas aos problemas relacionados com a água, controle de inundações, irrigação, navegação e abastecimento. No entanto, o estudo e o planejamento da bacia hidrográfica tornaram-se, enfim, uma perfeita representação da análise geossistêmica, ou seja, o estudo da bacia hidrográfica engloba os aspectos físicos, ambientais, econômicos, sociais e políticos.

Diante desta outra perspectiva de gestão da bacia hidrográfica, esta também se torna unidade territorial, na qual se regula a atividade da sociedade que dela se utiliza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo o homem foi excluído dos estudos relacionados com a natureza e/ou com partes dela, desvinculação muitas vezes solidificada pelo estudo compartimentado da geografia.

Se por um lado o estudo compartimentado proporcionou o avanço e desenvolvimento de partes da geografia, por outro observou tardiamente a associação do homem com os problemas na natureza.

Foi também o que ocorreu com o estudo da bacia hidrográfica, compartimentada em estudo das vertentes, erosão fluvial, morfologia fluvial, balanço hidrológico, etc. Somente a partir da aplicação

da Teoria Geral de Sistemas e posteriormente de geossistema, a bacia hidrográfica pôde ser observada como um todo dinâmico, interligando vários aspectos, desde a paisagem abarcada pelo olhar até as conseqüências das atividades antrópicas.

Assim, as discussões referentes à capacidade de suporte da natureza, em relação às atividades de exploração do homem fizeram com que se pensasse sobre a gestão dos recursos naturais – hídricos, mais especificamente. Nesse contexto de uso e exploração de recursos hídricos foi que se concebeu a bacia hidrográfica como unidade de gestão territorial, na qual se podem estabelecer formas e limites de exploração, bem como delimitar um dado espaço com todos seus aspectos físicos e dinâmicos, sem ter prejuízo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. Projeto Brasileiro para o Ensino de Geografia: Formas do Relevo – texto básico. São Paulo: Edart, 1977.

ANDREOLI, C. V. & SOUZA, M. Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas. In: Ecologia e Desenvolvimento. APED. RJ, 1992. p. 99 -118.

BATISTA, S.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia: uma Atualização de Bases e Conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995 – 2ª edição.

BERTALANFFY, L. V. Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis: Vozes, 1975.

BORDALO, C. A. L. Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas: Um estudo de caso dos mananciais do Utinga – PA. Bacias dos Igarapés Murucu-tum e Água Preta. Presidente Prudente, 1998 (Dissertação de Mestrado).

CASSETI, V. Ambiente e Apropriação do Relevo. SP: Contexto, 1995.

CHRISTOFOLETTI, A. Análise de Sistemas em Geografia. São Paulo: Hucitec, 1979.

GREGORY, K. J. A Natureza da Geografia Física. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GUERRA, A.T.; GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-

Geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LANNA, A. E. L. Gerenciamento de Bacia Hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos. IBAMA: Brasília, 1995.

MENDONÇA, F. Geografia Física: Ciência Humana?. SP: Contexto, 1995.

RODRIGUES, S. R. O Uso da Terra e a Qualidade das Águas Superficiais da Bacia do Rio Sapucaí-Guaçu, no Município de Campos do Jordão – S.P. São Paulo:1997 (Dissertação de Mestrado).

TOZI, S. C. ESSE RIO É MINHA RUA, MINHA E TUA! Uma discussão sobre gestão de recursos hídricos. DEGEO/UFGA. Belém – PA, 2002 (Trabalho de Conclusão de Curso).

Gestão em bacia hidrográfica na Amazônia: uma reflexão das experiências de gestão dos mananciais da Região Metropolitana de Belém - Pará

Carlos Alexandre Leão Bordalo

INTRODUÇÃO

A questão que envolve a gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na Amazônia, em particular as que são destinadas ao abastecimento de 70% da população das cidades localizadas na Região Metropolitana de Belém – Pará (RMB), requer o desenvolvimento de um estudo capaz de fornecer uma referencia teórico-metodológica relativo ao uso das bacias hidrográficas como unidades de gestão integrada entre estado e prefeituras, por meio da participação dos moradores e demais usuários locais da água.

O nosso objetivo se fundamenta na necessidade de identificarmos e avaliarmos os vinte anos (1984 – 2004) de políticas implementadas pelo Governo do Estado do Pará e pelas Prefeituras Municipais de Belém e Ananindeua, para proteção e gestão dos mananciais do Utinga.

Dentre essas políticas voltadas à gestão desses mananciais destacamos os Decretos Estaduais: nº 3.251/84 e o 3.252/84, criando, respectivamente, a Área de Proteção Sanitária – Lago Bolonha e Água Preta, com 1.598,10 há, e a Área de Proteção Especial para fins de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de Belém, com aproximadamente de 1.825,20 ha; o nº 1551/93, a Área de Proteção Ambiental dos mananciais de abastecimento de água de Belém – APA Belém, e o nº 1552/93, que criou o Parque Ambiental de Belém;

bem como a Lei 6.381/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Metodologicamente, opinou-se por uma vasta pesquisa sobre as diferentes experiências implementadas pelo Governo do Estado do Pará e pelas Prefeituras Municipais da RMB, voltadas à gestão ambiental e hídrica das microbacias hidrográficas dos Igarapés Murutucum e Água Preta, formadores dos mananciais do Utinga, responsáveis pelo abastecimento de 70% da população da RMB.

Durante a pesquisa foram feitos levantamentos bibliográficos e documentais sobre leis, decretos, resoluções, programas e projetos, assim como em teses, dissertações, relatórios técnicos e publicações nas instituições de pesquisa, órgãos públicos, bibliotecas especializadas e na rede mundial de computadores.

Sobre a gestão de bacias hidrográficas, vários autores foram pesquisados, como: Freitas & Ker (1990), Andreolli & Souza (1992), Lanna (1995), Magalhães (1995), Pires & Santos (1995), Bressan (1996) e Tundisi (2003), que procuram ressaltar a importância do uso da bacia hidrográfica como unidade territorial ideal para a gestão dos recursos hídricos, integrada à gestão ambiental.

GESTÃO EM BACIA HIDROGRÁFICA: UMA VISÃO SISTÊMICA INTEGRADA

A proposição de uma gestão ambiental em bacias hidrográficas surge como um importante exemplo do desenvolvimento de instrumental metodológico, para a dinâmica da relação sociedade e natureza, dentro de uma perspectiva inter e multidisciplinar, rompendo com os valores positivistas. Dessa forma, o seu emprego possibilita a adoção de medidas de gestão que levarão ao desenvolvimento da bacia de forma sustentável.

Para Lanna (1995), o Gerenciamento de Bacia Hidrográfica (GBH) é um instrumento que orienta o poder público e a sociedade, no longo prazo, na utilização e monitoramento dos recursos ambientais, naturais, econômicos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

Os instrumentos da gestão ambiental devem estar mais abertos à participação da sociedade em todos os seus segmentos, não só como fiscalizadores, mas como co-gestores, em qual todos devem contribuir para a execução de todas as etapas.

Segundo Yassuda (1989, In: ANDREOLLI & SOUZA 1992), uma alternativa para o estabelecimento de um sistema mais adequado de gestão ambiental é o planejamento por bacias hidrográficas, respeitando-se os ecossistemas homogêneos, inseridos dentro dos planos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental em nível nacional ou regional, integrados com planos executivos em pequenas bacias. Este processo de planejamento não pode ser dissociado do seu gerenciamento baseado na integração participativa, buscando trazer para dentro do processo as discussões sobre os conflitos de uso a partir da vontade política local.

A experiência de gestão ambiental e dos recursos hídricos, utilizando como unidade de estudo as bacias hidrográficas, vem sendo realizada nos países desenvolvidos desde a década de oitenta (OCDE,1987; Yassuda,1989; Walling,1980), onde as características ambientais são somadas às diversidades socioeconômicas.

No Brasil, experiências de gestão e manejo ambiental em bacias e microbacias hidrográficas vêm sendo implantadas em alguns Estados do Centro-Sul do País, sendo os mais conhecidos o Rio Guaíba-RG, Rio Benedito-SC, Rio Itajaí-SC, Rio Jacaré-Pepira-PR, Rio Tibagi-PR, Piracicaba-SP e Rio Santa Maria-ES, servindo de referencial teórico e prático para outras experiências, em particular no Estado do Pará.

Freitas e Ker (1990) nos mostram que o primeiro e principal trabalho em microbacias hidrográficas desenvolvido no país iniciou em 1972, no estado da Paraíba, município de Suamé, região do semi-árido, promovido pela SUDENE e ORSTOM/França e CNPq, visando a um estudo hidrológico, com o objetivo de desenvolver dispositivos para medição de escoamento superficial e perda de solo, além de servir para a geração de dados relativos a influência da vegetação sobre o escoamento. O outro foi realizado no sul do país,

sob responsabilidade do IPH/UFRGS, estudando a determinação das perdas de água, solo e nutrientes em pequenas bacias (100 a 500 Km²), em minibacias (100 a 500 ha) e em parcelas (1 a 100 m²), com a finalidade de estudar as práticas que possam reduzir o escoamento superficial e as taxas de erosão, além de conservar o potencial dos solos em épocas de estiagem.

Em relação ao uso da bacia hidrográfica para o gerenciamento dos recursos hídricos, foram realizados vários Encontros Nacionais de Órgãos Gestores (1984-1986), que tiveram como objetivo a elaboração de propostas e diretrizes para criação da Política Nacional dos Recursos Hídricos, nesses encontros se definiram as atividades de gerenciamento, como o planejamento de recursos hídricos, a outorga e a fiscalização de concessões de uso, a coordenação dos múltiplos agentes setoriais que atuam ou interferem no setor e o controle do monitoramento da quantidade e qualidade das águas.

Segundo Cezar Neto (1988), o Sistema Nacional preservaria as atribuições executivas de todos os órgãos federais, como órgão superior teríamos o Conselho Nacional das Águas (CNA), integrados pelos titulares dos Ministérios relacionados com os recursos hídricos. O Comitê Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), como órgão consultivo e deliberativo do nível do colegiado, e o Comitê de Bacias Hidrográficas de Rios Federais (CBHFs), integrados pelos dirigentes de órgãos e entidades setoriais, regionais, federais, estaduais, territoriais, do Distrito Federal e municipais, relacionados com o uso das águas nas respectivas bacias, e de entidades privadas, assim como representantes dos usuários e da comunidade. É importante observar que o gerenciamento de bacia hidrográfica é enquadrado na legislação como componente do gerenciamento de recursos hídricos.

O uso da bacia hidrográfica como unidade de estudo e gestão ambiental para o gerenciamento das diferentes formas de ocupação e das diversas potencialidades ambientais, tais como os recursos minerais, florestais, agropecuários, hídricos, pesqueiro, energético etc, tem como objetivo planejar, coordenar, executar e manejar as melhores formas de apropriação e exploração desses recursos ambientais, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico das suas respectivas populações e a sustentabilidade dos recursos ambien-

tais, diminuindo ou evitando a degradação da qualidade de vida.

Segundo Pires e Santos (1995), as abordagens de planejamento e gerenciamento que utilizam a bacia hidrográfica como unidade de trabalho têm evoluído bastante, pois as características biogeofísicas dessas bacias apresentam sistemas ecológicos e hidrológicos relativamente coesos. No início, o processo de gerenciamento e planejamento de bacias hidrográficas visava basicamente à solução de problemas relacionados à água, com prioridade para o controle de inundações, para a irrigação, a navegação ou para o abastecimento público e industrial. O planejamento e o gerenciamento de bacias hidrográficas devem incorporar todos os recursos ambientais da área de drenagem e não apenas o hídrico. Além disso, a abordagem adotada deve integrar os aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos, com ênfase no primeiro, pois a capacidade ambiental de dar suporte ao desenvolvimento possui sempre um limite, a partir do qual todos os outros aspectos serão inevitavelmente afetados.

Antes da adoção da bacia hidrográfica como unidade de estudo e planejamento, os projetos de desenvolvimento econômico, bem como a utilização dos recursos naturais, eram adotados em áreas demarcadas politicamente, como municípios, microrregiões e estados, ou até mesmo em grandes propriedades rurais. Nestes casos são utilizadas como delimitações espaciais as coordenadas geográficas (Norte, Sul, Leste e Oeste), criando-se verdadeiras figuras geométricas representadas através da cartografia, sobrepondo-se às diferentes características ambientais e socioeconômicas que se reproduzem no espaço geográfico.

Os projetos ambientais adotados em áreas delimitadas por coordenadas geográficas estão sujeitos a cometerem inúmeros erros, pois neles podemos encontrar partes de várias bacias hidrográficas que possuem diferentes particularidades nos seus ecossistemas, bem como nas suas relações sociais.

Para Andreolli e Souza (1992), no nível de micro escala, o gerenciamento deve ser feito em microbacia hidrográfica, que constitui a unidade efetiva do processo e, sendo o nível em que as ações se desenvolvem, deve permitir um enfoque sistêmico e

ser considerado como um sistema aberto de natureza intrínseca e dinâmica, inter-relacionados com os sistemas antecedentes e com organização geográfica própria. Portanto, no processo de seleção, o seu tamanho irá depender das características do meio físico e da situação política e socioeconômica em que está inserida, uma vez que as características da água que do meio antrópico.

A área da microbacia depende do objetivo do trabalho que se pretende realizar, uma vez que não existe consenso quanto ao seu tamanho ideal. Pereira (1981) sugere a escolha da área a partir da finalidade, da seguinte forma; a) para verificação do efeito de diferentes práticas agrícolas nas perdas de solo, água e nutrientes, a área não deve exceder os 50 ha; b) o estudo do balanço hídrico e o efeito do uso do solo na vazão final podem ser executados em áreas de até 10.000 ha; c) para estudos que requerem apenas a medição de volume e distribuição de vazão, bacias representativas com áreas de 10 a 50 mil ha. Bordas et al. (1985) fazem referência a uma classificação que inclui: microbacia (área de até 10 ha); minibacias (de 10 a 100 ha); sub-bacias (de 1 a 40 mil ha); e pequenas bacias (acima de 400 km²). Cogo (1988) cita que, com fins hidrológicos, são consideradas ideais as áreas de até 2.500 ha para estimativa de vazão e volumes totais, podendo chegar aos 25 mil ha.

A grande capacidade de ser trabalhada em diferentes dimensões, e indo até as menores unidades de estudo, como as microbacias, que ainda podem ser divididos em alto, médio e baixo curso do rio principal, sem que se perca a totalidade das informações referentes às diversidades socioambientais da bacia hidrográfica como um todo, como instrumento de gestão ambiental, um importante passo para a implantação de diferentes ações de planejamento e manejo.

Segundo Lanna (1995), o manejo de microbacias hidrográficas visa promover a proteção de água, solo e outros recursos ambientais, essenciais à sustentabilidade da atividade econômica e ao controle da degradação ambiental, verificadas em bacias hidrográficas intensamente explotadas pela agricultura. As técnicas e métodos já desenvolvidos pelos programas de manejo têm sido importantes na estratégia (reativa) de recuperação ambiental e (proativa) de

desenvolvimento de qualquer bacia hidrográfica. Sua característica principal é a participação dinâmica e efetiva da comunidade nas decisões voltadas ao estabelecimento do programa de manejo e à sua implementação. A atuação espacialmente mais localizada permite tratar, com um grau de aprofundamento e especificidade bastante razoável, problemas econômicos, sociais e ecológicos comuns a uma determinada comunidade.

Os interesses sociais mais amplos sobre os recursos ambientais exigem, no entanto, que o manejo de uma microbacia seja realizado a partir da consideração da bacia hidrográfica como um todo. O gerenciamento desse todo tem, portanto, uma abrangência espacial mais ampla em complexidade, e incluir todos os agentes sociais interessados: de dentro e fora da bacia, gerações atuais e futuras.

O uso da bacia e da microbacia hidrográfica para o desenvolvimento de planos de manejo ambiental, em que os estudos dos fenômenos físicos e biológicos são analisados de forma integrada e sistêmica, conjugados com os estudos socioeconômicos, define os processos de organização espacial inseridos dentro e fora da área da bacia. A conjunção desses estudos a partir da relação sociedade e natureza proporciona uma melhor interpretação dos fatores que levam à exploração dos recursos naturais, provocando, muitas vezes, a degradação ambiental.

Quem reforça esse argumento é Bressan (1996) quando nos diz que os Programas de Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas fundamentam-se no tratamento da totalidade do espaço contido numa área geográfica drenada por um sistema de cursos d'água que convergem para um leito ou espelho d'água; em outras palavras, isto significa que cada parcela do espaço (cada propriedade) pode ser considerada em seu todo e, ao mesmo tempo, em sua relação com as demais parcelas (conjunto de propriedades). Portanto, trata-se de uma concepção em que a unidade de planejamento e gestão é a bacia hidrográfica ou suas divisões (sub-bacias, microbacias).

Como podemos ver, o uso da bacia hidrográfica como unidade de gestão, seja especificamente dos recursos hídricos, ou mais amplamente, como a ambiental, vem sendo cada vez mais empregado

como palco das ações dos instrumentos de gestão ambiental. Esse processo de integração entre a Gestão Ambiental e a Gestão dos Recursos Hídricos permite uma maior relação direta entre as diferentes formas de uso e apropriação dos recursos naturais, diante da visão sistêmica empregada no conceito de bacia hidrográfica.

Para Magalhães (1995) é importante observar que o gerenciamento de bacia hidrográfica é enquadrado na legislação como componente do gerenciamento de recursos hídricos. O gerenciamento de bacias, no entanto, tem relação direta com o uso do solo, com a vegetação, clima, situação das mata ciliares etc. Vale dizer, que esse gerenciamento tem relação direta com uma política de gestão ambiental mais abrangente que a relativa aos recursos hídricos, *strictu sensu*. Por esta razão, o enquadramento mais específico do gerenciamento de bacias, como categoria específica a receber tratamento legislativo especial, parece atender, com mais adequação aos imperativos da gestão ambiental mais efetiva.

A utilização das bacias hidrográficas como entidade geográfica mais apropriada para o planejamento e gestão dos recursos hídricos se mostra presente em todas as conferências internacionais sobre o referido tema, como também a necessidade de uma integração sistêmica entre todos os aspectos relativos às terras, águas e os diferentes modos de uso e apropriação do solo e dos recursos naturais.

Segundo Tundisi (2003), o conceito de bacia hidrográfica aplicado ao gerenciamento de recursos hídricos estende as barreiras políticas tradicionais (municípios, estados, países) para uma unidade física de gerenciamento, planejamento e desenvolvimento econômico e social (Schiavetti & Camargo, 2002). A falta da visão sistêmica na gestão de recursos hídricos e a incapacidade de incorporar/adaptar o projeto a processos econômicos e sociais atrasam o planejamento e interferem em políticas públicas competentes e saudáveis (Biswas, 1976, 1983). A capacidade de desenvolver um conjunto de indicadores é um aspecto importante do uso dessa unidade no planejamento. A bacia hidrográfica é também um processo descentralizado de conservação e proteção ambiental, sendo um estímulo para a

integração da comunidade e a integração institucional. Os indicadores das condições da bacia hidrográfica também podem apresentar um passo importante na consolidação da descentralização e do gerenciamento.

Para este mesmo autor, a bacia hidrográfica, como unidade de planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, representa um avanço conceitual muito importante e integrado de ação. A abordagem por bacia hidrográfica tem as vantagens e características fundamentais para o desenvolvimento de estudos interdisciplinares, para o gerenciamento dos usos múltiplos e para a conservação. Como podemos ver, a bacia hidrográfica:

- É uma unidade física com fronteiras delimitadas, podendo estender-se por várias escalas espaciais, desde pequenas bacias de 100 a 200 km² até grandes bacias hidrográficas como a bacia do Prata (3.000.000 km²) (Tundisi & Matsumura Tundisi, 1995).
- É um ecossistema hidrológicamente integrado, com componentes e subsistemas interativos.
- Oferece oportunidades para o desenvolvimento de parcerias e a resolução de conflitos (Tundisi & Straskraba, 1995).
- Permite que a população local participe do processo de decisão (Nakamura & Nakajima, 2000).
- Estimula a participação da população e a educação ambiental e sanitária (Tundisi et al, 1997).
- Garante a visão sistêmica adequada para o treinamento em gerenciamento de recursos hídricos e para o controle da eutrofização (gerentes, tomadores de decisão e técnicos) (Tundisi, 1994a).
- É uma forma racional de organização do banco de dados.
- Garante alternativas para o uso dos mananciais e de seus recursos.
- É uma abordagem adequada para proporcionar a elaboração de um banco de dados sobre componentes biogeofísicos, econômicos e sociais.
- Como uma unidade física, com limites bem definidos, o manancial garante uma base de integração institucional (Hufschmidt & McCauley, 1986).

- Com base na abordagem de manancial, promove a integração de cientistas, gerentes e tomadores de decisão com o público em geral, permitindo que eles trabalhem juntos em uma unidade física com limites definidos.

Promove a integração institucional necessária para o gerenciamento do desenvolvimento sustentável (Unesco, 2003).

Cabe, nessa análise sobre a unidade territorial aplicada à gestão ambiental e dos recursos hídricos, uma reflexão quanto às “Políticas Públicas” e seus respectivos modelos de gestão desenvolvidos ao longo do século XX, quando prevaleceu o paradigma da grande oferta do recurso, priorizado na busca de novas fontes, bem como o aumento da capacidade de exploração e distribuição.

Para o paradigma mais atual desenvolvido no final do século XX os objetivos principais não são mais o aumento da oferta de recursos, visto que a maior parte das grandes obras de intervenção hidráulica foram responsáveis pela elevação dos custos financeiros, degradação ambiental, social, exaustão das fontes de recursos, bem como pelo elevado desperdício. O que se deseja é uma visão sistêmica do ambiente, em que as formas de gestão devem estar integradas a todos os elementos que constituem o sistema. Há necessidade de uma maior participação da sociedade no processo de gestão e na adoção de princípios do aumento da eficiência desses sistemas de abastecimento, distribuição e tratamento de água destinados ao abastecimento da população, às indústrias nos centros urbanos e nas áreas rurais com os projetos de irrigação que utilizam tecnologias com baixas perdas hídricas.

O novo paradigma que vem sendo construído nesse início de século pressupõe a necessidade de internalizarmos as externalidades causadas pela degradação ambiental. É imprescindível à diminuição ou eliminação da poluição das águas, a utilização de novas fontes alternativas, como a reutilização e dessalinização das fontes hídricas, bem como a manutenção da produtividade biológica dos sistemas aquáticos, garantindo o funcionamento dos serviços ecológicos.

A GESTÃO EM BACIA HIDROGRÁFICA NO ESTADO DO

PARÁ

No Estado do Pará, a implantação de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas inicia timidamente, com a criação da Lei nº 5.793, de 04 de Janeiro de 1994, que define a Política Minerária e Hídrica do Estado do Pará, com seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.

De uma forma geral, a lei minerária e hídrica do estado dá mais destaque aos recursos minerais, deixando à gestão dos recursos hídricos uns poucos parágrafos para sua regulamentação. Quanto aos seus princípios (artigo 1º), a lei define nos seus parágrafos que a bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos (X); e que os recursos hídricos constituem um bem comum, levando em conta as peculiaridades locais (XI). Quanto aos objetivos (artigo 2º), deve gerar benefícios econômicos e sociais apoiados no aproveitamento de recursos minerais e hídricos em integração com os demais setores produtivos do Estado (I). As diretrizes (artigo 3º) destacam, entre vários parágrafos, o fortalecimento político, financeiro e institucional dos organismos oficiais, do estado e seus municípios, bem como organizações da sociedade civil que atuam no desenvolvimento dos setores mineral e hídrico (I); e na promoção da participação da sociedade civil na formulação de planos e programas estaduais de desenvolvimento mineral e recursos hídricos.

A execução e coordenação desta lei segundo caberia (artigo 5º) exclusivamente à Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM, à Companhia de Mineração do Pará – PARAMINÉRIOS e a Secretaria de Estado de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, e por um conselho consultivo a ser criado para auxiliar na sua execução.

Como esta lei foi criada antes da Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/97), ela não fez qualquer menção à existência de um conselho estadual para o gerenciamento dos recursos hídricos, e aos comitês, agências e planos de bacias hidrográficas em que a participação de órgãos municipais, dos usuários e da sociedade civil

seja assegurada, mostrando uma frágil e incipiente descentralização e integração da gestão.

Em 1995, a Política Estadual do Meio Ambiente (Lei nº 5.887/95) elaborou todo um arcabouço jurídico responsável pela regulamentação das ações de gestão ambiental, dando início ao processo de descentralização administrativa e participação social da gestão com a criação do Sistema Estadual do Meio Ambiente – SISEMA e do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA.

No ano seguinte foi implantado o Plano Estadual Ambiental, que tem como objetivo promover a gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa dos ecossistemas e das áreas urbanizadas no Estado do Pará, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e a recuperação das áreas degradadas, bem como elevar o padrão de saúde ambiental da população.

Mas o grande passo para a consolidação da gestão dos recursos hídricos, no Estado do Pará, foi dado somente em julho de 2001, com a Lei nº 6.381, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ela procurou reproduzir, na íntegra, todos os artigos contidos na Lei 9.433/97, mas se diferenciou, ao incluir uma série de artigos e parágrafos novos, referentes aos seus objetivos, diretrizes, instrumentos, e a criação dos comitês de bacias hidrográficas no estado, com a participação das organizações civis e dos municípios.

A lei 6.381 possui como um dos seus princípios (art. 1º, IV) a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para implantação dessa política e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, assegurando os usos múltiplos das águas e descentralizar, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Objetivando, dentre outras, a proteção das bacias hidrográficas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro (art. 2º, III), e tendo nas diretrizes de ações a integração da gestão dos recursos hídricos com a ambiental (art. 3º, III). Esses objetivos e as diretrizes, entre outros, devem constar dos Planos Diretores elaborados para bacias hidrográficas (art. 5º).

É importante destacar que essas políticas reproduzem, igualmente, muitos objetivos, princípios e diretrizes, destacando o consenso na utilização da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial da gestão dos recursos hídricos, integrado com a gestão ambiental, bem como o desenvolvimento de um modelo de gestão não burocrático, mas sistêmico, de integração participativa, com maior descentralização e participação dos usuários e da sociedade.

Mas as primeiras medidas legais e instrumentais à proteção das microbacias hidrográficas que formam os mananciais do Utinga, responsável pelo abastecimento de água potável a 70% da população da Região Metropolitana de Belém, só ocorreram em 1984, quando o Governo do Estado do Pará criou por meio dos Decretos nº 3.251 e 3.252, a Área de Proteção Sanitária – Lago Bolonha e Água Preta, com 1.598,10 ha, e a Área de Proteção Especial para fins de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de Belém, com área aproximada de 1.825,20 ha.

Em 1988, foi adotada, pela Prefeitura de Belém, uma Zona de Preservação dos Recursos Naturais – ZPRN, Lei nº 7.401, alterada pela Lei nº 7.452 do mesmo ano, que dispôs sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, definindo os tipos de uso e ocupação do solo urbano, face às suas peculiaridades e vocação, é caracterizada pela densidade populacional igual a zero (0).

A preocupação com a preservação dos mananciais do Utinga foi também manifestada no Plano Diretor Urbano do Município de Belém pela Lei nº 7.603/93, implantando nessa área a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Ambiental.

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado, determinou a criação através do Decreto Lei nº 1551, da Área de Proteção Ambiental dos mananciais de abastecimento de água terminantemente gua de Belém – APA Belém, e o Decreto Lei nº 1552 criou o Parque Ambiental de Belém na área correspondente à Área de Proteção Sanitária dos Lagos Bolonha e Água Preta.

Na área dos mananciais do Utinga, essa descentralização da gestão também iniciou, ainda de forma embrionária, em 1994,

com a composição, pelo Governo do Estado, do Conselho Gestor da APA – Belém, que abriu espaço para a participação de órgãos representantes das Prefeituras de Belém e Ananindeua, bem como os da sociedade civil.

Em 1998 o Governo do Estado, por da Lei nº 6.116, proibiu, terminantemente a construção de unidades habitacionais às proximidades de fontes de abastecimento de água potável no Estado do Pará. Nesse mesmo ano, através dos Decretos nºs 2.891 e 2.909, declarou de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, vários terrenos e imóveis particulares localizados dentro da área dos mananciais do Utinga.

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado, por meio do Decreto nº 4.484/01, criou o Grupo de Trabalho para execução do Projeto de Proteção dos Mananciais do Utinga, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, ficando pronto em 2003, sob a denominação de Projeto Pró-Ambiente Utinga.

Mas a implantação do Pró-Ambiente Utinga na área do Parque Ambiental de Belém recebeu muitas críticas da Prefeitura Municipal de Belém e da sociedade civil local, por não participarem da sua elaboração e execução, e por discordam de algumas metas estabelecidas, como o remanejamento de moradores de dentro do PAB e principalmente a construção de proteção física do PAB.

CONCLUSÕES

No Estado do Pará, a implantação da Política Estadual de Recursos Hídricos só ocorreu em 2001, quando da criação da Lei nº 6.381, que seguindo os passos da Lei Federal nº 9.433/97, também instituiu como um dos seus princípios (art. 1º, IV) a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para implantação dessa política e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, assegurando os usos múltiplos das águas, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Sobre a gestão das bacias hidrográficas, concordamos

integralmente com os vários autores pesquisados, ao ressaltarem a importância do uso da bacia hidrográfica como unidade territorial ideal para a gestão dos recursos hídricos, deve ser integrada à gestão ambiental, de forma descentralizada entre a união, os estados e municípios, e participativa, envolvendo todos os atores representativos da sociedade local.

Portanto defendemos o uso da bacia hidrográfica como unidade territorial de gestão dos recursos hídricos integrados à gestão ambiental como modelo de gestão sistêmica de integração participativa, a ser aplicado na área dos mananciais da RMB.

O desenvolvimento de ações de gestão ambiental por parte dos governos estadual e municipal, durante as décadas de 1980 e 1990, mesmo que tenha representado iniciativas de grande importância, visto que a proteção dos mananciais do Utinga garante o abastecimento de grande parte da população (70%) da RMB, não foi totalmente eficaz na implantação dos seus objetivos.

O que se verifica, nesse início de século, é que as cidades de Belém e Ananindeua, as maiores da RMB, continuam com crescimento acelerado, levando à ocupação urbana das áreas do entorno dos mananciais, aumentando os seus riscos de degradação e vida útil.

O modelo de gestão ambiental implementado no Estado do Pará, mesmo com a criação, em 1991, da Secretaria de Estado, de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, enquadra-se no que Lanna (1995) define como “Modelo Burocrático”, visto que foram criadas inúmeras leis, decretos e portarias, mas de forma centralizada e hierarquizada pelo poder público, com pouca ou total ausência da participação da sociedade.

Essa situação tem demonstrado que a simples adoção de medidas legais restritivas e punitivas não é suficiente, tão pouco eficaz, na solução do problema. A proteção da área dos mananciais do Utinga requer a implantação de novos instrumento e mecanismos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/97), bem como na recente Política Estadual de Recursos Hídricos (6.381/01), que invocam a adoção de um modelo de gestão mais integrado,

participativo e descentralizado, entre o Governo Federal, estado, prefeituras e a sociedade.

Com vista a melhorar as ações voltadas à gestão ambiental no nível estadual, o Governo do Estado promulgou em 2007 a Lei nº 7.026 que reestruturou a antiga SECTAM, criando no seu lugar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA.

Esta secretaria surge, tendo por finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades setoriais, que visem à proteção, conservação e melhoria do meio-ambiente, através da execução das políticas estaduais do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos.

Visando adequar o Parque Estadual de Belém, criado em 1993 (Decreto Lei nº 1.552) ao Sistema Nacional de Unidades de Criação – SNUC (Lei nº 9.985/00), o Governo do Estado passa a chamá-lo de oficialmente de Parque Estadual do Utinga – PEUt, através do Decreto Lei 1.330/08. E na tentativa de implementar efetivamente a gestão participativa do PEUt, a SEMA nomeia os seus novos conselheiros com a Portaria nº 1.365/09, que tomam posse no dia 20 de Agosto de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREOLI, C. V.; SOUZA, M. (1992) Gestão Ambiental por Bacias Hidrográficas. In: MAIMON, D. (org). **Ecologia e Desenvolvimento**. APED, p. 99-118. Rio de Janeiro.

BORDALO, C. A. L. (2006) O Desafio das Águas numa Metrópole Amazônica. Uma reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém – PA (1984 – 2004). Tese de Doutorado. NAEA/UFGA. Belém.

BORDALO, C. A. L. (1999) Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas: Um estudo de caso dos mananciais do Utinga-PA (microbacias dos

Igarapés Murutucum e Água Preta). Dissertação de Mestrado. FCT/UNESP. Presidente Prudente.

BORDALO, C. A. L. (1995) Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas: Gestão Ambiental da Microbacia do Igarapé Murutucum-PA. NUMA/UFGA. Belém.

BRASIL – Secretaria de Recursos Hídricos. (2003) Plano Nacional de Recursos Hídricos. Documento base de referência (minuta). Brasília.

BRESSAN, D. (1996) Gestão racional da natureza. Ed Hucitec. São Paulo.

CEZAR NETO, J. C. (1988) Política de Recursos Hídricos, Instrumento de Mudança. Pioneira, USP. São Paulo.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO – CODEM. (1987) Plano Diretor dos Parques do Utinga – PDPU. Belém.

FREITAS, P, KER, J. (1990) As pesquisas em microbacias hidrográficas: situação atual, entraves e perspectivas no Brasil. In: **Anais do VIII Congresso Brasileiro e Encontro Nacional de Pesquisa sobre Conservação do Solo**. Londrina.

IDESP. (1991) Estudo Ambiental do Utinga, vida útil do sistema de abastecimento de água de Belém. Relatório de Pesquisa nº19. Belém.

LANNA, A. E. (1995) Gerenciamento de Bacia Hidrográfica. Aspectos Conceituais e Metodológicos. IBAMA/MMA. Brasília.

MAGALHÃES, M. (1995) Base Legal e Aspectos Institucionais dos Instrumentos de Planejamento e Gestão Ambiental – Avaliação de Impacto Ambiental, Gerenciamento de Bacia Hidrográfica e Zoneamento Ambiental. In: IBAMA. **Conhecimento Científico para Gestão Ambiental (Amazônia, Cerrado e Pantanal)**. Brasília.

PIRES, J. & SANTOS, J. (1995) Bacias Hidrográficas. Integração entre Meio Ambiente e Desenvolvimento. In: Ver. Ciência Hoje, **“Águas no Brasil má utilização e falta de planejamento”**, nº 110. SBPC.

Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. (1992) Plano de Estruturação Metropolitana de Belém – PEM. Belém.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTAM. (1992) Estudo para Proteção Ambiental dos Mananciais do Utinga e áreas adjacentes. SOFRELEC (17/18). Belém.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO – SEICOM. (1995) Plano Diretor de Mineração em Áreas Urbanas. Belém.

TUNDISI, J. G. (2003) Água no século XXI. Enfrentando a escassez. Ed Rima. São Carlos.

Ribeirinhos do Mapuá

Octávio do Canto

Armando Lírio

Eusalina Ferrão

INTRODUÇÃO

Desde o início do processo de colonização da Amazônia foi implementado um modelo de produção do espaço de vivência ribeirinha, baseado em adaptações aos ambientes naturais encontrados na região. Eis a razão pela qual foi desenvolvido um sistema sociocultural múltiplo nas calhas dos grandes e pequenos rios da Amazônia, dentre eles no rio Mapuá, localizado na ilha de Marajó, no Estado do Pará.

A produção do espaço de vivência ribeirinha tem como centralidade a apropriação dos recursos naturais pelo trabalho, balizado pelo modo de vida originário das necessidades objetivas que, ao longo da história, transformou indivíduos de diferentes grupos humanos nessa categoria chamada de ribeirinho.

Este ensaio tem como objetivo estimular o debate relativo à diferenciação do modo de vida ribeirinho na Amazônia, partindo da singularidade do espaço de vivência no rio Mapuá. É importante esclarecer que esta empreitada faz parte de um ambicioso projeto de estudo da diferenciação dos espaços de vivência das populações ribeirinhas da Amazônia, mais especificamente do Estado do Pará.

Modo de vida: uma categoria analítica

Em “*A Ideologia Alemã*”, escrita em 1846, Marx e Engels objetivam uma história das condições materiais da vida. Nela, o

conceito de história toma como ponto de partida a base material na qual se assenta a vida dos povos. Nesse sentido, os autores procuram entender como as sociedades vieram a ser o que são e por que o modo de vida veio a ser o que é. Trata-se de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, de manifestar sua vida, de um certo modo de vida.

Em um modo de vida, o trabalho se traduz na ação organizadora e na estrutura fundamental das relações humanas, dentro de uma ação constante de apropriação e uso da natureza da qual fazemos parte. O trabalho não só organiza a vida social como permite compreender a dinâmica espacial das sociedades.

Não se deve confundir modo de produção com modo de vida. O primeiro responde pela dinâmica produtiva da vida material de um determinado grupo de indivíduos (O que produzem? Como produzem?). O segundo expressa totalidade, em que se faz presente o sistema produtivo da vida material, além dos sistemas explicativos da vida, muitas vezes povoados por crenças e mitos. Dessa forma, a existência de um grupo de indivíduos se expressa por um determinado modo de vida.

Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês, inaugurou a noção de gênero de vida. Para ele, os homens habitam diferentes pontos da Terra e em cada um deles se adapta ao meio geográfico, promovido pelo acúmulo de conhecimento resultante do relacionamento constante com a natureza. Assim, produziram técnicas e costumes, os quais são perpassados e ampliados socialmente pelas novas gerações. A este conjunto dinâmico de técnicas e costumes La Blache chamou de gênero de vida. Desse modo, entende-se que, segundo ele, também o trabalho é o instrumento mediatizador da relação “sociedade-natureza”, apesar de a diversidade dos meios explicar a diversidade dos gêneros de vida.

Genericamente, o modo de vida ou gênero de vida é uma categoria de análise utilizada para designar o conjunto de ações desenvolvidas por um determinado grupo humano a fim de assegurar a sua existência. Assim, a análise da condição concreta da vida de um grupo é capaz de revelar a essência dos seus fenômenos socioespaciais.

Pode-se inferir que a categoria de análise modo de vida, tal qual o gênero de vida, como preferiu La Blache, tem caráter totalizante – que mescla a dimensão sociedade-natureza para produzir espaço de vivência – e é uma viabilidade metodológica para estudar a dinâmica espacial das populações ribeirinhas da Amazônia.

Ribeirinho: a invenção de uma categoria socioespacial na Amazônia

Os primeiros habitantes das margens dos rios, igarapés e lagos da Amazônia foram os povos pré-colombianos, identificados como “índios”. Posteriormente se formou uma população miscigenada entre índios, brancos e negros, além dos nordestinos. Conforme Reis (1953), em seu livro *O seringal e o seringueiro*, os maranhenses foram os primeiros, seguidos pelos cearenses, paraibanos e outros.

A colonização da Amazônia, iniciada em 1616, com a fundação de uma fortaleza que deu origem à cidade de Belém, inaugurou um modelo de produção do espaço baseado em adaptações aos ambientes naturais encontrados na região, daí ter se desenvolvido um sistema sociocultural bastante diferenciado dos “outros brasis”. Esse modelo de produção do espaço teve como epicentro a apropriação dos recursos naturais e da força de trabalho das populações indígenas. Posteriormente houve a sua ampliação por meio do uso do trabalho dos negros, das populações caboclas ou tapuias e dos nordestinos. Foi nesse contexto que se formaram inúmeras povoações ao longo dos rios, igarapés e lagos, estimuladas, em larga medida, pelas ordens religiosas, tais como os jesuítas, carmelitas, mercedários e com grande influência socioespacial dos povos indígenas.

Uma vez que os ambientes eram pouco conhecidos pelos colonizadores, foi necessária a apropriação das técnicas desenvolvidas ao longo dos séculos por esses povos pré-colombianos. Dessa maneira, foram absorvidas e aprimoradas as técnicas de cultivo agrícola, caça e pesca. Segundo Arruda (1999), a influência dos povos indígenas também se manifesta nas formas de organização para o trabalho, nas formas de sociabilidade¹ e através de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (puxirum, festas de cunho religioso, etc.). Aquelas populações que ficaram fora dos circuitos dinâmicos da

economia nacional acabaram se refugiando naquilo que ele chamou de “cultura rústica”, ou seja, em lugares menos povoados. Nesses lugares, as terras e os recursos naturais eram mais disponíveis, por isso possibilitaram sobrevivência e reprodução de uma dinâmica sociocultural baseada na exploração dos recursos naturais que, ainda hoje, pode ser vista entre as populações ribeirinhas da Amazônia.

Corrêa (2002), em seu trabalho intitulado “Ribeirinhos do Madeira”, refere-se aos ribeirinhos como sendo homens, mulheres, jovens e crianças que nascem, vivem e se criam à beira dos rios, são os chamados “beiradeiros”. Essa categoria social está vinculada à noção de “beira” e de “centro”, há muito utilizada pelas populações ribeirinhas da Amazônia, teorizada por Velho (1979).

Na pesquisa “Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas” de Canto (1998), realizada nas várzeas do município de Óbidos, um dos entrevistados assim definiu o ribeirinho: “Riberinho é quem vive na beira do rio e lago (...) aí do Lago Grande do Curuai eles chamam pra gente de varzeiro e a gente chama eles de terra firmeiro”. Pode-se acrescentar que, nessa perspectiva, todo varzeiro é ribeirinho, mas nem todo ribeirinho é varzeiro. O ribeirinho, em geral, desenvolve um modo de vida baseado no princípio da indissociabilidade entre água-terra-trabalho, formando uma espécie de amálgama. Por essa razão, não é possível a existência de ribeirinho sem uma relação orgânica com o rio e/ou lago. É imprescindível, portanto, identificar as singularidades dos povos ribeirinhos da Amazônia, uma vez que os ambientes e a história conduzem à produção de espaços de vivência diferenciados.

Diferenciação ribeirinha na Amazônia

Uma característica que se destaca na Amazônia está no seu

¹ Para Ruy Moreira, sociabilidade “é o todo formado pela integração das esferas inorgânica, orgânica e social, realizada pelo metabolismo do trabalho e orientada no sentido do salto de qualidade da história natural da natureza (em que se inclui o homem-natureza) para a história social do homem (em que a “primeira natureza” se transfigura em “segunda natureza”) (...) Dito de outro modo, a sociabilidade é um conceito da sociedade humana vista como um contexto relacional global que integra a esfera inorgânica, a esfera orgânica e a esfera social num todo societário articulado pelo trabalho”. Moreira (2005).

complexo ciclo hidrológico. De modo geral, é possível agrupá-lo em duas diferentes situações:

- a) na oscilação diária das marés (sobre as várzeas de maré), região do arquipélago Marajoara e litorânea;
- b) no regime de subida e descida das águas interiores ao longo do ano (sobre as várzeas interiores).

Tanto na primeira situação como na segunda, os ribeirinhos aprenderam a desenvolver sistemas de engenharia que permitem a construção de residências e de suas estruturas produtivas baseadas no tempo das águas.

Na região do arquipélago Marajoara e litorânea, em cada preamar, as águas que cobrem as várzeas, ou planície de inundação, não permanecem mais do que duas ou três horas sobre o solo. A várzea alta é inundada somente durante as marés de equinócio, enquanto a várzea baixa é inundada durante quase todo o ano. Por outro lado, a terra firme fica fora do alcance das inundações.

Na região das “águas interiores”, quando as enchentes são grandes, o calendário agrícola nas várzeas fica menor e o gado precisa de tratamento especial. Nessas circunstâncias, é necessário protegê-lo e alimentá-lo sobre currais suspensos chamados de marombas, ou transportá-lo para áreas de terra firme, livres de inundações.

Uma característica marcante da várzea do maior rio da Amazônia reside no chamado ‘tempo das águas’ e no ‘tempo das terras’, (CANTO, 1998). Assim, o período de subida das águas (novembro a maio) coincide com o período chuvoso e alcança limite máximo geralmente nos meses de abril a maio. O outro período tem início normalmente em junho, coincidindo com a descida das águas, atingindo seu limite nos meses de setembro a novembro, quando também diminuem as chuvas e se praticam as lavouras de ciclo curto – melancia, feijão, milho, jerimum, além de outros. No período das cheias torna-se impraticável a atividade agrícola pelas comunidades varzeiras, no entanto, elas desenvolveram sistema de cultivo de hortaliças em canteiros suspensos, já que as terras geralmente ficam submersas.

A diferenciação ambiental, estimulada pelo regime das águas

e aliada às estratégias de sobrevivência dos seus habitantes, produz modos de vida múltiplos, ainda que, de maneira geral, guardem enormes semelhanças, como a relação orgânica com o rio. Nessa perspectiva, pretende-se enveredar pela singularidade do modo de vida no rio Mapuá.

Modo de vida ribeirinho no rio Mapuá

Localizado na ilha de Marajó, município de Breves, o rio Mapuá, principal afluente do rio Aramã (figura 01), tem suas cabeceiras a cerca de 94 Km da sua foz. O alto curso, compreendido entre as comunidades do Cantagalo e de Nossa Senhora de Nazaré, é navegável por embarcações de pequeno porte (barcos de até oito a dez metros de comprimento) durante o “inverno” (fevereiro a julho); nos demais meses do ano, somente é possível chegar a Nossa Senhora de Nazaré, última comunidade à montante, usando pequenas canoas. Esse trecho do rio apresenta água muito escura, devido à grande concentração de matéria orgânica. Essa água, inclusive, não serve para beber, “tem um gosto travoso”, reclamam os moradores das comunidades de Nossa Senhora de Nazaré, Canaticum, Santa Maria, São Domingos e São Sebastião. Aqui a maré exerce pouca influência; ela só se faz perceber até a comunidade de Santa Maria, durante o “verão”. Portanto, nesse trecho o rio corre sempre no sentido da foz. No baixo curso, compreendido entre a comunidade do Cantagalo e a foz, a influência da maré é expressiva durante o ano inteiro.

Ao longo do seu curso, o rio Mapuá apresenta densa vegetação, interrompida de modo pontual nos pequenos núcleos de povoação ou por casas “isoladas”. Esses ribeirinhos estruturaram seu espaço de vivência baseados na extração de recursos florestais, tais como madeira, açaí, palmito, cultivo de mandioca e caça - Anta (*Tapiridae*); Capivara (*Hydrochaeridae*), Cotia (*Dasyproctidae*), Paca (*Agoutidae*), Tatu (*Dasypodidae*), Veado (*Cervidae*), Queixada (*Tayassuidae*). O rio Mapuá é pouco piscoso, destacando-se apenas algumas espécies, tais como: Cará (*Cichlidae*); Jeju (*Hoplerthrinus unitaeniatus*); Jacundá (*Crenicichla heckel*); Mandií (*Pimelodidae*); tamoatá ou caboje (*Callichthyidae*) e traíra (*Erythrinidae*).

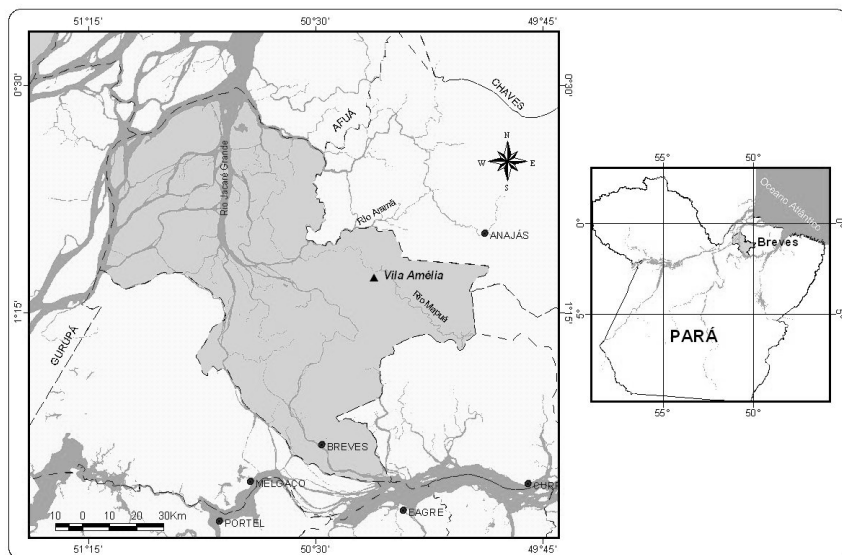


Figura 1: Mapa de localização do Rio Mapuá – Breves-Pará.

Na área estudada foram encontradas as comunidades de Vila Amélia (principal foco deste estudo), Perpétuo Socorro, Cantagalo, São Sebastião, São Domingos, Santa Maria, Canaticum e Nossa Senhora de Nazaré. Esse grupo de comunidades do Mapuá é composto por aproximadamente 190 unidades familiares com cerca de 1.200 pessoas, cuja média gira em torno dos seis habitantes por unidade familiar. Desse grupo, 100% da população é de origem paraense (95,92% nasceram no próprio município de Breves). A sua origem está intimamente ligada a um longo processo de miscigenação envolvendo nativos, descendentes de europeus, negros e migrantes nordestinos.

Além dos índios, os primeiros ocupantes das margens do rio Mapuá foram os caboclos-tapuios que para ali se deslocaram em busca de um lugar para trabalhar e viver. Ao longo dos anos, construíram pequenos sítios e realizaram benfeitorias (casa, barracão de farinha, etc). Muitos deles se endividaram em decorrência do sistema de aviamento e foram obrigados pelos patrões a entregar sua propriedade como forma de pagamento de dívidas. Outros

permaneceram na terra para dar continuidade à exploração das matas sob o comando de seus patrões. Por essa via de expropriação se desenvolveu um processo de “legitimação” da grande propriedade no rio Mapuá.

O proprietário daqui, antes, era um senhor por nome Fernando Alves, morava no Aramã, mas ele tinha tudo isso aqui, através do carancismo, a senhora viu falar no carancismo,(...) era que o freguês era humilhado, mesmo que fosse de outro terreno, mas transasse (troca da produção por mercadoria) lá com ele, ficava devendo uma importância, por qualquer coisinha, ele tomava aquela posse, isso tudo era assim tomado (F.S. 78, 2002).

Parte das terras que margeiam o Mapuá foram apropriadas pelo sr. Fernando Alves, comerciante que habitava no rio Aramã. Após sua morte, seus filhos as venderam para Sebastião Félix, também morador do Aramã, que manteve a mesma lógica do comércio explorador. Nesse sentido, embora as pequenas roças de mandioca estivessem voltadas para consumo próprio, os ribeirinhos tinham de pagar 20% da produção pelo uso da terra.

Estimulados pelo mercado de trabalho da borracha, nordestinos foram trazidos por agentes capitalistas da borracha, porém muitos deles não tinham noção do que realmente iriam encontrar. Ao chegarem ao Mapuá, depararam com uma realidade muito diferente da sua e tiveram, forçosamente, que readequar seu modo de vida para se manter vivos, inclusive enfrentando doenças transmitidas por mosquitos e a ameaça de animais peçonhentos, com os quais jamais haviam lidado. Em estudo realizado por Leonardi (1999) sobre a presença dos nordestinos no rio Jaú, concluiu-se que houve trocas, abandonos, mudanças, adaptações, inovações e invenções do modo de vida. Tudo isso dentro de uma paisagem aquática e florestal exuberante. Desse intenso processo nasceu um novo tipo de caboclo, denominado sertanejo amazônico ou caboclo tapuio.

A exploração da borracha no rio Mapuá, em linhas gerais,

repetia o modo rudimentar que vigorou na Amazônia durante décadas. Talhava-se um corte em V na casca da seringueira (*Hevea brasiliensis*), para obter o látex. Após a coleta nas árvores dispersas pela mata, transportava-se até um barracão defumador, geralmente de palha; depois disso, entregava-se ao patrão. Essa atividade, por longo tempo, comandou a superexploração dos ribeirinhos e lhes colocou numa condição extremamente miserável e de total dependência.

Ao final dos anos de 1960, a economia da borracha foi substituída pela da madeira, estimulada pela instalação das madeireiras pelo capital nacional e estrangeiro. Com isso ocorreu significativa mudança na organização do trabalho e certamente do modo de vida, porém, manteve-se o modelo de subordinação dos ribeirinhos aos patrões.

Depois da borracha apareceram indústrias, encomendaram madeira e a borracha parou (...), a madeira venceu a borracha, o patrão já não quis mais a borracha, porque a madeira dava mais resultado, dava mais dinheiro... (F.S. 78, 2002).

Na década de 80, os Félix venderam as terras para a empresa Santana Madeireira. Com a venda das terras para essa empresa japonesa, a família Félix continuou a exercer o controle sobre as comunidades do Mapuá. Os Félix passaram a desempenhar o papel de fiscais da madeireira.

(...) o próprio fiscal do terreno foi o Sabá Félix que, depois de vender ficou fiscal, mas era ele o patrão e chegava a época do verão, o japonês parava com a madeira. Ai ele comprava outras coisas (...) sei que ele comprava e nós éramos obrigados vender, como somos agora ... era só ele que podia comprar, que vinha, entrava aqui e comprava.(F.S. 78, 2002).

(...) Em 1984 a propriedade era alugada pros Felix. A atividade lá só era trabalhar com madeira, algumas vezes palmito, mas palmito era muito pouco na área. Essa época era da Santana Madeira. A Santana Madeira faliu, eles alugaram pra eles, aí eles ficaram trabalhando. Como eles eram vendedor e amigos

dos donos, eles negociaram pra tirarem a produção e pagavam o arrendamento pra Firma (R.C.B 49, 2002).

No Mapuá a extração da madeira é realizada durante o “inverno” (dezembro a julho), para facilitar o transporte das toras através dos igarapés. Nesse tipo de trabalho, geralmente os ribeirinhos utilizam a força física dos membros da família, cujo objetivo é levar as toras até o leito principal do rio, onde são formadas as jangadas com as espécies que flutuam (andiroba, cedro, virola, além de outras) para em seguida serem rebocadas por barco. O transporte das madeiras que não flutuam (acapu, angelim, faveira, macacaúba, e outras) é feito através de balsa. Porém, existe um outro método de transporte das toras não flutuantes: sacrificam-se várias espécies que flutuam para serem amarradas nas toras não flutuantes a fim de que estas possam ser transportadas na forma de jangadas.

Essa atividade continua se desenvolvendo de forma bastante rudimentar. A derrubada e a divisão da árvore em toras ainda são feitas com o uso de machado, poucos são aqueles que utilizam motosserra. Esse quadro maximiza os lucros através da superexploração do trabalho familiar dos ribeirinhos.

Outra forma bastante antiga utilizada na produção do espaço de vivência desses ribeirinhos é a exploração do açaí, o que tem destaque como dieta alimentar e fonte de renda. Assim, a exploração do palmito tem contribuído para reduzir significativamente os estoques naturais. “Tem gente que quer viver só do palmito e nada planta, o que se tira e não se planta, um dia acaba” (Morador do Mapuá, 2002).

A partir de 1999, a direção da empresa, agora denominada Ecomapuá, passou a reivindicar o controle das terras, junto aos ribeirinhos, justificado pelo discurso de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e do “seqüestro de carbono”, através da floresta em pé. Por essa via, mais uma vez, essas comunidades terão seu modo de vida e seu espaço de vivência comandados por interesses alheios aos seus, ficando seu tempo e seu espaço sob o controle externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população ribeirinha do rio Mapuá, embora desenvolva múltiplas estratégias de sobrevivência, apresenta seu maior destaque historicamente ligado ao extrativismo vegetal e à caça. A pesca - uma das principais atividades de grupos ribeirinhos na Amazônia - é pouco explorada, uma vez que esse rio de água preta é pouco piscoso.

A atividade agrícola, cujo destaque é o cultivo de mandioca para a produção de farinha, tapioca, beiju e tucupi, é realizada principalmente em pequenas áreas de terra firme, uma vez que o baixo e o médio curso do rio são inundados diariamente pelo efeito das marés, e o curso superior uma vez ao ano.

O longo tempo de subordinação gerou grupos de ribeirinhos com baixo grau de organização, o que tem dificultado o atendimento das suas reivindicações perante o poder público e às empresas com quem realizam seus negócios, embora parte desses ribeirinhos, de modo organizado, tenha se manifestado contra à ação empresarial, que tinha por objetivo criar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como forma de assegurar o controle daquilo que ela defendia como seu patrimônio – a terra.

O interesse dos agentes externos pelo controle dos espaços de vivência dos ribeirinhos no Mapuá resulta da necessidade de se apropriar dos recursos naturais e do trabalho produtivo das unidades familiares ribeirinhas que ali vivem.

O modo de vida no Mapuá tem sido marcado pela apropriação do trabalho dos ribeirinhos e pela subordinação aos patrões. Essa dinâmica é facilmente constatada nos espaços de vivência em virtude da ausência de infra-estrutura institucional e de serviços sociais a que esses ribeirinhos estão submetidos.

Assim, qual serão as novas características do modo de vida e do espaço de vivência das comunidades do rio Mapuá? Certamente, essa resposta será construída com as objetividades do modo de vida, do espaço de vivência e dos interesses que envolvem os atores sociais implicados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Scielo Brasil. *Ambiente & Sociedade*, nº 5. Campinas, 1999.

CANTO, Otávio do. *Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (Dissertação de Mestrado), 1998.

CORRÊA, Maria Terezinha. *Ribeirinhos do Madeira*. Primeira Versão: Ano I, nº 95 – maio – Porto Velho, 2002.

LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de geografia humana*. Lisboa, s/d.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.

LÍRIO, Armando. & CANTO, Otávio do. (coord.) *Comunidades Agroextrativistas do Rio Mapuá, Breves-PA: Diagnóstico Sócio-Econômico*. Belém: FADESP – NOVA AMAFRUTA, 2002.

MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MOREIRA, Ruy. Sociabilidade e Espaço (As formas de organização geográfica das sociedades na era da terceira revolução industrial – um estudo de tendências). Mesa-redonda *Perspectivas da Geografia Latino-Americana no Século XXI*, XEGAL (Encontro dos Geógrafos da América Latina), São Paulo-USP, março de 2005.

PORRO, Antônio. *As crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

REIS, Arthur C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1953.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e sua evolução. in. MEGALE, Januário Francisco (org.). *Max Sorre*. São Paulo: Ática, 1984.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

SOBRE OS AUTORES

Armando Lírio de Souza

Professor Adjunto I da Universidade Federal do Pará - UFPA, graduação em Ciências Econômicas pela UFPA (1995), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento NAEA-PDTU-PLADES-UFPA (2000), vice-líder do Diretório de Pesquisa do CNPq Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia, filiado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC (2005), à Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP (1999) e Sociedade Brasileira de Estudos Rurais -SOBER (2006). Experiência em pesquisa e extensão na área de Economia, com ênfase em Economia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: economia do trabalho, economia solidária, cooperativismo, políticas públicas de geração de trabalho e renda e desenvolvimento rural. Atualmente realizando doutorado no Programa de Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PGDR-FE-UFRGS. e-mail: lorio@ufpa.br

Benedito Ely Valente da Cruz

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Professor de Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA. e-mail: bvalente7@yahoo.com.br

Carlos Alexandre Bordalo

Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e Prof e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA; Bacharel e Lic. em Geografia pela UFPA. Especialista em

Gestão Ambiental pelo NUMA/UFPA. Mestre em Geografia pela FCT/UNESP. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido NAEA/UFPA. Atua nas áreas da Gestão Ambiental, Geopolítica e Gestão dos Recursos Hídricos e Ecologia Política.e-mail: carlosbordalo@oi.com.br

Christian Nunes da Silva

Geógrafo – UFPA, Mestre em Geografia – UFPA, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ecologia Aquática e Pesca – PPGEAP/UFPA, Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia – GAPTA/UFPA. Professor Assistente da Faculdade de Geografia e Cartografia – UFPA. e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br

Clay Anderson Nunes Chagas

Possui graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará (1998), mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (2002). Na atualidade é aluno do curso de Doutorado do Trópico Úmido - DTU, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Além de professor do Centro Universitário do Estado do Pará - CESUPA, da Universidade Estadual do Pará - UEPA e da Universidade Federal do Pará - UFPA. e-mail: claychagas@yahoo.com.br

Eusalina Ferrão

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1994) e mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2006). Atualmente é Investigadora de Polícia Civil do Governo do Estado do Pará e Pesquisadora Colaboradora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Rural. Atuando principalmente nos seguintes temas: Antropologia, Desenvolvimento Sustentável, Agroextrativismo, Agroextrativismo, População Tradicional, ribeirão; extrativismo; modo de vida.

Giovane Mota

Possui graduação em Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1989), graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará (1990). Especialização em Geografia da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (1994) e Especialização em Planejamento Ambiental pela PUC-MG (1995). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2006). Coordenador da Faculdade de Geografia da Ufpa entre 2002 e 2008. Atualmente é professor assistente da Universidade Federal do Pará e atua como pesquisador no Zoneamento Econômico Ecológico do Estado do Pará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Teoria e Epistemologia da Geografia atuando principalmente nos seguintes temas: Epistemologia; História da Geografia; Regionalização; Estudos sobre o Lugar. e-mail: motagio@ufpa.br

João Marcio Palheta

Doutor em Geografia, Professor da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, Tutor do Programa de Educação Tutorial de Geografia (PET) e Líder do Grupo de Pesquisa Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). e-mail: palheta@ufpa.br

João Santos Nahum

Graudou-se em geografia (1992) e ciências sociais (1995) pela Universidade Federal do Pará, onde também fez especialização em Estado e Fronteira (1996) e mestrado em Planejamento do Desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (2000). Na PUC-MG fez especialização em Geografia e Planejamento Ambiental (1995) e na Unesp-Rio Claro fez doutorado em geografia (2006) na área de organização do espaço. Em 2008 tornou-se professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, lotado na Faculdade de Geografia e Cartografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Atua na área de Desenvolvimento e Análise Regional e Dinâmicas Territoriais. e-mail: joaonahum@ufpa.br

Luiz Otavio do Canto Lopes

Geógrafo pela UFPA (1989). Mestre em Geografia Humana pela USP (1998). Estudou Ciências Ambientais na PUC/BH (1990/1992) e na *Université du Québec à Montréal*, Canadá (2003/2004). Desde 1993 é professor da UFPA. Atualmente é Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente (PROFIMA/NUMA/UFPA). É autor do livro “Várzea e Varzeiros da Amazônia” (2007), publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. e-mail: docanto@ufpa

Marcos Mascarenhas

Bacharel e Licenciado em Geografia pela UFPA. Especialista em Políticas Públicas e Meio Ambiente pela NAEA e Mestre em Geografia PPGeo/UFPA. Atuação docente junto a SEDUC, Esamaz e Fabel. e-mail: mibr_31@hotmail.com

Shirley Tozy

Bacharel, Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Foi bolsista do Programa Especial de Treinamento da Ufpa e também do Projeto de Zoneamento Ecológico Econômico da Área de Influência da Br-163, promovido pelo Governo Federal. Já participou da Comissão de Meio Ambiente do CREA-PA, é membro da comissão editorial da Revista de Pós-graduação GeoAmazônia. Atualmente leciona na rede estadual de educação nos níveis fundamental e médio, e na rede particular no nível superior. e-mail: shirleytozy@yahoo.com.br.

Todos os direitos reservados

GAPTA/UFPA

Vendas e atendimento:

e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br

